
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL
CAMPUS II

A Participação e Organização dos Trabalhadores Rurais
Para o Acesso à Terra, no Município de Itapipoca,
Ceará - um
Estudo de Caso

Maria Teresa Cordeiro Sátyro

Campina Grande
2000

MARIA TERESA CORDEIRO SÁTYRO

A Participação e a Organização dos Trabalhadores Rurais
para o Acesso à Terra, no Município de Itapipoca, Ceará - um
Estudo de Caso

Orientador :Prof. Dr, Eric Sabourin
UFPB/Campina Grande



S253p Sátyro, Maria Teresa Cordeiro.
A participação e a organização dos trabalhadores para o acesso à terra, no município de Itapipoca, Ceará : um estudo de caso / Maria Teresa Cordeiro Sátyro. - Campina Grande, 2000.
125 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2000.
"Orientação : Prof. Eric Sabourin, Profa. Ghislaine Duque, Profa. Maria Barbosa Dias".
Referências.

1. Trabalhadores Rurais - Participação e Organização - Itapipoca (CE). 2. Itapipoca (CE) - Participação Popular - Trabalhadores Rurais. 3. Agricultores - Participação e Organização - Itapipoca (CE). 4. Dissertação - Sociologia Rural. I. Sabourin, Eric. II. Duque, Ghislaine. III. Dias, Maria Barbosa. IV. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). V. Título CDU 316.43(813.1)(043)

A PARTICIPAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
PARA O ACESSO À TERRA, NO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA,
CEARÁ UM ESTUDO DE CASO

Maria Teresa Cordeiro Sátyro

Banca:

Orientador : Prof., Eric Sabourin

— Profa. Gislaine Duque

Profa. Maria Barbosa Dias

Aos

Trabalhadores rurais do assentamento Macaco, pela lição de fé e luta

AGRADECIMENTOS

Ao meu sobrinho, Fernando Júnior, por me incentivar a iniciar toda esta história ...

Aos entrevistados: agentes pastorais, membros da Comissão Pastoral de Apoio a Terra - CAPT, sindicalistas, assessores do prefeito de Itapipoca, técnicos de instituições governamentais; em especial, aos moradores do sítio Macaco, pela forma generosa como me acolheram .

Ao meu orientador, professor Eric Sabourin, o meu reconhecimento de que o trabalho intelectual é uma produção coletiva.

À professora Ester Barbosa, "eleita minha co-orientadora", hoje amiga, pelo seu interesse em me ajudar, reservando sempre um "tempinho" para me atender.

À professora Ghislaine Duque, por ter me apoiado no início deste projeto .

Ao secretariado do mestrado (Joãozinho, Vera e Verinha), pela delicadeza com que sempre me atenderam.

Aos amigos e familiares por compreenderem minhas ausências, especialmente minhas irmãs, Aparecida, Giselda e Gilda que me substituíram todos estes anos, nos cuidados com minha mãe.

À Maria, por preparar sempre com tanto carinho, minhas refeições, apesar de seus setenta anos.

À D.Raimunda, por cuidar de minha mãe, com dedicação e zelo, para que eu pudesse " cuidar de minha vida".

Ao meu terapeuta, doutor Miranda, por sua dedicação e competência.

À minha prima, Fernanda, pela disponibilidade em fazer as revisões das várias versões da dissertação.

Ao diretor e a assessora do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Estadual do Ceará-UECE, doutor Ivan Casimiro Coelho e Maria Neuci Gomes Moraes por permitirem meu afastamento para cursar o mestrado e pelo empenho em liberar a bolsa de estudo.

*De tuas altas moradas regas os montes,
e a terra se sacia com tua obra fecunda,
Tu fazes brotar relva para o rebanho,
e plantas úteis para o homem.*

*Dos campos ele tira o pão,
e o vinho que alegra seu coração;
o azeite que dá brilho ao seu rosto,
e o alimento, que lhe dá forças.*

Salmo, 104 : 13-15

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------|----|
| Listas de Quadros e Tabelas | 10 |
| Lista de Siglas..... | 11 |
| Resumo..... | 12 |
| Résumé..... | 13 |

| | |
|-------------------------|----|
| <i>INTRODUÇÃO</i> | 14 |
|-------------------------|----|

CAPÍTULO I - Participação e Organização para o Acesso a Terra

| | |
|-----------------------------------------------------------|----|
| 1.1.Problemática e Revisão da Literatura..... | 17 |
| 1.1.1. Participação na luta pela terra | 17 |
| 1.1.2. Participação e organização local..... | 19 |
| 1.1.2.1.A ação organizada ou ação coletiva..... | 19 |
| 1.1.2.2.Participação e a questão do poder..... | 21 |
| 1.1.3. Participação e democracia..... | 23 |
| 1.2.Objetivos..... | 26 |
| 1.2.1. Objetivo Geral..... | 26 |
| 1.2.2.Objetivos específicos..... | 26 |
| 1.3.Percurso metodológico | 26 |
| 1.3.1.A observação participante..... | 26 |
| 1.3.2.O objeto visto com outro olhar | 27 |
| 1.3.3. Aprofundando o conhecimento sobre a realidade..... | 28 |
| 1.3.4.Tratamento e análise das informações..... | 30 |

CAPÍTULO 2: A Construção da Participação Popular no Município de Itapipoca- CE

| | |
|----------------------------------------------------------------|----|
| 2.1. O Município de Itapipoca..... | 31 |
| 2.1.1. Origem do município e os aspectos sócio-econômicos..... | 31 |
| 2.1.2. Atividades agrícolas..... | 34 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.1.3. Principais problemas pertinentes ao setor agrícola..... | 34 |
| 2.1.4. Principais ações municipais para a agricultura..... | 36 |
| 2.1.5. Outros aspectos econômicos..... | 38 |
| 2.2. O papel da Igreja católica na construção da participação popular..... | 41 |
| 2.2.1. Dom Paulo e as Comunidades Eclesiais de Base- CEB's..... | 42 |
| 2.2.2. Dom Benedito e a luta contra a exclusão social..... | 45 |
| 2.3. O papel da Comissão Pastoral da Terra -CPT na luta pela terra..... | 47 |
| 2.3.1. A criação da CPT no Ceará..... | 47 |
| 2.3.1.1. Uma estrutura fundiária injusta..... | 47 |
| 2.3.1.2. A ação da Pastoral da Terra no Ceará..... | 49 |
| 2.3.2. A criação da Comissão de Apoio à Pastoral da Terra-CAPT em Itapipoca-CE | 50 |
| 2.3.2.1. A estrutura fundiária em Itapipoca..... | 50 |
| 2.3.2.2. A atuação da CAPT em Itapipoca..... | 52 |
| 2.4. Impactos e mudanças na organização sócio-política municipal..... | 59 |
| 2.4.1. Os novos atores municipais..... | 59 |
| 2.4.1.1. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável..... | 59 |
| 2.4.1.2. Os partidos políticos..... | 60 |
| 2.4.2. As dificuldades e limitações do CMDS..... | 63 |
| 2.4.3. Algumas conquistas sociais..... | 68 |

*CAPÍTULO 3: Participação e Organização dos agricultores no Assentamento
Macaco*

| | |
|------------------------------------------------------|----|
| 3.1. História da Luta..... | 70 |
| 3.1.1. A comunidade e as formas de participação..... | 70 |
| 3.1.2. O conflito..... | 72 |
| 3.1.3. O Assentamento Macaco..... | 78 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.2. A Associação Comunitária..... | 80 |
| 3.2.1. Origem e processo de organização..... | 80 |
| 3.2.2. A participação e os atores externos..... | 82 |
| 3.2.3. Funcionamento e gerenciamento..... | 87 |
| | |
| 3.3. A questão dos bens coletivos..... | 90 |
| 3.3.1. A construção dos bens coletivos..... | 91 |
| 3.3.2. A gestão dos bens coletivos..... | 96 |
| 3.3.3. Inadequações e entraves das intervenções externas e das políticas públicas..... | 100 |
| 3.3.3.1. O problema do acesso à terra e da política fundiária pública..... | 101 |
| 3.3.3.2. A intervenção dos serviços técnicos..... | 103 |
| 3.3.3.3. A questão do planejamento e da representação | 108 |
| 3.3.3.4. Novos temas para pesquisa..... | 109 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 110 |
| NOTAS..... | 114 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 116 |
| ANEXOS..... | 120 |

LISTAS

LISTA DE QUADROS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.Principais indicadores sócio-econômicos do município de Itapipoca, Ceará..... | 33 |
| 2.Cronologia da diocese de Itapipoca..... | 41 |
| 3.O mutirão em Macaco..... | 72 |
| 4.Cronologia da criação do assentamento Macaco, município de Itapipoca, Ceará..... | 80 |
| 5.Lista dos presidentes da Associação Comunitária de Pequenos Produtores do Sítio Macaco..... | 90 |
| 6.Os equipamentos coletivos..... | 93 |
| 7.Os empreendimentos coletivos..... | 94 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.Evolução da distribuição dos estabelecimentos agropecuários no Estado do Ceará(1970-1995)..... | 47 |
| 2.Proporção do n ^o e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total, em Itapipoca, Ceará(1985-1997)..... | 51 |
| 3.Municípios de atuação da ação pastoral de Itapipoca, Ceará e desmonstrativo dos projetos de assentamento do INCRA(1986-1998)..... | 58 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| ADR ----- | Área de Desenvolvimento Regional |
| CAPT ----- | Comissão de Apoio a Pastoral da Terra |
| CCA ----- | Cooperativa Central dos Assentados |
| CEB ----- | Comunidade Eclesial de Base |
| CEPA ----- | Comissão Estadual de Planejamento Agrícola |
| CETRA ----- | Centro de Estudo do Trabalhador Rural |
| CMDS ----- | Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável |
| CNBB----- | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CPT ----- | Comissão Pastoral da Terra |
| COMDEC ----- | Comissão Municipal de Defesa Civil |
| EMATER ----- | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| FAMBACI----- | Federação das Associações de Bairros e Comunidades do Município de Itapipoca |
| FETRAECE----- | Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura do Estado do Ceará |
| FNE ----- | Fundo Constitucional para a Região Nordeste |
| FUMAC----- | Fundo Municipal de Apoio Comunitário |
| FUNSESCE ----- | Fundação de Serviço Social do Estado do Ceará |
| GAOTR----- | Grupo de Apoio á Organização dos Trabalhadores Rurais |
| INCRA----- | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MEB----- | Movimento de Educação de Base |
| ONG----- | Organização não Governamental |
| PAPP----- | Programa de Apoio AO Pequeno Produtor |
| PDT----- | Partido Democrático Trabalhista |
| PSB----- | Partido Socialista do Brasil |
| PSDB----- | Partido da Social Democracia do Brasil |
| PTB----- | Partido Trabalhista Brasileiro |
| PT----- | Partido do Trabalhador |
| STR----- | Sindicato de Trabalhadores Rurais |

RESUMO

O presente estudo analisa os processos de construção da participação e organização popular no município de Itapipoca, Estado do Ceará.

A pesquisa no primeiro momento, buscou resgatar o processo de participação e organização dos trabalhadores rurais no Assentamento, Macaco para o acesso e o manejo coletivo da terra, bem como, o funcionamento e as limitações da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, em termos de participação coletiva. No segundo, procurou compreender o papel da Igreja Católica e da Comissão Pastoral da Terra-CPT na promoção dos processos de mobilização popular, assim como as suas conseqüências atuais sobre a administração municipal, principalmente, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável-CMDS. Nessa perspectiva, a participação e a organização são apreendidas como processos de construção da cidadania, que se fazem e se refazem nas relações entre a sociedade civil e o Estado, num dado momento histórico.

Como resultados mais importantes do estudo, podemos registrar que o direito a terra se coloca como fundamental no plano de superação das desigualdades sociais no campo, uma vez que rompe com o coronelismo e o sistema de clientelismo estabelecido na relação de subordinação entre patrão e morador. No entanto, persistem dificuldades e limitações nos processos participativos que provêm das inadequações das políticas públicas e dos atores institucionais(Igreja, serviços do Estado, Prefeitura, etc) por excesso de autoritarismo, tecnocracia ou por falta de consideração da realidade e das estratégias dos produtores. No caso do CMDS, este por não ter ainda um poder de decisão, é abandonado pelos políticos e lideranças locais ou desprezado pelos políticos estaduais.

RÉSUMÉ

Cette étude analyse les processus de construction de la participation et de l'organisation populaire dans la commune d'Itapipoca, Etat du Ceará.

Le travail de recherche, dans un premier temps, a consisté à récupérer le processus de participation et d'organisation des travailleurs ruraux de l'*assentamento*¹ Macaco pour l'accès à la terre et son utilisation collective, ainsi que le fonctionnement et les limites de l'Association des Petits Producteurs Ruraux en matière de participation collective. Dans un deuxième temps, on a cherché à mesurer le rôle de l'Eglise Catholique et de la Commission Pastorale de la Terre – CPT dans la mise en œuvre des processus de mobilisation populaire, ainsi que leurs conséquences actuelles sur l'administration municipale, notamment au sein du Conseil Municipal de Développement Durable – CMDS. Dans cette perspective, la participation et l'organisation sont considérées comme des processus de construction de la citoyenneté qui se font et se refont dans les relations entre la société civile et l'Etat, à un moment historique donné.

L'un des résultats les plus marquants de cette étude, indique que le droit à la terre se constitue un élément fondamental pour la résorption des inégalités sociales, puisqu'il rompre avec le *coronelismo*² et avec le système de clientélisme établi dans la relation de subordination entre patron et agriculteur. Cependant, il subsiste des difficultés et des limites dans les processus participatifs. Celles-ci proviennent de l'inadéquation des politiques publiques et des acteurs institutionnels (Eglise, services de l'Etat, Mairie, etc) souvent par excès d'autoritarisme, par technocratie ou par manque de considération de la réalité et des stratégies des producteurs. En ce qui concerne le CMDS, celui-ci n'ayant pas encore de pouvoir de décision, il est abandonné par les élites et leaders locaux ou méprisé par les hommes politiques de l'Etat.

¹ NdT - Assentamento: établissement humain rural ou urbain. Dans le cadre de la réforme agraire, des terres inexploitées sont expropriées puis redistribuées à des paysans sans terre comme dans le cas de la ferme Macaco.

² NdT - Coronelismo : type de féodalisme, encore parfois en vigueur dans l'intérieur du Brésil où des grands propriétaires terriens, appelés Coronéis (dérivé du français colonel) exercent un pouvoir quasi absolu sur les paysans économiquement dépendants d'eux et sur la politique locale.

INTRODUÇÃO

O estudo trata da problemática *da participação e da organização dos trabalhadores rurais para o acesso e manejo coletivo da terra*. O lócus da pesquisa é o Assentamento Macaco, situado a 20 km da sede do município de Itapipoca, no Ceará.

A escolha deste tema foi orientada primeiramente por critérios de interesse pessoal e profissional. A familiaridade com a temática surgiu em 1981, quando, na qualidade de Técnica em Organização de Produtores Rurais - TOPR, trabalhei no escritório regional da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA -Ceará, situado no município de Itapipoca, e, integrei o Grupo de Apoio à Organização de Produtores Rurais - GAOPR. Esse grupo era formado por técnicos municipais dos órgãos executores do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado -POLONORDESTE e, posteriormente, do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP.

No convívio com os técnicos que atuavam junto aos grupos de apoio aos trabalhadores rurais, observava-se as dificuldades dos mesmos em se organizar em torno de um objetivo comum. Dentre as dificuldades apresentadas, a falta de acesso à terra e, conseqüentemente, a busca de sua solução tornava-se prioridade, pelo fato da terra constituir-se o principal fator de produção. Além disso, a ausência da propriedade da terra impossibilitava os trabalhadores rurais de receberem recursos oriundos dos programas governamentais, destinados à execução de alguns projetos associativos de apoio à produção, uma vez que lhes era exigida a documentação do imóvel.

Em segundo lugar, a escolha da temática foi definida pela relevância sócio - política do estudo, em razão da pesquisa permitir traçar um estudo de caso sobre a trajetória dos movimentos sociais no município. Essa trajetória foi iniciada sob a "proteção" de setores pastorais da Igreja católica, a partir da década de setenta, até o surgimento de novos atores sociais, membros de novas instâncias de decisões, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS, nos anos 90.

Nessa perspectiva, o foco da análise neste trabalho, é a construção de processos participativos. Estes são analisados em duas escalas espaciais ou

organizativas: o *assentamento* e o *município*, e segundo, em dois níveis temporais: o *histórico*, e o *atual*.

O primeiro capítulo, versa sobre os pressupostos teóricos que contribuíram para o objeto de estudo. A concepção da categoria *participação* partiu da análise feita pelo sociólogo Pedro DEMO (1988:116) sobre os critérios que avaliam a "qualidade política da participação". Para o autor, a qualidade política é entendida: "como a característica processual que fenômenos participativos precisam apresentar, em termos de conteúdos, fins, para além das instrumentações formais".

A participação é vista na perspectiva de construção da cidadania num contexto de direitos e deveres, sendo o direito à terra fundamental para a consolidação da democracia no Brasil. Para José de Souza MARTINS (1994:12), "é no problema fundiário que está o núcleo das dificuldades para que o Brasil se modernize e se democratize". Nessa perspectiva, argumenta que a luta pela propriedade da terra no país deve ser de interesse de toda sociedade brasileira, não só da classe trabalhadora e associada a outros processos sociais. Num segundo momento, o mesmo capítulo identifica os mecanismos de mobilização ou participação que permitem o jogo democrático entre os membros de um grupo, tais como: a delegação de poder ou de responsabilidade, a aprendizagem coletiva e o estabelecimento de regras sociais (estatutos, acordos, regulamentos).

O segundo capítulo, trata da construção da participação popular no município de Itapipoca. Um destaque especial é dado ao papel da Comissão Pastoral da Terra - CPT na luta pela terra, bem como aos seus impactos em termos de mudanças na organização sócio- política municipal.

O terceiro capítulo aborda a participação e organização dos agricultores no Assentamento Macaco, numa perspectiva histórica da luta. Dessa forma, o estudo resgata a história da luta pela terra no assentamento, a partir da recuperação da memória social dos trabalhadores rurais. O capítulo dedica-se, também, à origem, ao funcionamento e ao gerenciamento da Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Macaco e dos bens coletivos, destacando as inadequações e entraves no processo de participação e organização.

Enfim, são apresentadas, a título de conclusão algumas considerações finais sobre o processo de organização dos trabalhadores rurais em escala municipal

(no CMDS) e no assentamento Macaco, enfocando os ganhos e limites da participação.

CAPÍTULO 1. Participação e Organização para o Acesso a Terra

1.1. Problemática e revisão da literatura

1.1.1. Participação na luta pela terra:

A questão da participação e da organização dos trabalhadores rurais para o acesso a terra se insere, na década de oitenta, no bojo da luta dos movimentos sociais para fazer valer seus direitos políticos e sociais. Nesse período, o cenário rural era mergulhado em conflitos fundiários, impulsionado de um lado, por condicionantes sócio-econômicos, por outro, pela retomada do processo de democratização do país.

O estudo, foi delineado a partir da "dimensão política da propriedade da terra e da dimensão política dos que se envolvem na luta pela terra", segundo, José de Souza MARTINS (1994: 12, 13):

A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia firmemente as possibilidades de transformação social profunda da redemocratização do País (...). A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira *sociedade civil*, quanto da *cidadania* de seus membros [sem grifos no original].

No caso em análise, os atores envolvidos são: os trabalhadores rurais parceiros e rendeiros, os sindicalistas, os fazendeiros, os latifundiários, os representantes do clero, os agentes pastorais, os policiais, os técnicos do Estado e de Organizações não Governamentais - ONG's.

O enfoque teórico sobre a participação é fundamentado em DEMO (1996:116-125), quando estabelece critérios que avaliam a "qualidade política da participação". Para DEMO, a qualidade política é "uma construção federativa, de baixo para cima", que se manifesta pelas seguintes características:

- A "representatividade" : eleger dentro de um processo aberto e democrático as lideranças. Os dirigentes devem ser apenas delegados, ou seja, estarem a serviço de seus liderados. Os dirigentes não podem ser "donos do poder";

- A "legitimidade" : defender a igualdade de oportunidades, pelo menos perante a lei, com vistas a regulamentação do processo democrático. Fundamenta-se no "estado de direito", caracterizado quando uma sociedade funciona através do reconhecimento de direitos e deveres;
- A "participação da base": as iniciativas devem partir dos membros ou delegados, com poder decisório obtido em processos legítimos de eleição nas bases, a fim de que seja garantido que a organização sirva a comunidade, e não o inverso, que os dirigentes se aproveitem da organização para interesses próprios;
- A "auto-sustentação": saber resolver a questão da sobrevivência material, colocando o "suporte material contra o assistencialismo". A participação não pode esgotar-se na face política, tem também uma dimensão sócio-econômica.

Esses critérios contribuem para o fortalecimento das organizações de produtores e moradores. No entanto, vale ressaltar que o processo de participação é dinâmico; é uma construção social e como tal, está sujeito a avanços e recuos, dependendo do contexto histórico e do nível de envolvimento de seus membros.

A participação vista por essa ótica, vai além dos aspectos quantitativos (número de pessoas que comparecem a uma reunião de associação, a um fórum de conselho, reunião de sindicato) , ou seja, ultrapassa o aspecto formal. Como bem colocou um entrevistado: " - aqui não tem reunião, só tem reunião da paga", quando se refere as reuniões da Associação Comunitária, em que se recolhem as contribuições mensais dos associados. Ou um outro, ao se expressar sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável -CMDS de Itapipoca, afirmando que sua finalidade" é só para homologar as decisões do governador do Estado."

Outra vertente de análise é formulada a partir da leitura de Leonardo BOFF (1986) sobre as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, fundamentadas na *Teologia da Libertação*. Esse "recorte" se fez necessário porque a pesquisa foi realizada numa área de assentamento proveniente da CEB. Buscou-se compreender a natureza e a influência da comunidade eclesial de base no processo de participação e organização social do Assentamento. Nessa concepção, "base" apresenta quatro dimensões:

a *teológica*, em que base é sinônimo de fundamento princípio, do que é essencial (...); a *social*, em que base é o que se encontra na posição oposta à cúpula da Igreja e da sociedade (...); a *pedagógica* traduz-se no ritual metodológico: ver, julgar e agir (...); e finalmente, a *antropológica* que é sinônimo de pequeno grupo ou comunidade onde as pessoas partilham a fé a vida e se ajudam mutuamente (...) [sem grifos no original] (BOFF, 1986: 85).

As duas abordagens teóricas (de DEMO e BOFF) se complementam. A medida que os agentes pastorais se utilizam dos preceitos de fé da Teologia da Libertação, "desfatalizando" a causa da pobreza, "sem condicioná-la à vontade de Deus ou a uma realidade natural", deslocando-a do campo religioso para o político-ideológico, evoca o ser político, transformador. Segundo, BOFF (1986:99), a fé aqui, incorpora:

uma visão de clareza política, porque fé aqui significa fundamentalmente uma prática ou 'uma concepção ativa do mundo' (GRAMSCI). A religião se apresenta não como um obstáculo à transformação do mundo (visão marxista), mas como fator de mobilização popular em vista da libertação.

Dessa forma, acredita-se que a Igreja Católica, representada no município pela Diocese e seus agentes pastorais, desenvolveu um papel importante de agente de mobilização social.

1.1.2. Participação e organização local

O município, de Itapipoca apresenta um acentuado nível de mobilização e organização social, expresso pelo número significativo de entidades representativas, como: sindicatos (Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR, de Servidores públicos), Federação das Associações de Bairros e Comunidades do Município - FAMBACI, Associações, alguns Conselhos- Educação, Saúde, Criança e Adolescente, Conselhos Escolares, Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável- CMDS, dentre outros.

1.1.2.1. A ação organizada ou ação coletiva

Os estudiosos da ação organizada ou coletiva, OLSON (1978), ARGUMEDO (1978), SABOURIN (1999) consideram que a mobilização em torno de

um objetivo comum, constitui o primeiro passo para o êxito de processos participativos e sua consolidação na construção de organizações ou de ações coletivas.

No caso em análise, onde os atores sociais são trabalhadores rurais, o objetivo comum foi a mobilização em torno do acesso a um fator de produção, a terra e do manejo de bens coletivos associados ao assentamento (bens, equipamentos e empreendimentos coletivos). Entende-se por bem coletivo:

um recurso ou um bem ao qual todos os membros do grupo tem acesso livremente. No Nordeste é o acesso não somente às fontes de água, como açudes e cisternas comunitárias, mas também aos equipamentos coletivos, perímetros irrigados, infra-estruturas das organizações de produtores (SABOURIN, 1999: 104).

O não atendimento a esse pré - requisito da existência de objetivos comuns é o que explica, em parte, o fracasso de alguns projetos associativos, financiados com recursos públicos, influenciados por atores externos, como técnicos extensionistas, que colocam os objetivos de suas instituições - cumprimento de metas, cronograma de execução - acima das reais necessidades das comunidades. É o caso ainda, de políticos, que utilizam formas mais modernas de clientelismo, ao se empenharem na liberação de recursos para projetos produtivos/ associativos, sem levar em consideração estudos de viabilidade técnica e organizativa - com o único objetivo de manter sua base eleitoral. Um caso exemplar é o da instalação de uma fábrica de doce de banana em Assunção, Itapipoca, onde a produção de banana estava escassa.

Para tratar da construção dos processos de organização, utiliza-se a grade de análise proposta por OSTROM V., e OSTROM E., (1978) atualizada por SABOURIN (1999) e OSTROM E, (1992) (*apud* SABOURIN, 1999). Esses autores identificam três categorias de mecanismos de construção da ação coletiva ou organizada:

- A delegação de responsabilidades ou de poder para alianças ou tutelas externas (mediadores, igreja, partidos, Organizações não Governamentais- ONG's) ou para líderes ou dirigentes internos aos grupos (as organizações locais);

- A aprendizagem coletiva, que pode ser definida como a aquisição de conhecimentos e referências novos mediante a prática coletiva de experiências sociais (lutas políticas no campo, militância, etc);
- A definição de novas regras coletivas para viabilizar a regulação e o funcionamento dos empreendimentos coletivos.

Esses três mecanismos não constituem uma seqüência linear. Podem ser simultâneos, paralelos ou acontecer de maneira cíclica. No caso específico do assentamento Macaco, observa-se que esses mecanismos de mobilização da ação coletiva ou organizada - a *delegação de responsabilidades e de poder*, a *aprendizagem coletiva* e o *estabelecimento de regras comuns*, se processaram conjuntamente a partir do momento em que os moradores passaram a se reunir em "comunidade" para orar, formar mutirões para o plantio de roças, raspa da mandioca e mais intensamente, a partir do momento que lutaram pela posse da terra e de bens coletivos.

No caso analisado, a *delegação de responsabilidade* se concretiza por influência externa (via os mediadores, como a Igreja, a CPT, os partidos políticos) e interna (via os dirigentes da Associação); a *aprendizagem coletiva* se manifesta na prática das experiências de luta e de produção coletiva (a Associação, o CMDS); a *definição de novas regras* se estabelece sob forma dos novos estatutos da Associação, das normas de funcionamento do CMDS e dos grupos de produção coletiva, do regulamento do manejo de equipamentos coletivos e da organização dos novos empreendimentos coletivos.

1.1.2.2. Participação e a questão do poder

Para DEMO, a participação deve levar à promoção social, ou seja, à partilha de bens e ao acesso aos *direitos políticos* - a deliberar sobre suas vidas, ter livre expressão de pensamento e prática política, religiosa, etc.; *direitos sociais* - ao atendimento das necessidades básicas, com vistas a modificar as condições de vida. O que não significa, que toda participação leva "mecanicamente à transformação" pois até o "conservador quando acredita no projeto político do sistema vigente, participa de forma intensiva para preservá-lo". A consecução dessa estratégia,

depende pois, da *qualidade da participação e da organização* dos envolvidos no processo reivindicativo (DEMO, 1996:20).

Ainda, segundo o autor citado (DEMO, 1996: 20), para se efetivar a participação é preciso encarar o poder de frente, partir dele e então abrir os espaços de participação. Por conseguinte, "participação, não é ausência, superação, eliminação do poder, mas, outra forma de poder".

Essa relação entre o poder e participação é essencial para que seja desencadeado um processo de transformação social, visando uma sociedade mais igualitária e fraterna, onde os cidadãos tenham consciência dos espaços que lhes cabem ocupar por direito.

Em Macaco, os problemas de poder se materializaram em torno da conquista da terra, o que provocou inúmeros conflitos, mediações, negociações e o envolvimento de diversos atores sociais (trabalhadores rurais, latifundiários, membros da Diocese, bispo, técnicos do Estado, polícia, etc.).

O confronto se manifestou à medida que os moradores foram tomando consciência dos seus direitos, através da missão pastoral e evangelizadora dos "animadores" do Movimento de Educação de Base - MEB. Aqui, a consciência é compreendida, numa perspectiva dialética, expressa em LEFBVRE (1979), (*apud* MARTINS, José de Souza, 1996:136), como uma realidade em movimento que "nunca é apreendida totalmente em todas as suas dimensões":

entre a realidade e a consciência existe um conflito permanente e 'fecundo' (...) A própria 'consciência revolucionária não é espontânea, mas deve ser conquistada por um esforço teórico e prático' (...) imenso, 'um esforço de conhecimento e de ação'.

No estudo em questão, os agentes pastorais, intervêm na comunidade no sentido de animar "a esperança", promover "a vida e a total abertura aos outros e a Deus, criando comunidades de fé, esperança e amor, comprometidas com a libertação integral" (BOFF, 1986:84).

As reflexões em grupos partiam então, das situações concretas e do confronto mútuo entre evangelho e vida. É dessa situação de confronto que emergem "a dimensão de libertação de toda injustiça e a fome e sede de participação e comunhão na sociedade e na Igreja" (BOFF, 1986 : 87).

Esse significado libertador da missão da Igreja é desafiado "pelos níveis de opressão coletiva a que os pobres estão submetidos". Essa missão tem que apresentar-se como: "promotora dos direitos dos pobres, autora, por todos os lados, de comunhão e de participação" (BOFF, 1986:87-89).

1.1.3. Participação e democracia

DEMO (1996:79), argumenta que numa perspectiva democrática, é através da participação que se aprende a negociar os múltiplos interesses existentes numa sociedade. Isto, significa "tratamento das divergências sobre o pressuposto das oportunidades equalizadas, ou seja, de igual para igual, pelo menos em tese". A negociação não elimina as divergências, acomoda-as em níveis que permitam a "convivência e a realização relativa dos interesses específicos". As divergências fazem parte da democracia; democracia como forma de organização sócio-econômica e política capaz de "garantir a participação como processo de conquista" (DEMO, 1996:53).

É nesse processo de conquista que se forma e se aprende a ser cidadão. Logo, a participação, é a "palavra-chave da cidadania". "Participar de decisões, participar nos resultados, fazer parte, estar incluído entre os que são contados e os que contam (MOURA, coord., 1996:21).

A participação deve, portanto, conduzir a *realização da cidadania*, isto é, influenciar na distribuição de bens e poder (DEMO, 1992: 70). A cidadania se constrói no movimento, na ação. O ser cidadão é construído no cotidiano, nas lutas por melhores condições de vida, educação, saúde, salários, moradia, acesso a terra. No caso estudado, os cidadãos são trabalhadores rurais, membros da diretoria da Associação, representantes de grupos, membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS.

COVRE (1997: 8), aponta na mesma direção, ao elaborar o conceito de cidadania, como o "resultado não de uma apreensão estanque, mas de um processo dialético em incessante percurso em nossa sociedade". Argumenta, ainda, que alguns confundem "ser cidadão" com o direito de votar, mas só a concretização desse direito não garante a cidadania, se não for acompanhada de determinadas condições econômicas, sociais, políticas e culturais.

Há uma tendência das pessoas pensarem na cidadania apenas em termos de "direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente, da existência desses direitos" (COVRE, 1997: 11). O principal dever do cidadão é:

ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembleias - no bairro, sindicato, partido ou escola (...) pressionar os governos municipal, estadual, federal e mundial (...).

Dessa forma, só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da luta para fazer valer os direitos do cidadão. A prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor (COVRE, 1997: 10).

Por sua vez, WEFFORT (1992: 198), argumenta que "só o direito do voto não garante a cidadania, o voto é um elemento da cidadania. Principalmente, o voto obrigatório que cria uma situação peculiar, na qual existem eleitores que são menos cidadãos que outros eleitores, são os meio - cidadãos". Isso acontece porque a sociedade brasileira apresenta uma desigualdade social muito acentuada e porque a "noção de igualdade implícita na idéia de cidadania não tem como se realizar para o conjunto da população". A formação da cidadania "vai junto com a consolidação das instituições da cidadania" e com o desenvolvimento econômico e social do país. Logo, "a formação do cidadão" é "um fenômeno da área da educação, da cultura, da organização, da capacidade de associação das pessoas" (WEFFORT, 1992: 199). Ainda, segundo o autor citado, a idéia de cidadania, supõe que:

cada cidadão tem que ter um mínimo de possibilidade social para a expressão de suas opiniões; tem que ter um mínimo de possibilidade social para reivindicar os seus direitos. Que cada cidadão tenha possibilidades ou pelo menos, capacidade de se associar com outros, criar associações de qualquer tipo, que lhe permitam fazer valer os seus direitos (WEFFORT, 1992: 194).

DEMO (1996), vê a cidadania como "qualidade social de uma sociedade organizada sob forma de direitos e deveres", reconhecidos pela maioria da população:

No lado dos direitos, repontam os ditos direitos humanos, que hoje nos parecem óbvios, mas cuja conquista demorou milênios (...). No lado dos deveres, aparece sobretudo o compromisso comunitário de cooperação e co-responsabilidade. Cidadania pressupõe o Estado de direito, que parte pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres (DEMO, 1996: 70-71).

Os direitos e deveres constam na Constituição de 1988, mas sua realização depende da atuação política. É no confronto político entre aqueles que detêm o poder e aqueles que pertencem as classes subalternas, que é garantido o cumprimento dos direitos inscritos na Constituição.

A atuação política deve portanto consolidar uma cultura democrática, através de um processo de "aprendizagem". Aprender para eleger, deseleger, a estabelecer rodízio no poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem a comunidade". Nessa perspectiva, a participação assume um caráter educativo. Os indivíduos envolvidos no processo participativo aprendem e implementam "regras democráticas de jogo" (DEMO, 1996:71).

As regras são construídas socialmente, à medida que os membros de um grupo definem mecanismos de funcionamento e manutenção de um sistema, seja ele social (grupos de mães, de jovens), político (Associação, Conselho) ou produtivo (grupos de trabalho do tipo mutirão, de gestão de bens coletivos). Para LIVET & THÉVENOT (1994), (apud SABOURIN, 1999:116), as regras são:

'procedimentos de tratamento dos conflitos e de interpretação quer dizer de revisão dos quadros da ação coletiva e não fatores determinantes da ação imediata'. A noção de regra está associada à capacidade de antecipação dos atores que depende, por sua vez, do reconhecimento e da qualificação de 'sinais' ou 'marcas'. A validação coletiva de objetos comuns os transforma em 'objetos convencionais' (que têm o papel de convenções): estatuto da associação, plano de trabalho do trator, regulamento interno da cooperativa, projeto de desenvolvimento local do distrito ou do município.

Nessa perspectiva, nos processos participativos estudados, as regras, algumas vezes, são "transformadas ou interpretadas" por técnicos que tratam os trabalhadores rurais, não como sujeitos de sua própria história, mas, como "matéria prima a que se dá o destino que se quer", conforme afirmação de um entrevistado. Em outras palavras, é algo que se tenta lapidar, ajustar, conforme os interesses institucionais. Outras vezes, as regras são impostas pelos próprios trabalhadores,

que, ao assumirem uma função de comando na comunidade, se utilizam de práticas autoritárias, assimiladas da classe dominante representada em nível local por técnicos.

Portanto, a implementação de regras verdadeiramente democráticas leva tempo, anos, em razão de depender de uma vivência no dia-a-dia, no *aprender fazendo*.

1.2. Objetivos do estudo

1.2.1. Objetivo geral

O principal objetivo deste trabalho é de resgatar e analisar os processos de participação e organização popular para o acesso e o manejo coletivo da terra no Município de Itapipoca -CE.

1.2.2. Objetivos específicos

A pesquisa desenvolveu-se a partir de três objetivos específicos:

- Analisar o papel da Igreja Católica e da Comissão Pastoral da Terra na promoção dos processos de participação e organização popular em Itapipoca, assim como as suas conseqüências atuais sobre a administração municipal;
- resgatar o processo de organização e acesso à terra dos agricultores do assentamento Macaco em Itapipoca;
- analisar a construção, o funcionamento e as limitações da Associação dos produtores do assentamento Macaco em termos de participação, de ação coletiva e de gestão de bens coletivos.

1.3. Percurso metodológico

1.3.1. A observação participante

Adotou-se na pesquisa a metodologia de "observação participante", definida por M. SCHWARTZ & C. SCHWART, (*apud*, ZALUAR, 1975:89) como:

Um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está face-a-face com os observados e ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificado por este contexto.

Nessa perspectiva, a pesquisa, é considerada uma prática social, marcada por uma atmosfera permeada de sentimentos, emoções e reflexões. Na relação sujeito-objeto, o pesquisador é incentivado, de forma consciente ou inconsciente, a exercer alguns "papéis" (ZALUAR, 1985:17,18). Em alguns momentos fui solicitada, a exercer o "papel de mediadora" entre o mundo da comunidade e o da sociedade. Essa situação apresentou-se de forma clara quando em entrevista com o presidente da Associação, este, ao relatar as dificuldades em relação ao INCRA, ponderou: "- talvez, uma pessoa como você, [leia - se "letrada"] possa ajudar a nós". Essa observação foi feita, após algum período em que eu já convivía na comunidade. Daí, passei a me identificar de modo mais claro, afirmando que era estudante e estava ali para escrever a história da luta pela terra na comunidade. Em outro momento, me vi assumindo o papel de "rica generosa", ao comprar algumas peças produzidas pela indústria de confecção embora, tenha "frisado" que as iria adquirir porque estava precisando do produto.

1.3.2. O objeto visto com outro olhar

Em princípio, o "cenário pesquisado" não me causou nenhum "estranhamento" por se tratar de um município onde trabalhei durante cinco anos. Entretanto, à medida que fui encontrando pessoas com as quais trabalhei direta, ou indiretamente, pude perceber que a "atmosfera" era outra. O clima político no município, estava passando por transformações. O "poder local", antes centralizado nas oligarquias rurais, hoje, se não mudou totalmente de "mão", se encontra dividido entre antigos líderes municipais e pessoas consideradas na década de oitenta, de "esquerda". Essas pessoas, que anteriormente, apoiavam os trabalhadores rurais, quase no anonimato, atualmente, estão à frente da Prefeitura ocupando cargos de vice-prefeito, assessores e secretário. Outras, encontram-se na oposição, como presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura do Ceará-FETRAECE, ou representante parlamentar. O encontro casual com alguns

desses antigos companheiros de trabalho como a assistente social da extinta Legião Brasileira de Assistência-LBA, (hoje vereadora no município de Miraima) facilitou - me o contato com algumas lideranças que eu entrevistaria, posteriormente, no assentamento. De antemão, já contava com o reconhecimento de que eu era uma técnica, que trabalhara para as comunidades da região. A entrevistada, ex-secretária da Associação, em 1986, assim comentou: "ela [a vereadora] veio nos dar os parabéns porque você estava fazendo essa pesquisa, e a nossa comunidade tinha sido escolhida". Por outro lado, isso aumentou minha responsabilidade, enquanto pesquisadora.

1.3.3. Aprofundando o conhecimento sobre a realidade

A outra vertente metodológica da pesquisa consistiu em coleta de dados primários, qualitativos, obtidos através de entrevistas. Foram utilizados entrevistas com roteiros previamente elaborados, assim como, entrevistas com roteiros semi-elaborados e conversas informais, com moradores do assentamento e do município. Os dados secundários foram obtidos através de consultas ao estatuto e atas da Associação, documentos elaborados pela Diocese de Itapipoca e órgãos do Estado.

A escolha dos informantes - chaves, obedeceu a alguns critérios:

No Assentamento: foram entrevistados atuais e ex-dirigentes da Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Macaco, responsáveis pelos bens coletivos, membros da Associação e dos grupos produtivos. *No município:* foram entrevistados membros do CMDS, ex-membros da Comissão de Apoio a Pastoral da Terra- CAPT, integrantes da CPT atual, assessores do prefeito, secretários municipais, e técnicos de órgãos governamentais, que atuavam na área, na década de 80.

Os roteiros de entrevistas tiveram como fio condutor as duas instâncias de participação. A Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Macaco e o CMDS. As questões tiveram como objetivo verificar a *qualidade política da participação* observando os critérios de legitimidade, representatividade, participação da base e auto-sustentação dos processos participativos. Para tanto, no caso da Associação, as entrevistas foram realizadas com os dois tipos informantes, dirigentes e sócios. Para os dirigentes, além do roteiro aplicado as bases foi elaborado outro

complementar. As entrevistas realizadas com os responsáveis pelos bens coletivos, tinham como finalidade identificar as formas de funcionamento e os principais problemas. Essas entrevistas eram iniciadas com um resumo de "sua história de vida", o que provocava uma descontração, já que o ato de falar de si o deixava mais desembaraçado (os roteiros encontram-se no Anexo II).

No total, realizaram-se 34 entrevistas: 18 em Macaco, 14 em Itapipoca e 2 em Fortaleza. Na maior parte das entrevistas utilizou-se a técnica do registro em fitas cassetes (21 entrevistas e 16 fitas). As fitas foram transcritas e arquivadas em disquetes. Recorreu-se também ao diário de campo, para registro de reflexões e dos aspectos da vida cultural do lugar, uma vez que a pesquisa se desenvolveu num período relativamente longo, de junho a outubro de 1998. Foi utilizado também o registro fotográfico. Em princípio, foram fotografadas as pessoas da comunidade trabalhando no beneficiamento da mandioca. Mas, no decorrer da pesquisa, a máquina fotográfica passou a ser um instrumento de aproximação entre a pesquisadora e a comunidade. Em geral, os adultos permitiam que os fotografassem. Para estes, a fotografia não representa "invasão de privacidade". Uma das lideranças mais idosa, até solicitou uma fotografia com seu "animal predileto", no caso, uma "garrota". O que evidenciou uma auto estima em ser um trabalhador rural. Por outro lado, a fotografia descortinou um sentimento inverso, por parte de algumas crianças, que não permitiram que os fotografassem em sala de aula.

Finalmente, participei, como "observadora", de três fóruns do Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário- CMDS realizados todas as terceiras sextas - feiras do mês, bem como, de uma reunião realizada pelo INCRA, no assentamento.

Cabe assinalar, que é de fundamental importância a preparação prévia do pesquisador para realizar a entrevista. A leitura de documentos elaborados tanto pela Igreja, como por órgãos de pesquisas estaduais e outros pesquisadores vinculados às universidades locais, foi essencial para a formulação dos roteiros e domínio da temática.

Vale salientar, no entanto, que em consonância com a pesquisadora Miriam Moreira Leite (1993), somos conscientes que "o método pouco vale":

se não é sensível o olhar que se debruça sobre o outro olhar de outrora e que deve portar de algum modo, como diante do poema, a chave para uma interrogação, a resposta para um enigma que o guarda em silêncio.

1.3.4. Tratamento e análise das informações

Ao concluir a pesquisa, as informações foram consolidadas em duas matrizes. Uma para identificar os mecanismos que influenciam a participação. As informações foram agrupadas conforme a identificação dos informantes: CMDS, Associação, comunidade, bens coletivos (a casa de farinha comunitária, o campo comunitário, a indústria de confecções, as colmeias, a máquina forrageira, o caminhão e os animais - bovinos e caprinos). Na outra matriz, ressaltaram-se os principais problemas ou entraves ao processo de organização relacionando-os com os informantes.

A sugestão para se adotar essa metodologia partiu da leitura sobre a pesquisa intitulada " São Paulo, 1920-1937- Depoimentos de trabalhadores de baixos recursos" (In: M^a Isaura PEREIRA de QUEIROZ, 1983: 14). Utilizou-se também apontamentos de seminários realizados em sala de aula, da disciplina de "metodologia de pesquisa", do mestrado.

No terceiro capítulo, optou-se em destacar os depoimentos dos principais atores envolvidos, os trabalhadores rurais, uma vez que segundo BASTIDE (*apud*, QUEIROZ 1983: 148), essa técnica "revela muito mais a realidade, mesmo que sob aparente desordem, do que entrevistas muito dirigidas ou questionários ". Assim, o fio condutor da história da luta pela terra foi o depoimento elaborado livremente e manuscrito (em 1993) por uma liderança da comunidade.

CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA

2.1. O município de Itapipoca - CE

2.1.1. Origem do município e aspectos sócio-econômicos:

Itapipoca surgiu como vila em 1823, pela Resolução Imperial, de 3 de fevereiro. Sua elevação para a categoria de cidade, ocorreu sob a Lei n^o 1288, de 31 de agosto de 1915 (ARAGÃO. R., 1996:118).

Hoje, integra o conjunto de 15 municípios de Área de Desenvolvimento Regional – ADR do Litoral, ² localizada na Região Administrativa n^o 02, do Estado do Ceará. Com uma extensão de 1782km², é composto do distrito sede e mais nove: Arapari e Assunção(região serrana), Baleia, Barrento e Marinheiros(região da praia), Bela Vista, Betânia, Ipu Mazagão e Deserto (sertão) (ver Figura 1).

Com uma população de 80.249 habitantes, em 1996, é um dos mais populosos do Estado, ocupando no ranking dos municípios cearenses, num conjunto de 184 municípios, a 36^a posição, em densidade demográfica com 67,25% (IPLANCE, 1996-1997: 15). Apresenta um fluxo migratório crescente na direção campo cidade, entre 1970-1996, com uma população urbana de 41.697 habitantes, superior à rural (38.552 habitantes). No período de 1991 a 1996, à medida que a população rural decresce, a urbana aumenta na mesma proporção, 34,39%. Esse aumento progressivo da população urbana, é revelado também na taxa de urbanização que passa de 44,87%, em 1991, para 51,96 % em 1996, embora seja menor que a média do Estado (66,24%).

O município de Itapipoca é conhecido, de forma pitoresca, como a *cidade dos três climas*, por constituir-se de diferenciações fisiográficas - áreas de serra, sertão e praia. Por causa dessa diversidade apresenta precipitações pluviométricas irregulares, oscilando entre período de escassez de chuva, abaixo da média do Estado (600mm, para o sertão) com período chuvoso prolongado.

Os indicadores econômicos e sociais de Itapipoca, dados de 1995, revelam um índice elevado de carências, segundo dados do Instituto de Planejamento do Estado do Ceará-IPLANCE (1997,1998) (ver Quadro 1)

Quadro 1: Principais indicadores sócio- econômicos do Município de Itapipoca-CE

RENDA: o índice de Gini, ³ (0,5274) coloca o município em 59^o lugar num conjunto de 178 municípios cearenses, que tem nos extremos da hierarquia o município de Fortaleza (0,6545) com a maior desigualdade de renda e Senador Sá (0,3440) com o melhor índice; a renda média interna de R\$57.367, representando 0,45% sobre o total do Estado, ocupa a 19^o posição, no ranking ⁴ do Estado; a renda per capita, com R\$720, ocupando o 38^o lugar do ranking estadual, que tem Eusébio em primeiro (com 10.225,14/habitante), Fortaleza (com R\$ 3.794/habitante) em 6^o lugar e Tejuçuoca na última colocação com R\$28,29 por habitante (IPLANCE, 1998:20);

SAÚDE: a taxa de mortalidade infantil - TMI, no período de 1994 - 1995, de 64/1000 n.v. para 30/1000n.v, com uma redução, ocupando, a 53^o posição em um universo de 155 municípios do Estado; a cobertura vacinal, em 1996, de: 100% para a pólio; 95,7% para a tríplice; 97,6% para o sarampo e 100% para a B.C.G;

SANEAMENTO BÁSICO: dos 15.162 domicílios, 21,44%, possuem abastecimento de água adequado (domicílios com abastecimento de água - ligados à rede geral; e ligados à rede geral ou fossa séptica); 13,73%, apresentam instalações sanitárias adequadas; e 16,27% têm o lixo coletados. Ocupando a 77^o, 41^o e 85^o posição no ranking do Estado, respectivamente (IPLANCE, 1997:65);

EDUCAÇÃO: a taxa de analfabetismo de 29,21%, tem média maior que a do Estado (26,48%), no ano de 1995. Nesse grupo encontram-se 107 municípios, dos quais, Itapipoca ocupa o 82^o lugar no ranking, perde também para a média do Estado (78,28%), em termos de taxa de escolaridade apresentando (76,74%), ocupando 77^o posição (IPLANCE, 1998: 26).

Dos dados apresentados, somente os referentes às coberturas vacinais e mortalidade infantil, vêm se modificando positivamente, ao longo dos anos, os demais revelam uma desigualdade social e a falta de compromisso dos dirigentes com os serviços públicos, que têm como principais usuários, setores da camada popular.

2.1.2. Atividades agrícolas

A diversidade climática (serra, sertão e praia) e de solo reflete-se na atividade produtiva do município, contribuindo para a ampliação de alternativas de investimentos econômicos.

A *economia agrícola* apoia-se, principalmente, na exploração do coco da baía, no aproveitamento da castanha do caju, e nas culturas de subsistência mandioca, milho e feijão.

O município figura em 16^º no ranking dos municípios do Ceará, segundo o critério *área ociosa* - área aproveitável e não explorada, apresenta: 1.586 imóveis e 71.830,10 (ha).

De acordo com os critérios, *quantidade de área colhida e produção, (t)* figuram em conjunto os produtos de subsistência – feijão, mandioca e milho. Desses, o destaque é para o cultivo da mandioca, que a partir de 94 tem produção ascendente, especialmente em 1996 (90.560t.). Levando em consideração a influência do fator climático, nesse ano, as precipitações pluviométricas do município foram superior à média do Estado (1.554mm). O *coco da baía*, também apresenta, nos anos de 94-96, uma produção crescente. A expressiva produção de coco é decorrente da demanda da agroindústria DUCOCO, que é responsável pela produção de óleo e leite de coco para o abastecimento de parte do mercado interno e externo.

A produção agrícola, avaliada segundo, *a extensão da área colhida(ha)*, tem no cultivo do caju, sua principal atividade, embora registre-se no ano de 92 algumas dificuldades de natureza técnica e de mercado (In: IPLANCE, 1995: 12). Essa preferência pelo cultivo decorre do fato da castanha ser, tradicionalmente, um dos principais produtos de exportação do Estado. O caju, além de abastecer o mercado externo, abastece o mercado interno com a produção de polpas, principalmente para as lanchonete e sorveteria de Fortaleza (Diário do Nordeste, 04.09.98).

2.1.3. Principais problemas pertinentes ao setor agrícola

Em junho de 1995, o IPLANCE, coordenou um Seminário com lideranças municipais (representantes de comunidades, sindicato, distritos, técnicos, federação das comunidades, MEB, Diocese, etc.) para a elaboração o "Plano de

Desenvolvimento do Município de Itapipoca". O objetivo era promover a hierarquização de prioridades do município, como parte da estratégia de planejamento do Estado, voltada para o desenvolvimento sustentável (IPLANCE, 1995: 27). Dentre as principais dificuldades identificadas, destaca-se as que persistem até o momento atual:

- inexistência de incentivo à produção;
- dificuldades dos pequenos agricultores no acesso à terra;
- assistência técnica insuficiente;
- dificuldades na comercialização dos produtos;
- insuficiente número de reservatórios para captação d'água e;
- pragas e doenças que atingem os cajueiros.

Além desses aspectos foi ressaltado a problemática da extinção da cotonicultura no município. A produção do algodão já teve sua época áurea, justificando até a existência de uma indústria de beneficiamento de algodão, que no momento, encontra-se desativada. Como principais causas foram apontadas "a praga do bicudo e a inexistência de uma política agrícola".

As críticas dos políticos, tanto em nível municipal como estadual (opositores do governo na Assembléia Legislativa), levaram o governo a criar o *Programa Hora do Algodão*, cujo objetivo é "resgatar a cotonicultura cearense". Apesar do Programa, registra-se em todo o Estado, uma queda de produção do algodão ao longo dos anos. Em 1998, apenas 14 municípios plantaram o produto, o que representa uma redução de 70,02 % no número de municípios que produziram o produto no ano anterior (Diário do Nordeste, 12.03.99).

A seca foi apontada pelas lideranças locais como um dos problemas que mais afetam a agricultura, embora esteja-se no século vinte e este seja marcado pelo desenvolvimento tecnológico e o governo estadual se auto denomine "Governo das Mudanças". Notadamente, em 1998, ano castigado pela seca, registra-se no município, redução na produção de feijão, mandioca, coco-da-baía e castanha (IPLANCE, 1995: 12).

Apesar das adversidades que o setor tem enfrentado, a População Economicamente Ativa -PEA de Itapipoca concentra-se 61,5% na atividade agrícola, 23,0% no serviço e 15,5% na indústria, segundo censo demográfico de 1991.

Entretanto, deve-se ressaltar que dados dos Censos Agropecuários, do IBGE, para o período de 1985 e 1995/1996, mostram que houve uma queda de 7,94% no número de pessoal ocupado em atividades agrícolas, no Ceará.

2.1.4.Principais ações municipais para agricultura

As ações municipais para a agricultura, esse ano, segundo o secretário de agricultura do município, são "paliativas" porque "é ano de seca, atípico, no Ceará". Por essa razão, a prefeitura investiu no *Plano de Combate à Seca do Nordeste* (formado pelas Frentes Produtivas, Culturais, Ecológicas e de Capacitação). Em Itapipoca, a prioridade foi para o atendimento das áreas de sertão e de *serrote seco*, localizada na serra Arapari/Assunção. As "Frentes" alistaram 2.740 homens para trabalhar na construção de cacimbões, barragens, cisternas. Destes, 250 estão participando do programa de capacitação que ficou a cargo da equipe do "Comunidade Solidária"(entrevista, 15.10.98).

O Programa das "Frentes de Trabalho" é administrado em nível municipal pela Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC), cujo presidente é o prefeito e os demais membros são representantes da sociedade civil (STR, Federação das Associações de Bairro) e de instituições governamentais (técnicos da EMATER, gerente do Banco do Brasil, Polícia Militar).

O Programa apresentou algumas dificuldades na implementação. O planejamento é centralizado em nível estadual e federal. Em nível estadual as decisões ficam a cargo do Conselho de Secretários (Estaduais), em Fortaleza. Em decorrência disso, constata-se a não incorporação em suas ações, do Plano elaborado pelo executivo municipal para o período 97-2000. Além disso, provoca atraso na liberação de recursos para a compra de material destinado às obras.

A seleção das localidades a serem beneficiadas fica a cargo da COMDEC, que pouco se reúne, e quando o faz, não convoca com antecipação seus membros. Constata-se que o espaço de discussão das Frentes é o fórum do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável- CMDS, que não tem poder de deliberação, devido os níveis hierárquicos do Programa.

Observa-se também uma desarticulação entre o trabalho técnico e o político, uma vez que o órgão executor do Programa, no caso a Secretaria de

Agricultura não participa das reuniões específicas da Comissão. O secretário justifica sua ausência na COMDEC, ressaltando que seu trabalho é eminentemente "operacional, técnico":

A Comissão da Defesa Civil é quem decide quais são as localidades prioritárias, nós vamos lá cadastrar nessa localidade porque nós somos o grupo de operações, vamos só executar o trabalho. Porque nós somos técnicos, ninguém é do sindicato, ninguém é vereador, ninguém é da comunidade, então nós vamos executar o que foi decidido pela comunidade, o que foi decidido pelas lideranças, elas é quem sabe onde é que estão as maiores carências (entrevista, 15.1098).

Essa "desarticulação" entre as duas instâncias: *aquela* que seleciona as comunidades, ou seja, que decide politicamente e a *que* executa, no caso a Secretaria da Agricultura, abre espaço para não se respeitar os critérios sócio-econômicos (só se pode cadastrar um membro por família, está excluída a família que possuir animais e tiver um aposentado e / ou um funcionário da Prefeitura).

O Programa é deficiente também em termos numéricos, em razão das vagas serem inferiores as demandas:

A metade da população é gente do campo, (...) na faixa de 15.000 (quinze mil), famílias, dessas todas são carentes porque (...) quem tem alguma coisa, quem tem terra, hoje não tem nada, porque não tem inverno(...) Aí, dá pra ver a disparidade do número de pessoas que precisam (entrevista, 15.1098).

Apesar das "Frentes Produtivas" serem de "cunho comunitário", o Programa não exige nenhum documento registrado em cartório, reconhecendo as benfeitorias como de servidão pública. Há "um acordo de cavalheiro", no qual, o dono da propriedade tem por "obrigação de torná-la comunitária". A ausência desse documento, pode ocasionar distorções, uma vez que os proprietários beneficiados podem se apropriar das benfeitorias sem permitir o acesso à comunidade, como tem se verificado em programas anteriores.

A introdução da capacitação é a única inovação positiva no Programa atual, visto que contribui para à "formação do sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres". A "educação é um dos componentes de formação da cidadania", quando "o ensino é de qualidade" (DEMO, 1996:52-3).

A estratégia de mudar o nome do Programa para "Frentes de Produção", não esconde seus mecanismos clientelistas e nem sua concepção paliativa, face a problemática da seca, característicos dos planos anteriores de Combate à Seca. A seca não pode ser considerada como um fenômeno "atípico", mas, como algo *cíclico*, que deve ser encarado pelo governo (nos diversos níveis- federal, estadual e municipal) com ações permanentes onde a educação exerce um papel fundamental para o desenvolvimento social.

Por outro lado, constata-se que não é fácil mudar a postura elitista do poder local, mais especificamente dos proprietários de terra, os quais mostram resistência em liberar os trabalhadores para se capacitarem.

2.1.5. Outros aspectos econômicos do município:

O volume de recursos arrecadados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS no município, no período de 94-96, vem crescendo, sendo a indústria a líder da arrecadação, seguida do comércio. Para o ano de 97, essa tendência continua: o ICMS (R\$ 6.619.182,81), correspondendo a 99 % do total arrecadado no município; em seguida figura o IPVA, com R\$ 182.847,10, representando 2,65% do total arrecadado; as outras receitas só representam 1,40%, segundo dados da Secretaria da Fazenda do Ceará.

Por sua vez, a arrecadação da *agricultura e pecuária* vem caindo nesse mesmo período, passando da 3^a colocação em 94, para a 4^a a partir de 95. O fato demonstra que a atividade agrícola é bastante instável, tanto pelas condições climáticas, como também pela carência de políticas permanentes eficazes voltadas para o setor.

Os dados do Produto Interno Bruto -PIB, referentes a 97, apontam também essa tendência. Itapipoca, ocupou a 10^a posição no ranking do Estado. Distribuído por setores, a indústria liderou com R\$ 67.828,77 representando 45,92 % sobre o total do município; seguindo em importância vem os serviços com 65.623,73 correspondendo a 44,43 % e a agropecuária com R\$14.256,65 equivalente a 9,65%.

Essas estatísticas, revelam o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo estadual e municipal, fundamentado no processo de interiorização de indústrias. Essas indústrias se instalam no Ceará, atraídas pela política de "isenção

fiscal e outras benesses "concedidas pelo governo do Estado e do Município. Geralmente os municípios concedem o terreno e abrem mão de tributos e taxas de sua competência. No caso da indústria de calçados, essas empresas se beneficiam também da mão-de-obra mais barata que a encontrada no Vale dos Sinos, no R.G.S., maior pólo exportador de calçados do país. Nesse gênero industrial, a diferença de salários entre os dois estados, chega a 40%, mas, segundo especialistas do ramo, o impacto do custo da mão-de-obra no preço final do produto fica entre 10% e 20% (Gazeta Mercantil, 1997: 9).

A linha de *emprego e renda*, via desenvolvimento industrial, embora, seja alvo de críticas de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, e de economistas (OLIVA, 1991; NETO, 1998; OLIVEIRA & TEIXEIRA, 1998) por ser lesiva ao Estado, pelo período longo de isenção fiscal; de denúncias da Delegacia Regional do Trabalho e da Pastoral Operária por provocar mudanças no processo produtivo, trazendo prejuízo para os trabalhadores, constitui-se na terceira prioridade do executivo municipal. Conforme citação do secretário particular do prefeito (a saúde é a 1^a, talvez pelo fato do prefeito ser médico; em segundo, vem educação).

Essa opção de desenvolvimento, levou o prefeito assumir em campanha, a ampliação da indústria de calçados Dilly Nordeste (criada na administração anterior, em 1996). No momento, esta indústria, está funcionando em 4 galpões (3 na linha de produção e uma unidade de capacitação profissional), e outros se encontram em construção. Hoje (08.10.98), gera 800 empregos diretos e 1500 indiretos. A previsão da administração municipal é ampliar para 2 mil e cem empregos diretos. Há de se levar em conta que, em alguns casos, as estimativas do governo para ocupação industrial, vão além da capacidade empregatícia do setor. Como neste caso, onde a previsão do Estado era de criar 1.000 empregos diretos e 4.000 indiretos, com essa indústria (IPLANCE, 1998:19).

Em Itapipoca, esse setor calçadista, conjuntamente com outros gêneros de transformação (produtos alimentares, vestuários, artefatos de tecidos) vem se expandindo, ao longo de seis anos: passando de 36 estabelecimentos em 1991, para 78, em 1997. O gênero calçados, representava 19,44% em 1991, aumentou para 23,08%, em 1997, só perdendo para produtos alimentares. Em 1997, o município ocupou a 18^a posição no "ranking" dos municípios hierarquizados, segundo o total de indústria do estado. Há, entretanto, o predomínio de indústria de

pequeno porte, com exceção da agroindústria da Companhia Industrial do Coco (DUCOCO), que se enquadra a nível de média empresa.

2.2.O papel da Igreja católica na construção da participação popular

Em Itapipoca, a criação da Igreja Católica, e o poder que dela emana, remontam ao século dezoito (1778), quando o colonizador português, Jerônimo Guimarães, doou meia légua de terra para a formação do patrimônio eclesiástico (ver Quadro 2). A Igreja-Matriz, dedicada ao padroado de Nossa Senhora das Mercês, teve suas obras iniciadas em 1881, enquanto que a Diocese só foi fundada em 13 de março de 1971 (ARAGÃO, 1996:119). Hoje, congrega 18 paróquias e 3 áreas pastorais, situadas em 17 municípios da região.

Quadro 2 : Cronologia da diocese de Itapipoca

| | |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| 1778 | Doação de terras para a construção da Igreja |
| Década de 60 | Criação das CEBs |
| 13.03.1971 | Criação da Diocese |
| 21.11.1971 | Posse de Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte |
| 1973 | Criação do MEB |
| 1973 | Criação da Pastoral de Jovens |
| 1974 | Constituído o Secretariado de Treinamento de Liderança Cristã |
| 1978 | Criação da Pastoral de Adolescente e Crianças – PAC. Crianças a partir de 7 anos. |
| 1979 | Criação da Paroquia de Paraipaba |
| 1981 | A Pastoral de Jovens compõe a Comissão Reg. da Pastoral da Juventude |
| 1981-1982 | Criação da Comissão de Assessoria à Pastoral da Terra - CAPT |
| 1982 | Criação da Legião de Maria |
| 1984 | Criação da Pastoral da Criança (criança de 0 a 6 anos) |
| 1984 | Criação da Pastoral Urbana |
| 05.05.1985 | Posse de Dom Benedito Francisco de Albuquerque |
| 1985 | Criação da Pastoral Operária |
| 1986 | Criação das Paroquias de Cristo Redentor e S. Francisco |
| 1986 | Criação da Paroquia de Tejuçoca |
| 1987 | Criação da Pastoral da Saúde |
| 1988 | Criação da Equipe Diocesana de Pastoral |
| 1988 | Criação da Área Pastoral de Mundaú e Canaã |
| 1990 | Criação da área Pastoral de Jurutianha |
| 1992 | Criação da Pastoral da Família e do Instituto Teológico e Pastoral de Itapipoca -ITEPI |

A gestão da Diocese é caracterizada por dois momentos distintos: o *primeiro*, iniciado em novembro de 1971, sob o comando do bispo Dom Paulo Eduardo de Andrade Ponte, o qual permaneceu a sua frente até março de 1984, data em que foi nomeado como arcebispo de São Luís no Maranhão. O *segundo momento* é marcado pela posse do atual bispo, Dom Benedito Francisco de Albuquerque em 1985.

2.2.1. Dom Paulo e as CEB's:

Com Dom Paulo à frente da Diocese alguns objetivos são expostos explicitamente em documentos e em assembléias diocesanas:

- a) "A necessidade de formação evangélica;
- b) O trabalho pastoral;
- c) Uma crescente participação dos leigos nos trabalhos da Igreja" (Documento. Diocese de Itapipoca, 1996:59).

O papel da Igreja na Diocese de Itapipoca, avançou na "busca de uma evangelização que visava a libertação do homem". Essa ação se realizaria através "de uma presença efetiva da Igreja no mundo e de um trabalho", cuja prioridade eram as comunidades (Diocese de Itapipoca, 1996: 61). Assim, a Igreja, assume na região um perfil configurado em favor das lutas de setores de baixa renda do município. São criadas pastorais preocupadas com as causas populares, tais como:

- a Pastoral de Jovens (1973), com uma linha de trabalho comunitário e em consonância com a pastoral urbana ;
- a Pastoral de Adolescentes e de Crianças(crianças acima de 7 anos) - PAC (1978) participa das lutas e conquistas dos movimentos populares e dos trabalhadores, como: passeatas de 1º de maio, movimentos de mulheres e de comerciantes/barraqueiros. Foi a semente do Conselho da Criança e do Adolescente;
- a Pastoral da Criança- criança até 6 anos (1984);
- a Pastoral Urbana (1984) que apoiou a criação da pastoral operária(1985), e as Comunidades Eclesiais de Base-CEB's urbanas. Vale ressaltar o apoio decisivo dessa pastoral no processo de organização dos comerciantes

ambulantes, "os barraqueiros", na sede municipal. Esse setor representava, 1,16% do comércio varejista local, em 1997.

Outras ações de alcance popular são viabilizadas:

- a formação de setores pedagógicos: de educação política, dia do Senhor e a Cáritas ;
- o surgimento do Movimento de Educação de Base -MEB(1973);
- o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's;
- a promoção de parcerias com o Centro de Estudo e Assessoria ao Trabalhador-CETRA⁷;
- a formação da Comissão de Assessoria à Pastoral da Terra/CAPT, (no início da década de 80), constituída por 4 membros: três provenientes dos setores diocesano e um do MEB.

É o momento em que alguns organismos internos da Diocese, como, a Cáritas, o MEB, as CEB's e a CAPT tiveram participações decisivas no processo de organização dos trabalhadores rurais, apoiando-os nos conflitos de terra.

A *Cáritas* desenvolve um trabalho de cunho social e pastoral. Tem como objetivo a formação humanitária e pastoral, cujo compromisso é com a elevação do homem através do trabalho participativo. Financia e acompanha projetos comunitários. Em sua metodologia de ação é previsto um estudo de viabilidade econômica e das perspectivas sociais e evangélicas da ação (Diocese de Itapipoca, 1996: 45-46).

O *Movimento de Educação de Base - MEB* em nível nacional, surgiu por iniciativa da CNBB, com o objetivo de contribuir "para mudanças significativas no campo sócio-econômico e político a partir de um processo educativo junto aos setores populares nas regiões Norte e Nordeste". Tem sua atuação voltada para a "formação de lideranças e assessoria a organizações populares"(Diocese de Itapipoca, 1996:40). Foi originado do trabalho da igreja de Natal (R.N), com a preocupação de "ministrar a educação de base e estimular a organização de comunidades, dando ênfase à sindicalização rural" (MACHADO, 1987: 8).

O MEB em Itapipoca seguia uma orientação própria no trabalho de acompanhamento e assessoria aos grupos de trabalhadores rurais. Desenvolve atividades educativas e organizativas, sendo as principais: a assessoria aos

movimentos popular e sindical e alfabetização de adultos (Doc. Diocese de Itapipoca, 1996:45).

A concepção da Comunidade Eclesial de Base, CEB é fundamentada nos preceitos da Igreja- Comunhão, que vigorou até o primeiro milênio. Na América Latina representa:

a recuperação criativa da tradição do primeiro milênio, cujas raízes, se encontram na própria comunidade dos Doze, formada ao redor de Jesus, e na experiência atestada nos atos dos apóstolos (...). Na Igreja-Comunhão prevalecem as relações comunitárias, relações imediatas, primárias afetivas e nominais. As pessoas se conhecem pelo nome; comungam não apenas a mesma fé e esperança mas também a vida e suas lutas. A Igreja assim estruturada exerce para além de sua função especificamente religiosa uma importância eminentemente humanizadora e integradora (BOFF, 1986:84).

As Comunidades Eclesiais de Base - CEB's ao se constituírem num espaço social e político onde os indivíduos aprendem a refletir de forma ordenada, superando a visão fragmentada da realidade, são instrumentos de conscientização(BOFF, 1986: 99).

As *CEB's*, surgiram em Itapipoca, antes de 1971, sob o estímulo dos programas radiofônicos do MEB das Dioceses de Fortaleza e Sobral, foram intensificadas com a criação do MEB local. O objetivo das *CEB's* era "estabelecer a solidariedade da igreja com os setores menos favorecidos da sociedade" (In: Diocese de Itapipoca, 25 Anos, 1996:40). O próprio bispo era o incentivador desse processo:

Dom Paulo teve essa preocupação de animar as *CEB's*, de fortificar aquela organização (...). O próprio bispo acompanhava, ia junto com a equipe, aquele trabalho de visita às comunidades, e intensificar o trabalho(..) O MEB [de Itapipoca], fomentou, incentivou e ampliou esse trabalho, criou onde não tinha. Os programas radiofônicos do MEB de Fortaleza e Sobral tiveram influência à medida em que foram penetrando na região, e também foram lançando essa semente de organização (ex-agente pastoral da CAPT).

Para favorecer o processo de organização e formação da comunidade, alguns pré-requisitos eram estabelecidos pelos agentes pastorais, como uma assessoria direcionada ao atendimento coletivo:

Nós nunca atendemos casos individuais; quando chegava por exemplo um trabalhador rural na Diocese, dizendo: - Lá na comunidade é assim: - o que você acha? Eu dizia: - rapaz, você já discutiu esse problema na comunidade? Ele dizia: - ainda não. - Então vá lá e discuta e depois volta aqui. Então isso criava naturalmente a comunidade (ex-agente pastoral).

A diferença da comunidade para outras formas de organização como associações e cooperativa, consiste na forma de participação mais espontânea, mais "viva" das CEB's:

Eu, tive a oportunidade de entregar (...) uns kit's (...) no assentamento Maceió, (...). Na cooperativa, o pessoal recebeu aquele negócio muito frio, um negócio muito esquisito; na segunda entrega, (...) nós fizemos na comunidade. Lá, o pessoal cantou, o pessoal fez versos, eu comecei a perceber (...), sabe duma coisa nós estamos tirando a originalidade dos assentamentos. Essas cooperativas, essas associações se não tiver cuidado, ela vai acabar com todas as comunidades, porque nós estamos centralizando tudo lá, porque a comunidade continua comunidade, continua sua comunidade, embora foi desapropriada, mas, continua sendo comunidade. (...) a cooperativa [é] um ponto administrativo do assentamento, mas, ali não faz a vida, o pessoal não canta ali, o pessoal vai lá para pegar projeto, pra prestar conta de projeto (...) vai lá porque é a administração do projeto, mas, não é a vida do assentamento (ex-agente pastoral).

Em um "balanço das ações desenvolvidas pelas CEB's" pela Diocese de Itapipoca (Doc. Diocese de Itapipoca, 1996:45), destacam-se como "passos importantes":

- a conquista de terra em muitas comunidades;
- experiências produtivas e organizativas que sinalizam um novo modo de ser da Igreja;
- a ampliação de comunidades e do número de famílias em comunidade já constituídas ;
- crescimento da organização comunitária e da consciência crítica dos membros das CEB's.

2.2.2. Dom Benedito e a luta contra a exclusão social

No segundo período, a Diocese, continua se mobilizando ao lado dos "excluídos", contudo, seguindo uma linha mais moderada, uma vez que o contexto

histórico é outro. O país vivência um processo de democratização, onde os movimentos populares são representados por suas entidades de classes (sindicatos, federações) partidos políticos, associações, as quais ocupam os espaços antes preenchidos pelos movimentos de natureza pastoral.

Esse momento é evidenciado também através de depoimentos de informantes: para um sindicalista, representante da oposição, o atual bispo "não apoia o povo", porque em "um movimento de reivindicações dos trabalhadores rurais, ele[o bispo] mandou retirar o nome da diocese do movimento".

Porém, o *Plano Diocesano de Pastoral* para o período 1997-1999, elaborado "à luz das Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil", enfatiza a "opção da Diocese pela Igreja Renovada". Esta se manifesta de forma contundente, através do enfoque sociológico, exposto no documento, com críticas ao "capitalismo e às expectativas teóricas colocadas na matriz neo-liberal, marcadas pela concentração de riquezas, aumento da miséria, da fome e o ressurgimento de doenças antes controladas, decorrentes das condições de fome, insalubridade, desequilíbrio ecológico". A linha de atuação do Plano (Plano Diocesano, 1997:03, 14, 19, 21), prevê:

- o fortalecimento das CEB's e Pastoral Urbana, com a promoção de encontros diocesanos;
- a intensificação do trabalho pastoral no campo social, com uma sistemática de seminários sobre educação, saúde;
- a viabilização de parcerias com o poder municipal e estadual;
- a promoção de cursos, encontros com lideranças políticas e comunidade, com o objetivo de formar e informar para a ação concreta da cidadania.

A *Pastoral Operária*, criada em 1987, merece destaque por vir se posicionando a favor da classe contra os abusos do capital industrial que vem se instalando no município. Em Itapipoca, as indústrias de produção de calçados se utilizam de cooperativas, reconhecidas, como "cooperativas de fachadas" por serem livres de encargos sociais. Empregam jovens entre 18 e 30 anos que experimentam pela 1ª vez a rotina de um trabalho industrial, trabalham cerca de 10 horas por dia em pé, para ganhar em média, 1 salário mínimo, sem carteira assinada nem férias (Diário do Nordeste, 01.11.98).

2.3. O Papel da CPT na luta pela terra

*Começamos a aprofundar juntos, as reflexões do evangelho e se organizando, unidos, descobrindo os direitos de cada um..
Líder comunitário Macaco.*

2.3.1. A criação da CPT no Ceará

2.3.1.1. Uma estrutura fundiária injusta no Ceará

No Estado do Ceará, a estrutura fundiária é historicamente concentrada. Essa concentração de terras tem origem no sistema de ocupação por sesmarias que propiciou o surgimento de vastos latifúndios (as fazendas), convertendo seus "capitães-mores" em grandes proprietários, com poder que extrapolava ao domínio territorial. As grandes propriedades rurais constituíram-se a base para a formação e consolidação do poder político local, cujo reflexo nas relações sociais, políticas e econômicas se observa até os dias atuais.

Através do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996, sobre o estudo da *Evolução da Distribuição dos Estabelecimentos Agropecuários*, entre o período de 1970 e 1995, no Estado do Ceará, constata-se o quadro perverso dessa ocupação fundiária, alicerçada na concentração de terra com uma tendência a formação de minifúndios, conforme tabela infra citada:

Tabela 1: Evolução da distribuição dos estabelecimentos agropecuários no Estado do Ceará (1970-1995)

| GRUPOS DE ÁREA TOTAL (h.a) | PROPORÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECEMENTO (%) | | PROPORÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECEMENTOS (%) | |
|-------------------------------|--------------------------------------------|-------|--------------------------------------------|-------|
| | 1970 | 1995 | 1970 | 1995 |
| Menos de 10 | 49,0 | 72,3 | 3,9 | 7,0 |
| 10 a menos de 100 | 41,5 | 22,5 | 27,5 | 27,7 |
| 100 a menos de 1 000 | 9,0 | 5,0 | 44,3 | 46,0 |
| 1 000 a menos de 10 000 | 0,5 | 0,2 | 20,7 | 17,5 |
| 10 000 e mais | 0,0 | 0,0 | 3,60 | 1,8 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo agropecuário 1995-1996. IBGE, p. 30-31

Dos dados expostos pode-se deduzir que:

- em 1970, 9,0 % dos estabelecimentos na faixa de 100 hectares a menos de 1.000 ha controlavam 44,3 % do total de estabelecimento, passando, em 1995, a mesma faixa de hectares correspondente a 5,0% dos estabelecimentos a controlar 46,0% da área total, demonstrando que enquanto diminuiu o número de estabelecimentos, aumentou a proporção da área por estabelecimento;
- em 1970 cerca de 49,0% dos estabelecimentos com área menor de 10 hectares detinham somente 3,9 % da área total. Em 1995, essas proporções foram respectivamente, 72,3% e 7,0%, revelando que houve um parcelamento desses estabelecimentos, indicando uma tendência de formação de minifúndios;
- há um declínio de participação dos estabelecimentos do grupo de área de 10 a 100hectares, que era de 41,5%, em 1970, passando para 22,5% em 1995.

Essa estrutura fundiária concentrada tem provocado vários conflitos de terra no Estado, que, a exemplo do que acontece em outras regiões do país, tem se caracterizado por confrontos entre diversos segmentos sociais: de um lado particulares (posseiros, empresários, fazendeiros, alguns setores da igreja católica); de outro, moradores, parceiros, arrendatários, foreiros. Não importa o tipo de propriedade, se pública ou particular, pessoa física ou jurídica, o objetivo comum é a luta pela renda da terra, ou seja, a apropriação pela mais-valia, "gerada pelo trabalho que se desenvolve na terra, assegurando, assim, a dominação de classe, o controle do processo produtivo e o poder de decisão sobre a vida dos homens" (MARTINS, Mônica., 1994:23).

Esses conflitos, historicamente, têm acontecido com a mediação de atores externos dentre os quais a Igreja Católica, que posiciona-se, ora ao lado dos latifundiários quando vê sua hegemonia ameaçada por alguns segmentos sociais de organização popular; ora, prestando assessoria jurídica e pedagógica aos trabalhadores rurais, através da Ação Pastoral.

Um dos episódios mais marcantes no Ceará, proveniente da união da igreja com o latifúndio, data do início do século, em 1937, na comunidade religiosa de Caldeirão, situada na região sul do Estado. Caldeirão era uma comunidade

alternativa para onde migravam centenas de penitentes vindos de estados e localidades vizinhas que, sob o comando do beato José Lourenço, devoto de Padre Cícero, cultivavam a terra de forma comunitária e dividiam a produção conforme as necessidades de suas famílias. A comunidade tornou-se uma ameaça ao poder político local, representado pela Igreja e latifundiários, a medida que competia com o catolicismo ortodoxo absorvendo boa parte de fiéis e retirava das grandes propriedades parte dos trabalhadores, até então subservientes aos coronéis da região. O conflito envolveu o poder político local e estadual, que através de expedição militar e bombardeios aéreos exterminou a comunidade.

Há relatos mais recentes como o ocorrido no imóvel Alvaçon, município de Acaraú, na zona norte do Estado, desapropriado em 1986. Tratava-se de terra doada à paróquia de Acaraú, em 1895, como "legado da santa". Nessa localidade, a situação de exploração dos trabalhadores se configurava pelo pagamento da renda à paróquia, que consolidava a figura dos patrões representados pelo vigário, vaqueiro e os arrendatários, constituindo-se numa forte presença da estrutura de poder dentro da área (MARTINS, Mônica, 1994: 44).

2.3.1.2. A ação da Pastoral da Terra no Ceará

A primeira causa judicial ganha por trabalhadores rurais, com apoio de setores da igreja, no Ceará foi na década de setenta, na fazenda Monte Castelo, no município de Quixadá, que culminou com a desapropriação do imóvel (uma área de 3.216ha), em 14.04.83. Nesse município, o processo de conscientização foi iniciado por meio de "cursinhos" sobre "direito popular", cujo enfoque era o Estatuto da Terra. A luta se desenrolou contra a cobrança de "renda da terra", feita por um fazendeiro - que contrariava o Estatuto da Terra (o trabalhador pagava 50% de renda do algodão e de 10% a 30% da renda de milho e feijão, sendo as benfeitorias feitas por eles). A partir dessa data criou-se "jurisprudência" no Estado, resultando na não obrigatoriedade do pagamento da renda com esses valores. Por volta desse período a CPT do Ceará foi criada com o apoio do então arcebispo de Fortaleza D. Aloísio Lorscheider.

Vale ressaltar, que essa opção da igreja surge num momento de grande efervescência política, onde alguns setores da sociedade se organizam, em reação

ao contexto sócio-econômica instalado no país, sendo um dos elementos desencadeador do processo a política de desenvolvimento direcionada a acumulação de capital. Na zona rural, isso se reflete na adoção de uma política agrícola voltada para o alto índice de produtividade com a implantação de uma "modernização conservadora", deixando intocável a estrutura fundiária privilegiando a incorporação de "pacotes tecnológicos". O Estado é o principal incentivador do modelo desenvolvimentista, através de seus programas e projetos (POLONORDESTE, São Vicente, dentre outros).

Essa aproximação da igreja com as classes subalternas vem, também, em resposta aos movimentos de organização dos trabalhadores rurais, iniciados pelas Ligas Camponesas e o Partido Comunista do Brasil. A Igreja, calcada no "medo" de perder para esses movimentos populares, seus fiéis e espaços conquistados ao longo dos séculos, se lança também como uma opção política alternativa para os "excluídos".

2.3.2. A criação da Comissão de Apoio à Pastoral da Terra - CAPT em Itapipoca

2.3.2.1. A estrutura fundiária em Itapipoca

No Município de Itapipoca a colonização se efetivou também mediante as *Sesmarias*, quando os portugueses Francisco Pinheiro do Lago, Josefa Ferreira de Oliveira, Tomé de Oliveira Chaves, Jerônimo de Freitas Guimarães e Francisca Pinheiro do Lago, requereram as terras situadas na região, tendo como localização possessória os sítios Santo Amaro e São José, hoje, distrito de Arapari (ARAGÃO, R., 1996: 118).

Embora esse processo de ocupação e colonização tenha sido semelhante a outras regiões do Ceará, apresenta hoje, uma estrutura fundiária contrária à tendência observada para o conjunto dos municípios. Conforme tabela a seguir:

Tabela 2: Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total, em Itapipoca- CE(1985 - 1997)

| GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) | PROPORÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTO | | PROPORÇÃO DAS ÁREAS DO ESTABELECIMENTOS | |
|------------------------------|-------------------------------------------|---------------|--------------------------------------------|-----------|
| | 1985(1) % | 1997 (2) % | 1985 % | 1997 % |
| Menos de 10 | 61,8 | 13,7 | 7,7 | 0,75 |
| 10 a menos de 100 | 31,8 | 62,0 | 26,7 | 24,44 |
| 100 a menos de 1 000 | 6,1 | 23,9 | 42,6 | 64,08 |
| 1 000 a menos de 10 000 | 0,3 | 0,4 | 23,0 | 10,73 |
| 10 000 e mais | - | - | - | - |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: 1)Fonte: IPLANCE - Anuário Estatístico do Ceará. In: IPLANCE, 1995, p.14.

2) INCRA/Sistemas de Estatísticas Cadastrais (IPLANCE, 1998:27)

Em Itapipoca, as áreas de latifúndios acima de 1000 hectares, entre o período de 1985 a 1997, têm decrescido de 23,0 % para 10,73, bem como, o número de estabelecimentos de menos de 10 há (minifúndio), passando de (61,8% para 13,7%). Houve também uma redução de área 7,7% para 0,75%;

Por outro lado, houve um aumento do número de estabelecimentos, no extrato de área, de 10(ha) a menos de 100(ha), passando de 31,8 para 62,0, embora registre-se uma redução da área de 26,7% para 24,44%; como também, um aumento significativo do número de estabelecimentos, na faixa de 100(ha) a menos de 1000 (ha), de 6,1% para 23,9%, assim como de área (42,6% para 64,08%).

Esses dados estatísticas municipais revelam uma tendência a uma *distribuição de terra*, e, nos levam a crer que um dos fatores determinante nesse processo de transformação da estrutura fundiária foi a *luta dos trabalhadores rurais pela conquista da terra*.

Nesse aspecto, Itapipoca apresenta atores sociais envolvidos com os problemas da terra, bastante diversificados, desde fazendeiros tradicionais, que cobravam renda acima do permitido pelo Estatuto da Terra, a empresários, que expulsam os trabalhadores rurais para implantar projetos de reflorestamento.

2.3.2.2 .A atuação da Comissão de Apoio à Pastoral da Terra - CAPT de Itapipoca:

A CAPT, nasceu da necessidade das equipes da Diocese de Itapipoca criarem uma assessoria aos problemas da terra. Conforme relato de um informante:

No dia-a-dia de trabalho encontrava gente que tinha um pedaço de terra, mas não era legalizada. Precisava fazer um projeto de um mini posto agrícola, não tinha como fazer porque precisava legalizar. Tinha alguns conflitos (...) por causa dessa questão, de não ter a terra, tinha, mas num sabia quem era o dono .

Outro membro da CAPT analisa a sua criação contextualizando-a no momento político-social da época, argumentando que: "a entidade ocupava o lugar do Sindicato de Trabalhador Rural - STR do município, que era pelego, isto é, atrelado ao poder local, principalmente aos latifundiários da região".

O caso do imóvel Maceió, cujo proprietário era o governador Tasso Jereissati, torna-se emblemático, tanto pela dimensão da área (5.844, ha), e o número de famílias envolvidas (607), representando dez comunidades, quanto por ter sido a primeira ação judicial ganha no município, com apoio da Igreja católica. O apoio aos trabalhadores foi iniciado por Membros da Diocese de Itapipoca que começaram a visitar o imóvel no início da década de 80, mas a imissão de posse só se efetivou em 1985. O que demonstra a lentidão de um processo de desapropriação. A partir desta data foram surgindo outros conflitos na região, que culminaram com a criação da Comissão de Assessoria a Pastoral da Terra - CAPT, vinculada ao setor diocesano de educação política.

A razão da CAPT ser denominada de "Assessoria" à Pastoral da Terra, diferenciando-a de outras pastorais, deve - se ao fato de D. Paulo não querer "criar uma Comissão Pastoral da Terra-CPT, mas uma espécie de equipe, uma assessoria, como se fosse a CPT", vinculada ao setor diocesano de educação política. Segundo informação de um ex-membro, da CAPT, a CPT, "depende de uma política missionária cristã". O que caracteriza um trabalho pastoral é a "área de abrangência, a intensidade das ações mas, sobretudo, a definição das linhas de trabalho, os objetivos explícitos na perspectiva pastoral" e a vinculação oficial à hierarquia da organização diocesana.

A metodologia de organização da CAPT consistia num acompanhamento sistemático às comunidades:

A gente fazia visita, acompanhamento a eles, levando eles a Fortaleza, ao Incra, levando eles pra audiência, as vezes para a secretaria de segurança, as vezes a gente participava de mutirão deles pra ver como eles se comportavam, quando a gente não estava no escritório, estava na comunidade (ex agente pastoral).

A CAPT prestava também um serviço de assessoria pedagógica e jurídica aos trabalhadores a fim de prepará-los para depor nos processos de desapropriações de terra:

Eles eram muito nervosos inicialmente para ir a justiça, a gente fazia, a gente treinava o depoimento deles, ensaiava eles(..), nós nunca perdemos uma questão, porque a gente tinha toda essa segurança, esse embasamento que você tem de dar, um testemunho é um depoimento espetacular. Ele chegava na frente do juiz ou juíza, não tinha mais aquele nervosismo, tinha todo aquele ensaio com ele. Então isso dava pra nós uma certa segurança (ex agente pastoral).

O processo de organização em torno da luta pela terra tornou os membros das CEB's, mais críticos e participativos:

Todas as comunidades que lutaram assim pela terra, elas conseguiram colocar nos seus agentes nos seus membros um pouco de consciência crítica, de ver a importância do ser humano, das pessoas, o respeito as pessoas(...), fez a pessoa ficar mais questionável, elas questionam mais as coisas são mais presentes nas discussões (ex agente pastoral).

Essa linha de atuação da Diocese se coaduna com o momento histórico vivido pela Igreja Católica, em nível mundial e, mais especificamente, na América Latina, quando a partir da década de 60, passa por um processo de reformulação. As idéias da "Igreja Renovada" foram expressas no "Concílio Vaticano II (1962-1965) e a II Conferência Episcopal Latino Americana de Medellin (1968)" e Puebla (1979), cuja missão é "lutar por uma realidade diferente da atual: participar da construção de uma sociedade justa e solidária é realizar o projeto de Deus na solidariedade e na busca do bem comum" (Doc. Diocese de Itapipoca, 1996:25).

Como a igreja não é um bloco monolítico, é uma instituição, e como tal, perpassam todas as contradições da sociedade, a atuação da diocese provocou conflitos internos entre membros da igreja que tinham interesses divergentes. Isso culminou com a transferência de Dom Paulo, causando grande "impacto" entre os setores mais comprometido com as causas populares, tanto em nível endógeno à

igreja, como em outros setores da sociedade local. O anúncio da transferência do bispo foi na "X Assembléia Diocesana". O impacto da notícia gerou uma discussão no sentido de "compreender o processo de transferência e estabelecer algumas qualidades e aptidões" para o seu substituto, "a partir do ponto de vista dos diferentes segmentos presentes no encontro. Nessa avaliação, a "questão da terra" foi colocada como não estando assumida "pelo conjunto da hierarquia Diocesana". Daí surge uma indagação: "Será que esta [questão da terra], era uma opção diocesana ou de Dom Paulo" (Documento Diocese de Itapipoca, 1996: 69-70).

Alguns entrevistados argumentam que, à medida em que foi se intensificando o trabalho de organização numa perspectiva "libertadora", foram surgindo dificuldades em torno de garantir unidade do conjunto da Diocese, sobre a problemática da terra:

A CAPT (...) não recebe as bênçãos de todos os bispos nem de toda a igreja, ela teve sempre muitas restrições da hierarquia da igreja porque ela é uma comissão autônoma, mesmo sendo da Diocese, mas, exerce sua autonomia (...) alguns leigos, mesmo, da igreja, achava que ali era uns tomadores de terra, invasor de terra, não compreendia que ali eram pessoas que tinham responsabilidade, pessoas que tinham compromisso, pessoa que queria o cumprimento da lei, nada mais nada menos que isso (...). Aqui mesmo na Diocese não eram todos os setores que aceitavam (ex-agente pastoral).

Por colocar-se ao lado dos trabalhadores rurais nos confrontos com latifundiários e empresários na região, a CAPT passou a representar, principalmente entre os anos de 1984-1987, um dos símbolos da igreja pela "opção preferencial pelos pobres" em Itapipoca (Doc. Diocese de Itapipoca, 1996:51). Os entrevistados referem-se ao período 84-87, como um período marcado por muitos conflitos entre latifundiários e trabalhadores sem terra:

Naquela época era muito perigoso a questão da pistolagem. Então, aqui eu não andava na cidade (...). Eu era muito reservado, da Diocese pras comunidades, e aí começou todo um trabalho de acompanhamento às comunidades, falar sentar com o pessoal, comer com o pessoal, discutir, criar toda aquela relação de confiança (...) (ex-agente pastoral).

Naquele período, 84 a 87, foi o mais intenso. Foi o momento em que essa região, era a região do estado em que havia e que houve o maior número de conflitos pela posse da terra, pela posse e uso da terra". Então nós tínhamos

momentos muito difíceis (...) tanto na perspectiva de *organizar os trabalhadores para a conquista de seus direitos*, o processo de conscientização (...) como também, nós tivemos dificuldade no sentido de trabalhar a própria estrutura da região. Foi um momento que houve também a preocupação maior com a questão fundiária. Houve a implantação de alguns projetos (...) para trabalhar a questão do coco na região, a própria especulação imobiliária que intensificou muito (...). Foi nesse período que a gente teve também a quantidade bastante significativa de área desapropriada, mas, também foi o momento que houve muitas mortes, muitos trabalhadores foram assassinados. Foi um período que a gente teve tortura de trabalhadores, em *Itapipoca, Itapajé Trairi*, e foi um momento muito difícil inclusive na hierarquia da Igreja (ex-agente pastoral).

Nós trabalhava na época (...) basicamente cinco municípios: Trairi, Itapajé, Itarema, Amontada e Itapipoca. Esses era exatamente aonde estava focalizado as comunidades que tinham problemas com a reforma agrária, ou seja, estava lutando já naquela época pela reforma agrária (ex-agente pastoral).

A CAPT desenvolveu também ações de desapropriação de imóvel contra setores da própria Igreja. Um caso singular aconteceu no município de Itarema, em que a ação judicial foi contra o padre da paróquia local. Nessa ocasião, os interesses divergentes entre setores da diocese ficaram mais transparentes, podendo ser identificados os grupos que apoiavam o processo de organização pela posse da terra e os contrários à ação pastoral:

A gente passou a ser advogado contra o padre (...), tu imagina como é que isso cai na Diocese, os companheiros, os colegas do padre, então nós criamos uma certa antipatia com os padres, alguns evidentemente, não todos, mas, de alguns (...), mas, também criamos a simpatia de outros que achavam que isso é que era um trabalho sério, num quer nem saber quem é, vai pra cima (ex-agente pastoral).

A CAPT foi desativada pelo atual bispo em 1995, segundo um ex-agente pastoral, por "questões de dificuldades internas com a equipe", o que "não quer dizer que não tenha problema de terra". O trabalho de assessoria jurídica foi transferido para o STR. Segundo o informante, a CAPT, "já cumpriu o seu papel, transferindo a responsabilidade para o sindicato".

A equipe pastoral hoje, é formada por 3 membros: uma irmã e dois leigos. Sua linha de atuação é voltada para a capacitação, como pode ser constatado através da análise do discurso do técnico da atual equipe pastoral:

Hoje a CPT ganhou nova face, em vista daqueles conflitos que graças a Deus hoje, a gente continua o trabalho de assessoria, continua o trabalho de assentamento, mas hoje, de forma pacífica. O objetivo da CPT em Itapipoca, mudou um pouco seu caráter, o objetivo geral é capacitar pescadores e produtores rurais sem terra para gerenciarem seus próprios negócios e exercerem seus direitos de cidadania (...). Mudou um pouco a metodologia de trabalho, em vista de um acompanhamento mais técnico e deixando o acompanhamento mais judiciário para o sindicato.

Dentro os objetivos específicos da equipe de assessoria aos trabalhadores rurais estão:

- "diagnosticar a realidade sócio-econômica, cultural e religiosa das famílias de pescadores e produtores sem terra;
- estudar a potencialidade da economia pesqueira local;
- refletir sobre as políticas de desenvolvimento do turismo, da preservação do meio-ambiente, da promoção social na região e sua influência na vida familiar;
- estimular a organização social, política e econômica dos trabalhadores; conscientizar os pescadores a se associarem em colônias, em associações cooperativas; desenvolver um programa de educação ambiental" (técnico da atual equipe da CPT).

Essa nova linha de atuação é reconhecida também por um ex -membro da CAPT, ao informar que, em consonância com o atual bispo, a CPT realiza um trabalho voltado mais para os trabalhadores rurais que possuem terra. A CPT é mais "Pastoral", no sentido de ser mais evangelizadora, do que da "Terra". Na década de 80, as ações da CAPT eram mais reivindicativas exercendo papel fundamental para a conquista da terra. Na avaliação desse entrevistado o Movimento dos Sem Terra-MST, hoje, vem ocupando na região o espaço que antes era exercido pela CAPT.

Hoje, os conflitos têm se manifestado entre pescadores que resistem às investidas da especulação imobiliária, incrementada pelo incentivo do turismo estatal, e grupos de empresários do setor hoteleiro:

Com o turismo chega (...) as drogas, a prostituição infantil, também a invasão de terra, que a gente tem um caso recente (...) na região de Amontada [hoje município, antes distrito de Itapipoca], na Barra das Moitas, onde a rota turística passa. Lá, tivemos há pouco tempo um conflito entre moradores da Barra das Moitas, em que um grupo do Rio Grande do Sul comprou uma área que é de nativos, inviabilizando assim a sobrevivência deles porque elas tem a vida do

mar, mas aí, construindo a rede de hotéis vai impedir que esses pescadores tirem o alimento (....) (técnico da atual equipe pastoral).

O desenvolvimento do turismo vem sinalizando no município, como uma atividade econômica em expansão. O município por ter uma localização geográfica privilegiada, com 50% de sua área total, em zona litorânea, formando oito praias, abrangendo 891Km², foi credenciado ao Programa de Desenvolvimento Turístico-PRODETUR, do Estado. A ação prioritária foi a construção de uma via litorânea - "estrada do Sol Poente", para ampliar o fluxo turístico na região. Em 1997, recebeu do Ministério da Indústria e do Comércio, através do Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), o selo de município prioritário para o desenvolvimento do turismo.

No balanço das atividades da CPT feito pela Diocese nesses 25 anos, um dos exemplos citados, como positivo foi o trabalho da Pastoral da Terra realizado em 16 assentamentos, situados nos municípios que formam a Diocese de Itapipoca (Doc. Diocese de Itapipoca, 1996: 52). Fazendo um estudo comparativo entre os dados do INCRA sobre os projetos de assentamentos dos municípios da região com os municípios cobertos pela ação pastoral da *Diocese de Itapipoca*, constata-se que, do total de 17 municípios, 10 tiveram áreas reformadas, conforme ilustração, na Tabela 3:

Tabela 3: Municípios de atuação da ação pastoral de Itapipoca -CE e demonstrativo dos projetos de assentamento do INCRA (1986 - 1998)

| N ^o de Ordem | Município | N ^o de Projeto de Assentamento | Total de Área reformada (ha) | N ^o de famílias cadastradas | N ^o de família absorvidas Capacidade/ área | Período de desapropriação | Período de imissão de posse |
|-------------------------|--------------------------|-------------------------------------------|------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| 01 | Amontada ⁽¹⁾ | 09 | 4.376,8673 | 534 | 296 | 1987 - 1997 | 1987-1997 |
| 02 | Apuiaries | 02 | 2.550,6924 | 130 | 85 | 1995 -1996 | 1996 |
| 03 | Itauecuba | 04 | 10.074,6307 | 367 | 235 | 1995 - 1997 | 1995 - 1997 |
| 04 | Itapipoca | 09 | 8.856,6305 | 1.196 | 703 | ⁽³⁾ - 1998 | 1985 - 1998 |
| 05 | Itarema | 06 | 12.992,2757 | 536 | 291 | 1986 -1997 | 1986 - 1997 |
| 06 | Mirairama ⁽²⁾ | 06 | 9.120,8864 | 433 | 306 | 1994 - 1997 | 1995 - 1997 |
| 07 | Pentecoste | 03 | 12.654,6224 | 637 | 370 | 1995 - 1997 | 1995 - 1997 |
| 08 | Fejuçucoca | 01 | 1.232,2500 | 51 | 40 | 1987 - 1994 | 1988 - 1995 |
| 09 | Trairi | 02 | 3.154,9076 | 228 | 117 | 1987 - 1994 | 1988 - 1995 |
| 10 | Tururu | 02 | 3.822,0418 | 235 | 156 | 1987 - 1997 | 1988 - 1997 |

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Superintendência Regional do Ceará - SR(02). Divisão de Assentamento SR(02)Z. SIPRA. Rel. 01/03 de 09/10/98.

(1) O município de Amontada era distrito de Itapipoca e foi desmembrado em 05.02.95.

(2) Município desmembrado de Itapipoca a partir de 1995.

(3) Não consta no "Quadro Demonstrativo do Incra a data de desapropriação do Imóvel Maceió, pressupõe-se que foi antes de 05.03.1985, já que esta é a data da "Imissão de Posse".

A situação exposta pela tabela 3, revela que os municípios onde a equipe da pastoral tinha uma atuação mais sistemática (Itapipoca, Itarema, Trairi, Amontada) são os que apresentam um maior número de áreas reformadas, com a exceção de Itapajé que não é representado nas informações do INCRA.

O maior índice de área reformada, situa-se no município de Itapipoca, já que, se somarmos as áreas dos municípios pertencentes a Itapipoca (Miraíma e Amontada), antes de suas emancipações, em 1985, o número de áreas desapropriadas aumentam em 22.354,1842 (ha), superando o valor dos demais municípios.

Esses dados reafirmam a eficácia da ação pastoral no processo de participação e organização de trabalhadores rurais em torno da conquista da terra, refletindo numa distribuição mais eqüitativa da terra.

2.4. Impactos e mudanças na organização sócio - política municipal

2.4.1. Os novos atores municipais

A contribuição de membros da ação pastoral para a organização político-social no município, é perceptível. Alguns agentes pastorais (da extinta CAPT, e trabalhadores rurais das CEB'S), estão à frente de diversas instâncias do poder político local, através de suas filiações em partidos políticos e como membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

2.4.1.1. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável-CMDS

De forma singular, a Diocese colabora com o poder municipal, através da participação do bispo no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável -

CMDS. Em alguns momentos, a Igreja confunde-se com o próprio executivo municipal, conforme pode se apreender do relato de um informante, membro do Conselho:

Com a criação do CMDS, (...) a Igreja, o poder legislativo e o executivo caminham juntos. Então, toda resolução o poder se aconselha com a Igreja, nas decisões de mais importância para o município, então a Igreja está sempre presente.

Isto caracteriza formas de aliança e de delegação de poder e de responsabilidades à Igreja por parte dos membros do Conselho.

Com a Câmara Municipal a articulação do CMDS foi delineada da seguinte forma:

A Câmara já se faz membro do CMDS, através da bancada dos partidos, cada partido tem um representante no Conselho(...) a gente está trabalhando em inteira sintonia, quando o projeto não é viável a gente dá o nosso parecer (membro do Conselho).

Há evidências também de uma articulação harmoniosa com o executivo estadual:

O governador também tem uma apreciação muito grande pelo nosso bispo, é muito amigo,(...) Antes dessa convivência ser política é uma convivência amigável, pessoal. Aqui o momento político caminha com harmonia, a Igreja e o poder político (membro do Conselho).

Já, a relação do CMDS com o STR não é livre de contradições. Um dos representantes do STR no CMDS, em um momento afirma que o Conselho não colabora com a organização dos trabalhadores rurais, em outro argumenta que algumas reivindicações encaminhadas pela comissão de agricultura e obras, da qual faz parte, foram atendidas. Os projetos aprovados foram: compra e venda de terra, do programa Reforma Agrária Solidária; projeto de eletrificação e construção de poço profundo. Neste caso, a delegação de poder por parte dos trabalhadores é confiada a um representante eleito do grupo do STR, que os representa no Conselho.

A coordenação do fórum do CMDS fica a cargo de uma equipe, porém, observa-se que, de fato, quem coordena os trabalhos é Dom Benedito, utilizando-se

da metodologia de reuniões das CEB's do "ver, julgar e agir". Este procedimento metodológico se constrói a partir da teologia da libertação, segundo BOFF (1986:85,95,103):

Primeiramente ver realidade sob uma mediação sócio - analítica: a pobreza aparece com sua face de opressão - no sentido político; de exploração, no sentido econômico; de injustiça, no sentido ético; de pecado - no sentido teológico. Em seguida, judgá - la à luz de critérios evangélicos, mediação hermenêutica, (a página da Bíblia é confrontada com a página da vida) e, por fim, agir de modo a transformar a situação, mediação prático-pastoral [sem grifos no original].

Nessa metodologia os encaminhamentos são feitos por etapas. Há uma tentativa, por parte do bispo, em coordenar as discussões, disciplinando as colocações. Inicialmente, o problema é focado, depois se analisa para posteriormente, propor ações . Como nem todos os membros do Conselho tem a prática pastoral, os encaminhamentos nem sempre seguem essa dinâmica .

2.4.1.2. Os partidos políticos

Os agentes pastorais, vinculados diretamente ao poder vigente (da situação) assumindo cargos de assessores na Prefeitura, são militantes do Partido Trabalhista Brasileiro- PTB e do Partido dos Trabalhadores-PT, eleitos através de uma coligação com Partido da Social-Democracia do Brasil- PSDB.

Com exceção do PTB, que historicamente é reconhecido como um partido populista, os demais partidos, PT, PDT e PSB têm se colocado desde suas fundações ao lado dos trabalhadores e das lutas populares.

O PTB tem um ex-membro da Diocese, exercendo a função de secretário particular do Prefeito. Constatamos que o secretário particular, é o mediador entre a comunidade e o prefeito. Em entrevista, o secretário, descreveu assim suas atividades:

Participo do CMDS, quando ele não pode estar presente, da coordenação e das reuniões ordinárias e em alguns momentos a gente se faz presente também, preparando alguma reportagem para os meios de comunicação, e atender ao público.

Já, o *PT* elegeu o vice prefeito do município, através de uma coligação com o *PSDB* (este, para o cargo majoritário), ocupando também a *Secretaria de Educação*. Essa indicação foi fruto de compromisso dessa aliança, segundo, declaração da própria responsável pela pasta :

Fizemos uma aliança com o *PSDB* para eleger o prefeito municipal, a gente decidiu isso politicamente (...) nós fizemos diversas discussões com os trabalhadores, e foi por isso que eu vim parar aqui na Secretaria de Educação (...). O único [indicação para secretária] que não foi pessoal foi a [Secretaria] da educação. Foi o partido que indicou, porque desde a coligação foi estabelecido este tipo de decisão e de negociação (...). Não estou aqui porque estou sozinha. Estou porque o partido me indicou e tenho a responsabilidade de representar e executar as linhas que o partido define. Eu represento o partido aqui dentro e a filosofia desse partido.

Os ex-agentes pastorais filiados ao *PSB*, hoje (agosto de 1998), representam a oposição, em nível municipal. Quer seja a frente da Federação das Associações de Bairros e Comunidades de Itapipoca – *FAMBACI* (reivindicando Plano de Emergência para o município e cestas básicas), quer seja através da participação no fórum do *CMDS*, ou mesmo à frente de entidades de classe como: Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará- *FETRAECE* e Sindicato dos Trabalhadores Rurais -*STR*.

No *STR* os ex-agentes da *CAPT* construíram uma aliança política formando chapa única, com candidatos da situação (ex-dirigentes, marcados pelo "atrelamento" ao poder local), bem como, com sindicalistas oriundos das *CEB's* que têm uma historia de luta em defesa da reforma agrária no município e representavam a oposição sindical.

Assim, o *STR* hoje apresenta uma configuração político-ideológica, diferente daquela vista na década anterior, mas, o cargo de presidente continua sendo ocupado por um antigo sindicalista reconhecido pelos seus pares, como "pelego":

O *STR*, foi durante muito tempo atrelado, a gente chamava de pelego mesmo, hoje a gente conseguiu dar uma renovada, colocando pessoas dentro que tem compromisso, mas na verdade no seu todo, no seu conjunto, ainda não é um sindicato que puxe essa luta, essa discussão. Ano passado, conseguimos ocupar a Prefeitura durante dois dias, com as associações e o sindicato se neutralizou (membro da diretoria).

A estrutura organizacional sindicalista vem passando por modificações. Em sua direção, além dos cargos formais de presidente, vice, secretário, tesoureiro e conselho fiscal, apresenta uma estrutura setorial dividida em secretarias: finanças, política agrária, agrícola, formação e informação, aposentadoria. Essa última incluída a partir de 1988. Nesse sentido, o sindicato mudou o seu posicionamento em relação aos aposentados. Na década de 70, e início de 80, os aposentados eram proibidos de se filiarem, não eram aceitos, enquanto categoria, para não terem direitos de competir nas eleições sindicais. Hoje, quem mantém os sindicatos são os aposentados.

Atualmente, há uma preocupação do movimento sindical com a formação e informação de seus sócios, cabendo à Central Única dos Trabalhadores, entidade da qual é filiado, à promoção de cursos para a diretoria e a base. Além dessa atividade a CUT financia a elaboração de um informativo mensal, direcionado as bases. Esse novo envolvimento com a capacitação de seus filiados é visível. Na sede do STR, são afixados em cartazes, seu "Planejamento Estratégico", resultado de um curso ministrado, em 14 de maio de 1998, com a assessoria da CUT; como também a programação de encontros com jovens, para discutir a questão sindical (Localidade de Assunção, em 11.07.98).

Este contexto conforma portanto um quadro complexo entre alianças e delegação de poder a entidades como a Igreja, ou os partidos políticos, que depois de terem sido mediadores para os trabalhadores via CEB's passam a atuar como tutelas no seio do CMDS.

Nestas condições é natural que para determinados aspectos apareçam conflitos entre estas tutelas e a delegação de poder exercida por dirigentes das próprias organizações dos trabalhadores rurais (sindicatos, associações).

No caso da representação do CMDS, verifica-se a evolução das formas de delegação do poder e das responsabilidades entre a igreja, os partidos políticos e os sindicatos. Os conflitos são normas que refletem o grau de discussão e de negociação. De maneira geral estes mecanismos revelam um processo de participação e de expressão democrática entre os atores municipais.

É interessante verificar que a maioria dos representantes dos trabalhadores na diretoria de sindicatos ou membros dos partidos políticos ou do CMDS, vêm do movimento das CEB's ou da CPT. Quer dizer que os dirigentes das

organizações populares ou de classe de hoje, têm adquirido sua legitimidade e representatividade nas antigas lutas dos anos 70 e 80, no único marco organizativo permitido, aquele da Igreja.

A construção comum de capacidades desses dirigentes mediante a sua participação em experiências militantes comuns, caracteriza perfeitamente um exemplo de aprendizagem coletiva.

2.4.2. As dificuldades e limitações do CMDS

JARA (1996) afirma que os CMDS's são "instâncias de participação social que permitam a expressão de interesses locais, visando esclarecer as prioridades e estimular solidariedade em torno de problemas específicos". Ao contrário das Câmaras de Vereadores, os Conselhos:

não governam, não legislam, apenas transmitem opiniões, demandas, critérios e, principalmente, a vontade das próprias comunidades (...) seus membros dialogam, discutem, deliberam, formulam propostas de atuação e, defendem interesses consultando as comunidades (JARA, 1996:28-29).

No Estado, os CMDS's além desses objetivos foram constituídos "a partir de um 'Modelo de Gestão Participativo' ", ou seja, concebidos como "um espaço administrativo institucionalizado de vivência e participação política". Isto é, foram concebidos, como" forma do executivo fazer sua 'própria mediação entre a sociedade civil e o poder municipal. Seu papel fundamental é exercer o contato direto entre Estado e Sociedade, como forma de nova gestão (ARAÚJO et al,1997: 04).

Em Itapipoca, embora a base social do CMDS seja formada por representantes da sociedade civil (representantes do STR, de associações dos distritos - a União das Associações Rurais Serrana-UARES, do Sindicato de Servidores Municipais, da Cooperativa Agropecuária do município; membros de diversos segmentos sociais- da Igreja Católica e Batista, de todos os partidos da Câmara Municipal; técnicos das Secretarias Municipais - EMATERCE, dentre outros), sua *legitimidade e representatividade* só são garantidas a nível formal. Em primeiro lugar a *qualidade da participação* de seus membros é questionável, uma

vez que, só vêm se reunindo sistematicamente pelo incentivo do bispo Dom Benedito, conforme depoimento de um conselheiro:

O Conselho de Itapipoca funciona bem por causa de D. Benedito, eu acho que se não fosse ele, não funcionava. Por outro lado, eu acho que tem muito discurso de participação e na verdade ninguém participa de nada. Quando vem já vem tudo feito (...) nós temos um plano aqui pra quatro anos (...) e temos que adequar a nossa realidade a realidade que vem do Estado.

Verifica-se que na visão do conselheiro só o fato de haver reuniões não assegura a participação. Esta vai além da simples presença dos munícipes no "fórum" mensal, mesmo se em média, há 25 pessoas por fórum entre membros e convidados.

A legitimidade e a representatividade vêm sendo também comprometidas, uma vez que setores representantes da oposição no município, estão sistematicamente ausentes do fórum mensal de debates. A oposição (PSB, PDT) tem se posicionado sempre de forma crítica em relação ao CMDS. Um sindicalista (filiação ao PDT), afirma que "o CMDS não atende às reivindicações das comunidades":

fica só em proposta. Ano passado, [1997] foi solicitado um levantamento para beneficiar com cesta básica. As associações mobilizaram as comunidades e as cestas não vieram. As localidades mais beneficiadas com os projetos são as que têm um político para interceder por elas.

Representantes da FAMBACI e FETRAECE regional, ambos filiados ao PSB, vem se ausentando do fórum por não acreditarem em sua proposta participativa. Consideram que os Conselhos são instituídos para legitimar as decisões do governo :

Eu tenho uma avaliação de que os conselhos e as comissões que são criadas, são simplesmente para oficializar o que o governo determina, porque pra mim, conselho ou comissão é pra discutir, propor avaliar (...) No caso do CMDS, a gente tá lá sempre homologando as decisões do governo.

Segundo um membro que participou ativamente do Conselho, desde a época em que era Conselho Municipal, criado em 1993 para gerenciar o Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC), um sub programa do Projeto São José,

considera que o Conselho só funcionou bem aquele período. O CMDS foi formado a partir dessa experiência do FUMAC o qual foi extinto em 1995, pelo governo do Estado. Nesse período, os conselheiros eram eleitos em assembleias locais ou de categorias. A metodologia adotada permitia que cada conselheiro, representante de sua comunidade, colocasse as demandas que eram analisadas pelos demais conselheiros e votadas em ordem de prioridade.

A intenção do CMDS, era que os problemas fossem surgindo em cada canto e pudesse a representação trazer e a gente aqui socializar pra ver qual que pudesse ser atendido primeiro, aquela reunião é pra isso. Tem um problema no Arapari, tem um no Barrento, tem um na educação, tem outro na saúde, você socializa. Qual o mais grave? - É esse aqui, então o investimento vai ser feito nesse aqui primeiro, ai depois a gente faz no outro (ex-membro do Conselho).

Atualmente, os projetos contendo as demandas são encaminhados às comissões (agricultura, obras, saúde, educação, etc), pelas Associações Comunitárias para análise e pareceres técnicos. Posteriormente, são colocados em votação no fórum municipal. Em caso de aprovação, são encaminhados à coordenação estadual localizada na Secretaria de Desenvolvimento Rural /SDR, para liberação de recursos. Há um consenso entre os conselheiros de que as reivindicações são inviabilizadas pela falta de condições dos mesmos acompanharem a todos os projetos encaminhados para a coordenação estadual, a fim de coibir as interferências políticas, principalmente, diante de um ano de eleição estadual. Alguns projetos são aprovados, em nível estadual, sem passar pelo Conselho.

Essa "nova gestão" participativa, está sendo inviabilizada, uma vez que o atendimento aos projetos depende da "vontade política" do executivo estadual e da intermediação de políticos no âmbito do Estado (deputados estaduais) e cabos eleitorais em nível local.

Assim, fica evidente que os mecanismos e as práticas políticas que caracterizam e configuram a política clientelista, continuam a existir, embora tenha ocorrido o fim do coronelismo e tenha se iniciado o processo de modernização da agricultura. Segundo, BESERRA (1994: 10), a quebra desse "padrão de relacionamento político" (o coronelismo), foi iniciado já nos anos 50, sendo seu fim determinado pela conjugação de vários fatores, tais como:

1. A constituição do movimento sindical rural (1955/1964) ; 2. A modernização promovida através dos Programas Especiais patrocinadas pelo Estado (a partir de 60); e 3. A exaustão do consórcio gado-algodão a partir de meados de 70 (BESERRA, 1994: 10).

Esse processo de modernização da agricultura só se efetiva, expressivamente, a partir da gestão de Tasso Jereissati, em 1986, que, embora, tenha "abolido a morada e as relações tradicionais de trabalho, como a parceria e a meação, não se desvinculou de algumas práticas clientelistas". Nesse aspecto, observa a autora que no Estado do Ceará, "a morte do coronelismo, não significa necessariamente a morte do clientelismo":

as práticas clientelistas, mais que vinculadas ao coronelismo, têm expressão em todo sistema político autoritário, de tal modo que cabe o axioma: onde *não há cidadãos, há clientes* (...) este [o clientelismo], continuará a existir enquanto permanecerem a pobreza e a ignorância herdadas do regime de exclusão constituinte das relações tradicionais de trabalho (...) [sem grifos no original] (BESERRA, 1994:11).

Ainda, segundo BESERRA (1994:11), o processo de modernização da agricultura se realizou: "na direção da desestruturação da agricultura tradicional sem que, simultaneamente, se tenha estruturado uma agricultura moderna que produzindo em escala pudesse absorver os trabalhadores rurais, que são expulsos das relações tradicionais de trabalho".

Linda GONDIM (1998:27), afirma que " embora o fenômeno clientelista seja um dos traços constitutivos do coronelismo, não o esgota, nem se esgota nele":

o coronelismo é um compromisso entre o poder público e uma ordem privada caracterizada fundamentalmente, pelo exercício do poder pessoal dos 'notáveis' locais, permeado por relações afetivas e, ao mesmo tempo, violentas. Já o clientelismo 'moderno' [proveniente da ascensão política de 'novos atores', como, a tecnocracia estatal e empresários rurais], constitui um mecanismo de cooptação política baseado na utilização de recursos do patrimônio público para fins privados dos detentores do poder, onde as relações entre o(s) e sua(s) clientela(s) assumem um caráter acentuadamente mercantil (GONDIM, 1998:27).

Essa "cooptação" se verificou na primeira gestão(1986-1990), de Tasso Jereissati, do PSDB, com a Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura do Ceará- FETRAECE, quando, através do PAPP/APCR, recebeu recursos para custear despesas com pessoal (salários de assessores e ajuda de custo para

diretores) e realizar encontros sindicais. A visibilidade dessa estratégia foi a recusa por parte da FETRAECE em liberar esses recursos aos sindicatos de "esquerda", que faziam oposição ao governo estadual, como a própria Federação.

Atualmente, mesmo com a implantação dos Conselhos, o critério de cooptação e adesão política continua sendo válido, uma vez que o atendimento prioritário é para as demandas das comunidades, cujos chefes políticos sejam partidários, ou no mínimo, "simpatizantes" ao governo estadual. Entretanto, em algumas circunstâncias, o grau de mobilização dos que reivindicam e a visibilidade da reivindicação são considerados. No primeiro caso, há uma necessidade do governo tornar-se legítimo e manter-se no poder; no aspecto da "visibilidade da demanda", esta é bastante valorizada, "sobretudo à medida em que se constitui numa oportunidade de produção de marketing político" (BESERRA, 1994:32).

Essa situação, embora talvez transitória, é característica da falta de participação dos representantes eleitos da oposição nas instâncias do CMDS e da participação "sob tutela" dos representantes das organizações de base. Essa forma de participação deixa lugar também, a práticas clientelistas para as tomadas de decisões na Câmara Legislativa ou para a alocação de recursos públicos.

Esse quadro permanece até os representantes das organizações de base e das comunidades entenderem / perceberem que o problema não é a falta de recursos (discurso do poder), mas, a incapacidade das organizações de produtores em mobilizar os recursos públicos aos quais têm direito. Nesta condição poderão se livrar das tutelas externas para redefinir novos processos de delegação de poder.

Atualmente, essas organizações passam por um período crítico de difícil construção de uma nova representação comum da realidade para processos de aprendizagem coletiva. O desenho dessa representação nova é necessário para provocar novas formas de delegação de poder ou para promover a aplicação de novas regras de funcionamento do CMDS, ao exemplo do FUMAC ou de novas regras.

2.4.3. Algumas conquistas sociais

A Secretaria de Educação do município vem delineando um novo perfil de ensino, com perspectiva democrática. Primeiro destaca-se a criação dos Conselhos

Escolares, com o objetivo de buscar à participação comunitário. Os Conselhos são formados em escolas que tenham acima de 200 alunos, ou em três escolas consorciadas. Até o momento, da pesquisa (25.09.98), foram implantados 35 Conselhos, constituídos por alunos, pais, professores e a direção da escola. Os Conselhos, além de gerir os recursos, trabalham a *participação* mais direta e efetiva da comunidade escolar. Segundo a secretária, "o grande desafio da *participação* é aproximar a escola da comunidade. É a comunidade tratar a escola como uma coisa sua, como dimensão da família. Esse é o grande salto de qualidade na área de educação para o município". Os Conselhos Escolares constituem novas formas de delegação de poder e verdadeiros espaços de aprendizagem coletiva.

O fato mais significativo resultante dos Conselhos Escolares, foi o aumento da demanda por matrícula, nas escolas que tinham Conselhos implantados. Essas escolas estão com excessos de alunos, porque apresentaram-se eficientes. Para a entrevistada, isso "demonstrou que os pais querem escolas com qualidade para seus filhos".

Segundo, foi empreendido um verdadeiro combate aos baixos indicadores sociais. Dentre a problemática educacional a secretária assinala a "evasão escolar e a repetência, como os indicadores mais sérios" a serem combatidos na área de educação (ver indicadores sociais no Capítulo II). Em janeiro de 1997, quando assumiu a pasta, o município tinha apenas 14.069 crianças na escola, hoje são 21.007, houve um crescimento de 50%, em um ano e meio. Outra medida tomada foi a criação de "classes de aceleração de aprendizagem, beneficiando 1.290 alunos que estão fora da faixa etária". Neste caso os resultados coletivos foram obtidos pela aplicação de novas regras ou pela imposição do respeito de regras já existentes. Por exemplo, houve a aplicação de percentual significativo de recursos orçamentários e transparência com a utilização de recursos públicos. O município gasta em torno de 28% com educação, (a Constituição estabelece no Art.212, que os municípios devem aplicar 25%, no mínimo, na manutenção e desenvolvimento do ensino). Os recursos são provenientes da arrecadação municipal e do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério-FUNDEF. Mensalmente, a secretaria elabora um informativo com um balancete sobre o FUNDEF.

Outro aspecto importante foi o planejamento e o estabelecimento de metas prioritárias. Pela primeira vez o município tem um Plano Municipal de

Educação, com uma linha de ação voltada para o desenvolvimento do Programa de Habilitação dos professores leigos (337 professores leigos, com 1ª série primária) e o Programa de Capacitação em Serviço dos Docentes. O município gasta em torno de 27% a 28%. Este contempla também a viabilização de parceria com a Universidade Estadual do Ceará - UECE para a promoção de capacitação dos docentes e a disponibilização de transportes para os professores se deslocarem a zona rural, para suprir carências e para alunos das escolas rurais se deslocarem até às escolas da sede municipal.

CAPÍTULO 3. PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO ASSENTAMENTO MACACO :

...E começamos ver, descobrir que Deus é Pai e somos filho Dele. Ele quer que todos nós viva uma vida digna, tenha casa pra morar, terra pra plantar, não ser explorado nem ser explorada..."
Líder comunitário de Macaco

3.1. História da luta:

3.1.1. A comunidade e as formas de participação:

Os processos de participação e organização dos trabalhadores rurais no assentamento Macaco são caracterizados por dois diferentes períodos: o da luta em torno da conquista da terra e o da mobilização por recursos financeiros junto aos órgãos governamentais e não governamentais para dotar o assentamento de infraestrutura produtiva e social.

Constata-se uma evolução nas formas de participação e organização coletiva, nesses momentos, passando da informal, como: "a comunidade rural", os grupos de "ajuda mútua", do tipo mutirão até a formal, legalizada, regida por estatuto, como a Associação Comunitária (ver Quadro 3). O mutirão foi amplamente incentivado pela Igreja na década de 60.

Com a intervenção do Movimento de Educação de Base - MEB os moradores passaram a chamar a localidade de *comunidade*. Os "animadores" do MEB passaram a ser os principais mediadores, conforme a "fala" de uma liderança de Macaco: "não existia nem comunidade aqui, quando começou a *comunidade* nós ficamos sendo apoiado pelo MEB".

Segundo SABOURIN (1999:105/6), "o termo comunidade é recente; foi introduzido pela Ação Pastoral da Igreja Católica durante os anos 60-70, através das CEB's. A comunidade reúne as famílias que rezam juntas (...)". O termo comunidade se perpetuou, uma vez que foi "reutilizado pelos programas de ação comunitária, implementados pelo Estado, durante os anos 80-90".

De acordo com BOFF (1986: 80,98) as Comunidades Eclesiais de Base, em termos de América Latina são: "muito mais que um instrumento de evangelização nos meios populares a partir da paróquia". Significam:

o modo próprio de ser Igreja no meio do povo (...). Significam um refazer-se do tecido social rompido. Homens que agora se reúnem, tomam a palavra, podem expressar suas opiniões sem medo de repressão, discutir seus problemas em sua linguagem, fazer suas celebrações no universo simbólico próprio das classes dominadas. A comunidade, para além de seu significado religioso possui este eminente significado: o lugar de onde a massa pode ser povo. A concepção de povo contida na ação pastoral, aparece como "categoria sociológica, e implica (...) a consciência de sua situação entre a massa e as elites (...) geralmente situação dominada mas em luta e resistência ; - a elaboração de um projeto igualitário e participativo, não só para si mas para o conjunto da sociedade ; - a uma prática histórico - social transformadora das relações sociais para além das reivindicações (...)" (BOFF, 1986: 46).

Um participante da CAPT se referiu ao termo como sendo "um grupo de pessoas ligadas a igreja, que se reunia em torno dos trabalhos da Igreja, se reunia para rezar ou para discutir problemas".

Para a Sociologia o termo significa, "em contraposição ao conceito de sociedade, um grupo pequeno, localizado, dito primário, ou seja de conhecimento mútuo face à face, onde se exerce um estilo participativo de poder" (DEMO, 1996:86). É um grupo com interesse comum, com identidade visível, com afinidade, mais homogêneo que uma sociedade. Esta caracterizada por uma estratificação acentuada.

Quadro 3: O mutirão em Macaco

Em Itapipoca as experiências de mutirão foram estimuladas pelas CEB's com objetivo de "suprir" as CEB's de uma infra-estrutura para as reuniões e de melhorar os trabalhos na terra a partir da ação conjunta", assim, foram construídos salões, capelas (Diocese de Itapipoca 25 anos. 1996: 40).

Para SABOURIN, (1999: 107) o termo mutirão "designa dois tipos de ajuda mútua "a que tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas) e os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa...). A palavra vem do tupi *mutirum* ou *muxirum*, ou do Guarani, *potyrom* que quer dizer colocar a mão na massa".

Em Macaco, a prática do mutirão é garantida no estatuto, sendo uma das "finalidades" da Associação. A ideia de trabalhar em mutirão surgiu, nas reuniões de celebrações, quando as mulheres discutiam "o que fazer para serem beneficiadas com o "Programa de Emergência". Segundo, uma líder comunitária, "as mulheres começaram a se organizar para fazer canteiro. Eram 35 mulheres, trabalhando juntas". É reservado a 2ª feira para a execução de várias atividades: limpeza das áreas coletivas, construção da igreja, construção de cercados, cultivo do campo comunitário. Hoje, a liberação de recursos pela Associação para custeio de seus sócios, está vinculada ao cumprimento dessas cooperações coletivas. Mesmo com a liberação de recursos, de outras fontes de financiamento (PAPP / Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo-FADA, a CÁRITAS), a prática do mutirão continuou sendo estimulada. No caso do PAPP, era exigida uma "contra partida" financeira da comunidade, que os beneficiados pagavam em mão de obra organizado em mutirão.

O beneficiamento da mandioca, é realizado com a participação de toda a família- dos parentes mais idosos (avós) até as crianças (filhos, netos) os quais aprendem, através de um processo de socialização, sua dinâmica de funcionamento. As crianças, iniciam a aprendizagem da raspa da mandioca, em torno dos sete anos, mas, é por volta dos onze, doze anos, que sua atividade é considerada produtiva. Assim, a casa de farinha além da função econômica cumpre a função social de integração da família, que através do convívio diário, transmite de geração em geração a prática secular do beneficiamento da mandioca.

A mecânica de funcionamento envolve uma divisão de trabalho, por atividade, sexo e idade:

- as mulheres - raspar a mandioca, lavar e espremer a goma, e preparar as refeições;
- as crianças - raspar a mandioca;
- aos homens - exercer as funções consideradas mais pesadas, preneiro, arrancador, serrador, comboeiro ou carroceiro e, ajudantes, (transportam a mandioca da roça para a casa-de-farinha).

Até 1994, essas atividades não eram remuneradas, mas, a partir de então, os usuários passaram a pagar um 1 litro de farinha por carga, ao serrador, responsável pelo gerenciamento, manutenção da casa-de-farinha, da carroça e do animal.

3.1.2. O conflito:

A luta pela desapropriação do imóvel Macaco, foi deflagrada num "clima" de violência, revolta, sofrimento e medo. Pois, ao mesmo tempo que o interesse e a necessidade pela propriedade da terra eram um instrumento de mobilização para os trabalhadores rurais, buscar seu acesso representava enfrentar os latifundiários, o poder político local, a polícia e os pistoleiros.

O processo de luta está vinculado aos trabalhos da Ação Pastoral da Diocese de Itapipoca, conforme relato de um ex-agente da CAPT:

A gente fazia uns encontros (...) o encontro diocesano, onde a gente reunia todas as comunidades de base naquela época [1983,1984]. As CEB's estavam muito fortes, muito presentes, e aí se discutia a necessidade, de acordo com que a Bíblia ensina sobre a terra, e ali ia despertando algumas comunidades. O pessoal começava a descobrir que era muito explorado, que tava pagando a renda fora da lei, que não tinha nada porque tudo que produzia dava pro patrão, e aí eles começaram a ir despertando e aí foi o caso do Macaco. O Macaco era uma comunidade que era muito explorada e eles eram muito submissos ao cara. O cara não abria mão de nada, basicamente queria tirar deles só lucro e aos poucos eles foram discutindo e decidiram reagir contra isso, e aí começou um certo conflito.

Os animadores do MEB ao promoverem reuniões em Macaco, para leitura e reflexões sobre o evangelho iniciara um processo de organização, cuja motivação num primeiro momento era a fé em Deus, conforme apreendemos na análise do discurso dos entrevistados:

Um dia nós tomamos uma iniciativa de se reunir para ler e refletir a palavra de Deus. Nesta leitura (...) ouvimos que Deus veio para ajudar os pobres e começamos a refletir sobre nossa vida e que o evangelho é luz caminho verdade e vida e começamos ver, descobrir que Deus é nosso pai e somos filho Dele" (liderança do grupo apoiada pela Igreja).

Segundo BOFF (1986:99), nos "grupos bíblicos ou encontros comunitários, há uma dialética evangelho-vida, cuja essência da reflexão crítica", consiste em:

desfatalizar a miséria em que vivem. Já não é simplesmente vontade de Deus ou uma realidade natural; detectam-se os mecanismos que a produzem, seus agentes, as estratégias de dominação.

Em Macaco, os moradores mais *participativos*, mais conscientes dos seus *direitos*, faziam parte do "movimento", ou seja, das reuniões das CEB's e do MEB:

Tinha um movimento de celebração da palavra (...). Eu trabalhava na escola do MEB era da Igreja aí começou a surgir a idéia da desapropriação a gente viu essa terra sem documento, aí, começou esse negócio todinho (liderança do grupo apoiada pela Igreja).

Embora o discurso dos moradores seja permeado de frases que mais evocam a "fraternidade", "a comunidade de irmãos", do que a consciência de classe, as reflexões em torno do evangelho, foram instrumento de mudança, a medida que deixaram o fatalismo de relacionar a melhoria de suas condições materiais de vidas à vontade de Deus. A evocação de Deus passou a ser positiva. As orações constituíram-se em ferramenta para a organização e mobilização em torno de um interesse comum, no caso, a apropriação da terra:

Hoje nossa comunidade é uma grande família com *nossa luta e organização* buscando uma *terra* e que é comum e que seus frutos seja repartidos para em quem nela trabalha (liderança do grupo apoiada pela Igreja).

Uma característica do processo de luta pela terra foi a participação feminina no confronto com os pistoleiros:

A presença das mulheres nessa luta, nesse conflito de enfrentamento com os patrões, com a polícia, isso ajudou demais, porque eu acho que fortifica a consciência das pessoas e dos próprios grupos. É uma coisa assim não digo espontânea, mas, muito natural, as pessoas muito convictas do que queriam, eu acho que isso foi um saldo muito positiva (relato de um agente pastoral).

As crianças também tiveram uma participação, à medida que acompanhavam suas mães. Conforme declara uma liderança:

Os proprietários (...) trouxe 12 pistoleiro para medir a área e mediram, fomos um grupo de mulheres e crianças falar com eles (...), falamos - com que ordem vocês estão nos nossos cercados desrespeitando nossas propriedades, pode sair dentro de nossas propriedade, respeite o que é nosso, aqui não é seu, aqui merece respeito o que é nosso não entregamos a ninguém (liderança do grupo apoiada pela Igreja).

Essa iniciação à uma prática coletiva é extremamente positiva para a consolidação de uma consciência crítica, ferramenta indispensável e indissociável para à formação da cidadania. Já que o processo de construção da cidadania se dá por meio da participação de muitas gerações.

O conflito teve origem na tomada de consciência coletiva, decorrente da situação de injustiça, provocada pela alta taxa de renda cobrada pelo proprietário do imóvel. Os moradores, atuais parceleiros, estabeleciam com o proprietário relações

de parceria (pagamento de meia) na cultura do caju, milho, feijão; e arrendamento, na utilização da casa-de-farinha. Nas duas modalidades o pagamento da renda era feito em espécies. As obrigações determinadas pelos proprietários, desrespeitavam o Estatuto da Terra (Lei N º 4.504, de 30.11.64) o qual estabelece que na relação de parceria, o proprietário da terra, não pode cobrar renda de 50%, quando as benfeitorias são feitas pelos moradores:

No Macaco, vivia uma vida explorado sendo escravizado por patrões. Éramos obrigado a pagar rendas 3 (três) vezes ao ano, 50 (cinquenta) por cento de renda da terra milho e feijão; 35 (trinta e cinco) da casa de farinha aluguel; e 50 (cinquenta por cento) das castanhas, sendo todas benfeitorias feita por nós (liderança comunitária apoiada pela Igreja).

Ao refletir sobre suas vidas, à luz do evangelho, os moradores foram formando uma consciência crítica em torno da situação de opressão em que viviam, passaram então, de uma postura reflexiva para uma atitude prática - recusando a pagar a renda da terra. Deu-se a união entre a fé e a ação política, e entre o "sagrado e o profano":

Nós não vamos pagar mais nada pra ninguém. Estamos unidos e organizados, descobrimos juntos que a terra é de Deus e dos irmãos se a terra é nossa e não tem escritura para ninguém porque nós vamos tirar nosso suor entregar para quem não trabalhar? Nós fizemos todas nossas benfeitorias para sustentar nossos filhos e sobreviver e viver uma vida digna como filhos de Deus (...) (liderança comunitária apoiada pela Igreja).

Com o aprofundamento das reflexões, nas reuniões de celebração, a idéia de *cidadania, de direito, de organização, de viver com dignidade* foram sendo reveladas:

Ele [Deus] quer que todos nos viva uma *vida digna*, tendo casa para morar *terra* pra trabalhar, não explorar e nem ser explorado e que a *terra* é de Deus e dos *irmãos* e começamos a aprofundar juntos as reflexões do evangelho e se *organizando unidos* descobrimos o *direito* de cada um. Hoje se tornamos uma comunidade de irmãos enfrentando as dificuldades por parte do patrão por não aceitar nossas reuniões e celebrações (liderança do grupo apoiada pela Igreja).

Isto constitui um exemplo claro de aprendizagem coletiva que determinou a mobilização social, a passagem para a ação coletiva.

No laudo técnico do Incra a origem do conflito foi a "tensão social" provocada pela cobrança alta, da "taxa de renda" da terra. O imóvel foi classificado por "latifúndio por exploração, não cumprindo pois, sua função social" (INCRA /Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária -SIPRA). Contudo, a luta não foi assumida por todos os moradores:

Existia um grupo que não era de acordo enfrentar porque se tornava mais difícil, era fraco (...) era pior, se nós desobedecer as leis do patrão levava peia ia ser preso (liderança comunitária apoiada pela Igreja).

Esse grupo, era liderado pelo presidente da associação a época (1986), e apoiado pela EMATER. Na versão do presidente, o grupo "da Igreja" recusava qualquer "ajuda do governo o povo só queria a terra dada por Deus, ajudada pelo INCRA e EMATERCE, não queriam. O pessoal não entendia as coisa".

A partir de então, o conflito dividiu a comunidade, em dois grupos - um grupo que defendia a luta; outro, que acreditava em obter a terra sem lutar. Assim, de aproximadamente cem famílias moradoras do imóvel, permaneceram na luta quarenta.

O processo de desapropriação foi lento, (ver Quadro 4, no final deste item), dependeu de várias negociações entre as partes envolvidas e de mediações de vários atores sociais: técnicos do Incra, delegado de polícia, latifundiários influentes na região, gerente da fazenda, bispo, membros da CAPT e MEB e da diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Da parte do *proprietário*, várias tentativas foram feitas para evitar a desapropriação. No primeiro momento, o proprietário recorreu ao gerente do imóvel, para cobrar a renda:

O proprietário mandou um gerente saber o que esta acontecendo que não queria pagar mais renda (...) - Estou conhecendo que aqui estão querendo criar uma lei comunista, eu não aceito esse tipo de coisa na minha terra (liderança comunitária apoiada pela Igreja).

Posteriormente, solicitou o apoio de um outro proprietário para comprar parte das terras. Mas, ao reconhecer que os moradores estavam organizados e se negavam a pagar renda, contratou então, pistoleiros de um grande latifundiário da

região para cercar as terras e ameaçar os moradores. Entretanto, a decisão de lutar pela terra estava sedimentada e fortalecida pela fé:

As ameaças ficaram na comunidade, proprietário dentro, fazendo estradas, travessões que tinha terra, outro, eu também tenho. Assim continuava a luta, o povo se reunia no outro dia (...). Travessões tudo fechado, vendo instante acontecer violência, mas nós tinha fé e confiava uns nos outros e caminhava, não temia as agressões dos proprietários faziam, e nós desmanchava porque éramos organizados e unidos (liderança comunitária, apoiada pela Igreja).

Finalmente, o proprietário tentou uma aliança com o comissário de polícia que por meio de uma intimação, obrigou os moradores a comparecerem a Delegacia de Itapipoca. O "comissário" de polícia, apoiou o proprietário:

O comissário falou: porque vocês não deixam desta moda feia de querer invadir as terras dos proprietários, ele tem as terras deles, porque vocês do povo tem esta moda de invadir, isto não era a primeira vez de chegar uma força de invasores na porta da delegacia, quando era chamado 2, 3, chegavam 200, 300 (...). Isso era uma moda feia - E as acusações sempre cada vez mais sendo só do lado do proprietário que acusava. Mas, a comunidade sempre se calava (liderança comunitária, apoiada pela Igreja).

Já, os *moradores* solicitaram a presença do presidente Sindicato de Trabalhadores Rurais -STR, do município, o qual se recusou a comparecer. Devido as pressões dos moradores, o presidente delegou um representante da diretoria do STR para acompanhá-los. Na percepção de um entrevistado, o presidente do sindicato era visto como "pelego":

Nos falamos: nos queremos alguém do sindicato para nos acompanhar - foi um representante da diretoria que era o (...), esse pelego, para nos ajudar (...). Era aquele chegado com a polícia (liderança comunitária, apoiada pela Igreja).

Em seguida, o proprietário solicitou a mediação do bispo de Itapipoca (Dom Paulo). Entretanto, o bispo sugeriu:

volte, fale com eles porque eu não sei como eles estão vivendo e que todos tem o mesmo direito de viver na terra porque todos são filhos de Deus, volte e pense, se você tem mesmo esta terra se comunique com o Incra, porque eu não posso fazer nada (liderança comunitária, apoiada pela Igreja).

Segundo uma liderança do assentamento, o Incra tomou conhecimento do fato, desde 1984, através de um relatório elaborado e levado ao INCRA pelos moradores, membros da CAPT e do MEB da Diocese, denunciando todo o conflito, após receberem a intimação para comparecerem a delegacia de polícia local.

Contudo, somente em 30.04.85 os técnicos do INCRA foram ao imóvel para fazer reunião. Retornando em maio de 1986 para realizar a vistoria e avaliação.

3.1.3.O Assentamento Macaco:

A localidade era uma antiga fazenda conhecida por sítio Macaco, de propriedade de Pedro Teixeira (família de latifundiário da região), e abrange uma área de 1.107 ha. As relações sociais predominantes dos antigos moradores, hoje parceiros, são de parentescos, entre duas famílias, cuja matriarca de uma delas foi homenageada emprestando seu nome para uma escola municipal. O único patrimônio público existente na localidade.

Na época da vistoria do INCRA moravam no imóvel 100 famílias, mas por causa dos critérios técnicos que definiam a "capacidade de assentamento" do imóvel, só foram cadastradas 40. Essa determinação, no entanto, não foi seguida pelos atuais parceiros que doam pequenas frações de terra aos filhos quando estes casam, contribuindo assim, para o processo de fragmentação das parcelas. Atualmente, residem no imóvel 104 famílias.

A principal atividade econômica do assentamento repousa na exploração da castanha do caju e produção da farinha, cujos cultivos são de natureza mista - coletiva e individual.

Os espaços físicos coletivos são formados por três casas de farinha comunitárias, dois salões comunitários, um armazém, uma mini indústria de confecção, dois currais (ver Anexo I) Na entrada do assentamento figuram os principais símbolos da cultura popular nordestina: um campo de futebol e uma capela construída pelos próprios moradores.

O assentamento e os bens coletivos são gerenciados pela Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sítio Macaco.

A área só foi desapropriada 21.04.87 e a imissão de posse 17.09.87, de acordo com o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária (INCRA/SIPRA)

Em maio de 1987 a comunidade tomou conhecimento da desapropriação e festejou com uma "caminhada em louvor a Deus":

Fizemos uma caminhada todo o povo de Deus, com nosso bispo e advogado, pessoas do MEB, louvando a Deus das graças alcançadas pelo esforço da comunidade e da CPT, MEB. Foi uma celebração fraterna (liderança comunitária apoiada pela igreja).

Contudo, a luta não terminou aí. Para surpresa dos moradores, num domingo, após o imóvel ter sido desapropriado, o proprietário "retirou" o motor da casa de farinha, ameaçando retornar com pistoleiros para levar as telhas e as madeiras. A comunidade para impedir o retorno dos pistoleiros, resistiu acampada, no local, durante três dias e três noites:

Ninguém esperava, por ser um Domingo, ele [o proprietário] veio por traz trazendo 6 elemento pra levar os motores que estava nas casas de farinha (...). O povo se reuniu, mas, quando a comunidade chegou, ele já tinha ido embora, o povo ficaram 3 dias com 3 noite reunidos debaixo da casa de farinha, esperando ele voltar mais não voltou mais. A comunidade reunida rezando refletindo a palavra de Deus para buscar justiça e paz para todos na comunidade (liderança comunitária, apoiada pela Igreja).

Entretanto, um grupo de moradores, formado por 5 famílias que herdaram as terras de seus antepassados, só teve sua situação definitivamente regularizada em 1995. A história foi relatada da seguinte forma:

Assim, vivemos 87 a 93 de sofrimento sendo ameaçados vendo restante essas 5 famílias ser violentadas, mortos, mas o que era mais ameaçado era um que eles disse ser o cabeça (...). O tempo foi passando com tanto sofrimento um dia tomamos uma decisão de fazer uma negociata e fizemos isso no ano de 1995, somente 3 (três) famílias (...) receberam suas indenizações e fizeram suas casas dentro da área com apoio da comunidade (liderança comunitária, apoiada pela Igreja).

Essa área fazia parte do imóvel, mas durante o litígio foi vendida pelo proprietário a um outro proprietário vizinho ao imóvel. A "história de vida" da liderança desse grupo, reflete a vida de peregrino que o homem do campo, está

sujeito a passar em busca de melhores condições de vida. Sua família vive no imóvel, mas, ele trabalha temporariamente em outras profissões. Hoje, é vigia em um condomínio de luxo, em Fortaleza. Assume essa profissão no período de entre safra, ou quando não tem inverno. Passou uma "temporada" também em São Paulo.

Quadro 4: Cronologia da criação do assentamento Macaco, Itapipoca -CE

| |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1983 - Início do conflito na comunidade de Macaco. |
| 22.11.84 - A CAPT/MEB da Diocese, e membros da comunidade vão ao INCRA levando documento com o histórico da comunidade, relatando o conflito. |
| 01.03.85 - STR de Itapipoca envia ofício (ver anexo) solicitando a "inclusão" da área no Plano Regional de Reforma Agrária com vista a "solução definitiva". |
| 30.04.85 - Técnicos do INCRA fazem vistoria e avaliação. |
| 21.14.87 - Obtenção da área pelo INCRA. |
| 22.06.87 - "Caminhada com todo povo", comunidade, CAPT/MEB, bispo da Diocese de Itapipoca. Foi uma "celebração fraterna em louvor a Deus pelas graças alcançadas". |
| 17.09.87 - Imissão de posse. |
| 01.12.87 - Criação do projeto de assentamento. |

De certa forma, a vitória dos trabalhadores foi parcial e limitada ao apoio da Igreja, pois por eles mesmos foram incapazes de se organizar como para impedir a venda de parte do imóvel e o roubo do motor por parte do proprietário.

A aprendizagem coletiva foi suficiente para formar alianças, denunciar a injustiça, resistir a burocracia, mas não para evitar as agressões ou os atos ilegais de um proprietário que não respeita nenhuma regra coletiva, nem aquela do Estado.

Este processo, fraco ainda, de aprendizagem coletiva vai portanto, consolidar-se e se constituir na experiência de organização via a Associação e o manejo coletivo de parte das terras e dos recursos obtidos.

3.2. A Associação Comunitária

3.2.1. A origem e o processo de organização:

Com a criação da Associação e a entrada de recursos procedentes de projetos financiados pelo Estado, algumas tarefas, antes executadas sob forma de mutirão, como escavações de cacimbões passaram a ser feitas por pessoas

contratadas pela associação sob forma de "serviços prestados". O que demonstra, de certa forma, uma melhora no nível de poder aquisitivo dos trabalhadores rurais.

A Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Sítio Macaco, foi fundada em 12.03.1986, sob a tutela dos técnicos da Fundação do Serviço Social do Ceará (FUNSESCE), órgão do Estado vinculado ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP). Esse órgão promovia cursos profissionalizantes (de corte e costura, carpinteiro, pedreiro, etc) e treinamento de educação informal, os cursos de "educação de base". Pela declaração da técnica constata-se as precárias condições de vida dos moradores e a intenção de se criar a Associação com o objetivo de "levar alguma coisa":

A gente fazia um trabalho de educação informal, educação popular, educação complementar, que era focado justamente a questão da organização, a importância da participação dos trabalhadores no processo decisório (...) O primeiro curso que foi para o Macaco foi de corte e costura e depois houve esse treinamento, que foi denominado treinamento de educação de base (...) Depois que eles participaram desse encontro (...) discutindo a questão do sindicato, da importância da organização, o que é associação. Eles sentiram a necessidade do grupo formar uma associação, eu acho que não foi nem tanto o motivo da importância da participação, mas, no sentido reivindicatório. Lá, era uma comunidade extremamente pobre que não tinha nenhum benefício e eles sentiram a necessidade de *levar alguns projetos* financiados pelo governo do Estado (...) federal (...). Daí surgiu também da necessidade de criar uma sede, construir uma sede porque não tinha onde a gente se reunir (...), então houve um curso profissionalizante de pedreiro, eles construíram a sede (ex-técnico da FUNSESCE).

A Associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, cujo "Estatuto" define sua finalidade em:

- a) promover a união e organização dos seus associados;
- b) identificar problemas;
- c) estabelecer contatos com grupos e/ ou associações;
- d) criar uma horta comunitária;
- e) desenvolver trabalho de educação comunitária, sindical e cooperativo, promovendo cursos, palestras treinamentos e encontros, etc.;
- f) manter convênios com órgãos públicos ou privados;
- g) desenvolver a prática dos trabalhos em mutirão.

Vale ressaltar, que nos estatutos vigoram tanto os interesses institucionais da FUNSESCE, como há uma tentativa de preservar algumas práticas comunitários. Identifica-se os interesses da instituição, nos itens: "e" e "f". Já, os itens "d" e "g" apresentam as práticas associativas, como, "horta comunitária, mutirão", as quais consolidam sua organização.

Nessa época, a área rural foi marcada por muita disputa entre técnicos de várias instituições. Cada um buscando firmar seu espaço. É o que o sociólogo, João Bosco Pinto chama de domínio e preservação dos "feudos". O presidente da Associação, embora reconheça esses prejuízos, argumenta que aprendeu a lição:

De primeiro, quem mandava aqui era os técnicos (...) a coisa mudou, que nós tem condição de vê isso aqui, (...) você como pesquisadora, o técnico da EMATER, ele vem passa o dia e vai se embora, o técnico da CCA, vem ele volta, (...) o Macaco é nosso, não é de ninguém (...). Nós num vamos também assinar um cheque em branco (...) e dar pra pessoa nenhuma preencher lá fora, isso já aconteceu no Macaco (...) do cara assinar o cheque em branco e entregar pro técnico, que é doutor formado, é quem sabe das coisas (...). Quem vai comprar uma vaca hoje é nós, num é técnico da CCA, nem da EMATER, nem técnico nenhum (...) O que aconteceu aqui foi isso, confiar em técnico (...). Naquele tempo, o técnico fazia os negócio, o presidente assinava o cheque e entregava o cheque o talão de cheque para comprarem gado. Num tô dizendo que eles [os técnicos] meteram a mão em nada não, só que foi comprado coisa que num era pra comprar, fizeram negócio que num era pra fazer. Os técnicos tem que ter na cabeça que o dinheiro é nosso, se der lucro é pra nós se der prejuízo é pra nós.

3.2.2. A participação pelas tutelas externas

Embora a Associação tenha sido fundada com a presença de 39 moradores, esse fato, não garantiu a coesão da comunidade. Como a comunidade era "assistida", pela Igreja católica, o trabalho desenvolvido pela FUNSESCE não foi aceito por todos os moradores. Os participantes do grupo da Igreja, argumentavam que os cursos de educação de base com ênfase à organização, tratava-se de "coisa de comunismo". Formaram-se então dois grupos, um trabalhado pela igreja e outro pela FUNSESCE e EMATER. O grupo ligado aos técnicos do Estado é chamado, "grupo 1"; e o da Igreja é conhecido por "grupo 2". Os recursos do FADA/APCR/PAPP, destinados a projetos produtivos, foram liberados, em 1988, em nome de cada grupo ("Comunidade de Macaco I" e "Comunidade de Macaco II"), para serem

gerenciados separadamente, embora tivessem as mesmas finalidades, como lembra uma ex-diretora da Associação:

Essa questão dos dois grupos (...) foi criada depois que chegaram outros órgãos (...) Chegou o projeto [do PAPP] foi uma coisa muito complicada (...) Existia uma divergência quando a gente fundou a associação, essas pessoas com quem você conversou hoje [o atual presidente e sua esposa, participantes do grupo da Igreja], porque não queriam de forma alguma porque Associação na época era coisa de comunismo. Comunismo, aquele que tem tudo de ruim, num sabe? Porque a palavra comunismo é uma coisa que é comum (...). Quando tinha assim um órgão de fora, principalmente as meninas da FUNSESCE, eles num queria (...). A Associação, hoje, as pessoas que eram contra já são as mais engajas, inclusive o presidente.

Na literatura cristã, católica, o temor ao comunismo e sua propagação pelo mundo, aparece vinculado as aparições de N. Senhora, em Fátima, Portugal, quando em 13 de julho de 1917, veio pedir aos três pastorinhos, - Jacinta, Lúcia e Francisco-, "a consagração da Rússia ao seu Imaculado Coração". N. Sra. de Fátima solicita: "se atenderem aos meus pedidos, a Rússia se converterá e terá paz" (DIAS, 1999:28).

É interessante observar que o medo ao comunismo historicamente propagado pela Igreja católica, principalmente, a partir da década de 1950, intensificado na década de 60 e 70, tenha persistido ainda hoje no imaginário da população rural. Segundo MARTINS J. (1994) a preocupação da Igreja com a questão agrária, foi "conseqüência imediata da investida comunista no campo":

A principal conseqüência imediata da investida comunista no campo foi a mobilização da Igreja Católica numa ampla cruzada de conscientização e organização sindical dos trabalhadores rurais. A disputa com os comunistas começara tenuamente em 1950, quando o bispo de Campanha [Dom Inocêncio Engelke], Minas Gerais, lançou uma carta pastoral em favor da reforma agrária. Menos para propô-la do que para reconhecer que 'conosco ou sem nós' a reforma seria feita. (...) Sintomaticamente o documento [a carta pastoral sob orientação e inspiração da Ação Católica], surgiu poucas semanas após o Partido Comunista do Brasil ter lançado um manifesto em favor de uma reforma agrária radical (MARTINS, José., 1994: 66-67,100).

Ao longo desse século, tivemos manifestações (passeatas, orações, missas) da família cristã contra o comunismo. Para a pesquisadora CORREIA (1999: 9):

Nas significações das imagens de Fátima, temos a constituição da Mãe bela, suntuosa e pura no seu manto azul que clama 'participação social' dos seus filhos contra tudo aquilo que vai comprometer a fé cristã. Tivemos significações de imagens de terço contra o comunismo, a favor da paz e pela preservação da família cristã.

O paradoxal, no caso de Itapipoca, é que, o proprietário do imóvel Macaco, à época da desapropriação, se refere ao trabalho de organização apoiado pela Igreja, também, como algo de comunista, como foi relatado anteriormente.

Na visão de um membro da CAPT a desconfiança com a FUNSESCE, surge porque o grupo que lutava pela conquista da terra, era de opinião que a FUNSESCE, " estava fazendo um jeito de calar a boca do pessoal para não entrar na questão da terra". Por outro lado, o técnico da FUNSESCE, afirma em entrevista que - "o técnico do Estado, deu uma dimensão maior à participação, à medida que os moradores foram vistos como trabalhadores. A Igreja fazia um trabalho mais segmentado, grupo de mães, jovens".

A rejeição à associação extrapolou aos limites de sua representação, (expressa pela diretoria), foi transferida para os benefícios que a associação trazia à comunidade:

Pedi dinheiro emprestado, registrei a associação, aprontei ela toda, até uma parte me ajudou no registro da associação e outra não ajudou. Tirei CGC, legalizei ela toda, aí, quando chegou um projeto da Legião Brasileira de Assistência (LBA), pra dar alimentação pra cento e vinte crianças, aí, foi que foi, ninguém quis (...) Aí, começou a revolta do povo pra tirar essa associação daqui. Aí, eu assinei o convênio, aí, ficou pra sessenta criança e os outros não quiseram (relato de um ex- presidente).

Outros projetos trazidos pela associação para o assentamento também foram questionados e recusados:

Nós fizemo uma criação de galinha (...) .Aí, foi a hora do povo se revoltar mais ainda, para aceitar a EMATER aqui (...) .Tinha um lugar apropriado para fazer um açude , aí, o povo se revoltou porque não queria um açude aqui, porque água dá prejuízo (...) que ia destruir o pé de cajueiro (...). Fizeram o açude, encheu d'água, morreu uma pessoa afogada, aí, - olha o culpado é ele [o presidente da Associação] que mandou fazer esse açude aqui, nós num faz empem dessa desgraça aqui, mandou fazer, taí, matando o povo'. Quando chega a energia: - ninguém não quer energia, porque energia mata, energia é muito perigoso, ninguém quer (relato de um ex- presidente).

Um ex-extensionista da EMATER, que trabalhou na comunidade quando já existiam os dois grupos, esclarece que o grupo trabalhado pelo Estado (grupo 1) era formado por pessoas "que viviam atrás dos políticos de Itapipoca, a procura de favor". O pessoal do grupo da CPT, era mais "progressista, tinha uma visão maior do trabalho". Na 3ª eleição da Associação foi tentado uma chapa de "consenso tentando unir os dois grupos":

Então eu mostrei pro pessoal que o (...), por ficar mais à parte, ele fez essa ponte, apesar de ser um cidadão muito limitado, a gente tinha na época, pessoas melhores de ser os dirigentes da comunidade, mas para unir a comunidade, a gente botou uma chapa de consenso(...). Ele foi reeleito,(...) teve um problema interno até com o banco, [uma questão de aquisição do g.ado] o pessoal tinha uma repulsa pelo presidente (...) achavam ele desorganizado, então foi uma questão muito difícil (...). Teve umas críticas. Ele ainda administrou um ano. E a gente viu a dificuldade dele em administrar. Então esse problema resultou na renúncia dele (...) e o [vice-presidente assumiu] (ex-extensionista da EMATER).

Apesar dessa tentativa de criar uma chapa de transição, "neutra", ou seja, de um grupo que fizesse a ponte entre os dois grupos (grupo 1, "do Estado" e grupo 2, "da Igreja"), o isolamento das pessoas do grupo 1("do Estado") se torna evidente por suas ausências nas reuniões da Associação e nos grupos de trabalhos(indústria de confecções, mutirões, etc.). Atualmente, o grupo hegemônico ocupa os principais cargos na diretoria, como presidente, tesoureiro, conselheiros fiscais. São lideranças que trabalhavam com as pastorais e com o MEB. Enquanto que, as pessoas do "grupo 1", estão afastadas do "movimento". As explicações para esse isolamento vão desde problemas familiares (doenças, dedicação à família) e falta de tempo, em virtude de compromissos com trabalho.

Vale ressaltar que a principal liderança do grupo 1, só não foi prejudicada, ficando fora do projeto de assentamento do INCRA porque é irmão do atual presidente. Nesse aspecto, o laço de parentesco funciona como um "mecanismo de coesão". Por outro lado, a opção dessas pessoas pela Igreja evangélica acentua o "distanciamento" entre os grupos.

Com as experiências relatadas, constata-se que a paciência pedagógica, e o *respeito à cultura do povo* são essenciais para uma prática libertadora. Isso, marca a grande diferença entre o processo de intervenção implantado pela ação

pastoral e por aquele dos técnicos do Estado, conforme relato de um membro da CAPT:

A outra questão que eu acho que é muito séria (...) nos assentamentos, é a questão de não respeitar muito a *cultura do povo*. O próprio INCRA, ele quer tratar o Macaco (...), ele quer dar o mesmo comportamento aos assentados lá do Canindé [região central do Estado], num sei de onde, que são *culturas* diferentes, com realidades próprias, isso aí não é levado em conta, não é respeitado. Quando desapropriam a terra o Incra impõe umas regras, que muitas vezes não está no dia-a-dia do povo. O trabalhador aqui é como a matéria prima, então todo mundo vai trabalhar esta matéria prima, e cada um dá o destino que quer.

Os agentes pastorais e os técnicos do Estado que atuavam na área, reconhecem que as instituições trabalharam de forma desarticulada, contribuindo para a formação dos dois grupos e prejudicando a organização da comunidade:

Uma comunidade como o Macaco tem diversos atores que atuam lá (...) e diversos encaminhamentos diferentes, por exemplo: vai o Incra, vai o CETRA, vai o Sindicato, EMATERCE (...) então cada um tem o seu encaminhamento (...) nem sempre o que o sindicato diz que é bom para o trabalhador é o que a EMATERCE diz, a mesma coisa o Incra diz, que o CETRA diz, etc (...). Eu imagino se eu fosse um assentado do Macaco (...) e depois de receber essa enxurrada de encaminhamentos, de concepções, de coisas diferentes como é que eu ficaria (...) quem eu acharia que estaria certo mesmo nessa questão toda aí, então o negócio é muito difícil (ex agente pastoral).

Não consegui identificar em nenhum lugar [na década de 80] que a gente pudesse trabalhar instituições de forma articulada, traçando por exemplo, um objetivo comum. Cada instituição foi chegando, com seu objetivo específico e trabalhando para atingir seu objetivo. E aí, fica difícil as pessoas entenderem todos esses objetivos, que as vezes se batem, mas as vezes não, as vezes são diferentes (...). Porque as pessoas não conseguem ter capacidade de absorver tudo isso que está sendo dito, tudo que está sendo orientado de uma só vez (...) Ao invés de você trabalhar na perspectiva de se tornar aliados, a separação é cada vez mais clara. E aí os próprios grupos também foram se separando, um com a visão mais de Igreja e o outro não, era como se este grupo fosse estranho, em certos momentos ou um fosse estranho para o outro. Eu acho que a Igreja contribuiu também para isso (...) Toda instituição comete alguns erros na sua própria pedagogia, eu acho que na época o contexto histórico, político talvez não favorecesse à isso (ex agente pastoral).

A gente canalizava muito [o acompanhamento] pra aquelas comunidades onde já se tinha algum trabalho institucional (...), mas, na época [década de 80] nós trabalhamos um pouco isolado. A Fundação [FUNSESCE] (...) não tinha muita articulação, é tanto que existia esses dois grupos, mas, a gente nunca procurou

enquanto instituição se aproximar da igreja, tentar um diálogo, eu sei que poderia ser até difícil ou poderia nem ser possível, mas não houve tentativa (ex-técnica da FUNSESECE).

O crédito e o poder confiados pelos trabalhadores nos mediadores externos (Igreja e técnicos) foi tal, que converteram estes mediadores em tutelas. As duas tutelas sendo contrárias houve um racha no seio da Associação.

Esse conflito e a participação da Associação não foram fatais para a organização dos produtores do assentamento Macaco, na medida em que os verdadeiros trunfos e objetos da ação coletiva, não se encontravam no poder da Associação puramente formal, mas na realidade concreta de outros empreendimentos coletivos. Foi portanto, a questão da obtenção e do manejo destes bens (equipamentos, recursos, projetos) coletivos de caráter econômico e produtivo que mostrou os principais mecanismos de participação e de construção de regras de organização coletiva, no assentamento Macaco.

3.2.3. O funcionamento e o gerenciamento:

A Associação é administrada por uma diretoria eleita a cada dois anos. A diretoria é formada por três membros titulares (presidente, tesoureiro, secretário) seus vices, e quatro membros do conselho fiscal (dois ativos e dois suplentes). Em geral é constituída por pessoas mais velhas, que gozam de prestígio e respeito. Aliado a esses predicativos, os cargos de presidente e tesoureiro, agregam o poder econômico.

O processo eletivo nas duas últimas eleições, tem sido por aclamação e indicação, ou seja, a função para presidente foi de indicação dos sócios e, em seguida, o eleito escolheu os outros membros para compor a chapa. O que não é caracterizado pelos informantes como uma eleição. Um membro da diretoria, ao ser interrogado - se houve eleição para o atual mandato, assim se manifestou:

Ano passado num teve não, só foi lançado um candidato, ele disse que ia assumir e pronto. Os outros concordaram e pronto, mas eu achava melhor era ter o candidato, por exemplo, dois para disputar aquela eleição.

Para esse entrevistado, a eleição tem sido dessa forma porque não há "gente com coragem de assumir" a presidência. Segundo ele, o trabalho de presidente "não é fácil, é duro", porque os sócios quando tem um problema só procuram o presidente. É ele quem está a frente de tudo".

O sistema de eleição é peculiar à região rural, onde há uma maior concentração de analfabetos. A seguir a sistemática da eleição descrita por uma ex-diretora:

A maioria do povo era analfabeto, num sabia votar, aí a gente colocava lá fazia lá a urna e eles iam votar. Eles colocavam um vidro lá com cores, era mais fácil de identificar, a cor tal, era fulano de tal, e cor tal, era de fulano de tal, aí as pessoa já ia lá certinho no vidro, levava carocinho de semente de coisa e colocava lá no vidro (...). Todas as eleições, aliás quase todas eram assim.

A primeira vista, identifica-se *rodízio no poder* o que é essencial num processo democrático, pois evita-se a perpetuação e o distanciamento do líder face às bases. Porém, constata-se que os membros da diretoria da associação, bem como os responsáveis pelo gerenciamento dos bens coletivos, mantêm laços de parentescos: a responsável pela coordenação da indústria de confecção é esposa do presidente; o encarregado das colmeias é filho do tesoureiro; um membro do conselho fiscal é irmão do presidente atual, foi ex-presidente e sua esposa foi secretária. Um dos ex-presidente é casado com uma sobrinha, dos "Barbosas Holanda" (ver Quadro 5).

Desde que a Associação foi fundada há doze anos, essa família detém cargos na direção, como presidente, conselheiro fiscal. Alguns sócios se "queixam" dessa centralização de poder:

Não tem mais prestação de conta na comunidade; não se sabe mais o que tem e o que não tem [faz referência a troca de um garrote, que foi feita a transação e não sabe sua finalidade]. O fiscal era para fiscalizar, mas na hora ninguém sabe o que é fiscal, ninguém sabe o que é nada [o atual fiscal é irmão do presidente].

Torna-se importante destacar que o único equipamento público existente na localidade - uma escola municipal, tem o nome da matriarca da família da esposa do atual presidente da Associação (1998). Membros dessa família são também

funcionários da escola: uma merendeira (filha e esposa do presidente) e 3 professoras (são netas e sobrinhas do presidente).

Apesar da Associação ter tido uma presidenta (na 3^a Diretoria), os homens dominam o cargo de presidente. Quando as mulheres participam da direção da Associação são indicadas para preencherem o cargo de secretária. Seria razoável crer que isso se dê pelo fato do número de analfabetos ser maior entre os homens. As estatísticas comprovam que no município, o índice de analfabetismo para os homens é 37,5 enquanto que as mulheres atingem 29,9 numa faixa etária acima de 15 anos. Logo, as mulheres têm maior familiaridade com a escrita.

A Associação conta com 104 sócios. O critério de filiação é simples e comum a outras associações de trabalhadores rurais, criadas sob a tutela de instituições governamentais: a única exigência é que o sócio seja maior de 18 anos e residente no imóvel. Somente um membro da família é associado. A justificativa, é que os benefícios (no caso o custeio) são liberados por família e não individualmente, logo, "não há necessidade de mais de uma pessoa se filiar". O maior número de sócios é homem, por ser o provedor da família. Em geral, só as mulheres viúvas se associam, sob a condição de não terem um filho adulto para substituí-las. A tradição vem mantendo essa sistemática, embora não seja norma estatutária. Conseqüentemente a participação das mulheres em reuniões representa um terço dos sócios. Hoje, freqüentam em média, 40 pessoas, por reunião.

As reuniões acontecem no terceiro sábado, do mês, dia também determinado para o pagamento da mensalidade de R\$ 1,00 (hum real). Neste dia, são tratados, assuntos relativos a administração do Assentamento e a prestação de contas. É comum os assentados se referirem a esse dia como o "dia da paga". Observamos que o fato da Associação só se reunir "no dia da paga", afasta da reunião aqueles que não dispõem de dinheiro para pagar a contribuição mensal, porque ficam com "vergonha dos outros". Constatamos que esse dia não é considerado por alguns sócios como "dia de reunião", e sim, como o "dia da paga":

Na parte da religião os trabalhos comunitários eram melhores. Hoje só tem reunião da paga" (...). Não existe mais reunião na comunidade.

Uma das maiores dificuldades da participação está na identificação de um interesse comum que mantenha a mobilização da comunidade. Logo, a motivação para a participação vai desde interesses individuais a razões coletivas:

Todo mundo precisa ter uma entidade para se segurar;

A associação é nossa, não é coisa de política é nossa mesmo;

Veio despertando na gente essa vontade de lutar pela reforma agrária; Associei porque achei que a associação tinha fundamento, porque a gente vê que hoje, nada individualmente a gente consegue, através do grupo a gente consegue alguma coisa (...) vi que a associação tinha futuro.

É importante observar que embora a mobilização através de associação seja um ato político, o segundo entrevistado não a considere como tal. Para os trabalhadores rurais a política está sempre vinculada a uma atividade formal executada por um agente externo, como, vereador, deputado, sendo comum na área rural a criação de associações por políticos com a finalidade clientelista.

O técnico, como também, o presidente da Associação, por vezes conduzem e influenciam o processo de participação e organização fazendo a mediação. O técnico faz a mediação entre a localidade e o mundo externo, no caso dos dirigentes, entre os interesses da Associação e dos associados:

o (...) [presidente] entrou e foi economizando, não só o (...) porque um presidente só num manda não faz nada, mas com a experiência dele e nós trabalhando comunitário, ainda hoje (...) vamos segurando, com o dinheiro compramos carro, compramos umas coisinhas;

A diretoria [da Associação] mandou [eu] fazer um curso de apicultura;

Uma entidade [o CCA] junto com a gente deu uma força para trazer o projeto [da indústria de confecção].

Quadro 5: Lista dos presidentes da Associação Comunitária de Pequenos Produtores do Sítio Macaco (1986-1999)

| ANO | ESPECIFICAÇÃO |
|---------------------|-----------------------------------------------------|
| 1986 - 988 | JOSÉ BARBOSA DE HOLANDA |
| 1988 -1990 | GERALDO BARBOSA DE HOLANDA |
| 1990 -1992 | ANTONIA DE SOUSA MIRANDA |
| 1992 - 994 | ANANIAS MARTINS MORAES /CIRO ALBERTO DO NASCIMENTO* |
| 1994 -1996 | CIRO ALBERTO DO NASCIMENTO* |
| 1996-1999(12.03.99) | FRANCISCO BARBOSA DE HOLANDA |

* Casado com uma sobrinha dos "Barbosas de Holanda".

3.3.A questão dos bens coletivos

A questão da origem e da gestão dos bens coletivos será abordada, sob o ponto de vista da relação de poder entre a diretoria e sua base, destacando-se os mecanismos que asseguram a organização e auto-sustentação dos bens coletivos. Será ressaltado também o papel dos técnicos, enquanto agente de mediação entre a comunidade e a sociedade, em geral.

3.3.1.A construção dos bens coletivos

Os bens coletivos dividem-se em duas categorias: equipamentos coletivos (ver Quadro 6) e empreendimentos coletivos (ver Quadro 7). Os primeiros atendem a toda comunidade e ficam sob a responsabilidade de um membro da Associação indicado pelo presidente ou eleito em reunião da associação. Já os empreendimentos são restritos a um grupo que assume seu gerenciamento e funciona como uma empresa, cujo lucro é dividido pelos participantes, embora um percentual seja destinado à Associação.

Quadro 6: Os equipamentos coletivos:

A Casa-de-Farinha Comunitária:

No assentamento Macaco, há 3 casas de farinhas, distribuídas estrategicamente de forma a atender as 104 famílias residentes no assentamento. Cada casa de farinha atende em média 17 famílias. Duas foram construídas com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo -FADA/APCR/ PAPP, e outra existia no imóvel. O gerenciamento é de responsabilidade de um membro da comunidade, escolhido em reunião, o qual presta serviço como serrador e cuida da manutenção do animal e da carroça que são utilizados no transporte da mandioca.

A Máquina Forrageira:

O assentamento tem duas máquinas forrageiras adquiridas com recursos do FADA/PAPP. Há diferenciação entre sócios e não sócios. Para os sócios, a Associação paga o óleo, o não sócio adquire o óleo, individualmente ou em grupo. A máquina atende em média, 6 pessoas por dia. As vezes o vaqueiro ou o responsável pela máquina ajuda no manuseio. As despesas de manutenção ficam a cargo da Associação.

O Caminhão:

O caminhão foi adquirido com o "saldo" do projeto do FNE. O FNE, previa a plantação (de cem hectare de milho, feijão e mandioca, 30 cabeças de gado, 7 hectares de capineira, 20 hectares de caju precoce) a um custo alto, que possibilitou ao presidente da associação baixar os custos da produção. As despesas são controladas através de anotações em caderno:

" todas as viagens é anotada. A gente só trabalha maior parte por frete. Então, se a gente vai fazer o frete é tudo anotado. Anota-se as viagens, a gente tem uma fichazinha de controle. Chega final do mês tem o balanço. Anota as viagens e anota as despesas. Tem mês que dá tem mês que não dá mas, tem a poupançazinha dele (...) O sócio a gente facilita mais. Vamos supor um frete pra Itapipoca seja 35, pro sócio a gente faz 30, dependendo da situação dele, mas, sempre tem a diferença do sócio pra o não sócio" (responsável pelo transporte).

O Salão Comunitário

Na comunidade há dois salões comunitários, os quais foram construídos pela necessidade do grupo de moradores estabelecer um local para se reunir. Nesse sentido, outra função do salão seria estabelecer um lugar "neutro", ou seja não pertencente a nenhum grupo específico, mas a todos os moradores.

O primeiro bem coletivo surgido na comunidade foi resultante da intervenção da FUNSESCE, que apoiou o processo de participação e organização em torno da construção de um salão comunitário financiados com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo-FADA, proveniente do PAPP. Incorporado a esse projeto vieram recursos para a compra de equipamentos de apoio à produção como: aquisição de carroça, motoforrageira, e silos metálicos.

As mulheres através do grupo de orações, onde são cultivados sentimentos de esperança, perseverança e solidariedade, descobriram a motivação para participar do "plano de emergência" e buscaram seus *direitos*. Criaram a indústria de confecções para exercerem uma atividade considerada "mais maneira", que a atividade da raspa da mandioca. Até então, o beneficiamento da mandioca, era a única atividade que as mulheres exerciam fora de casa. Salvo, aquelas que ocupavam algum cargo na escola local, como merendeira ou professora.

Nas reuniões da celebração nós discutia muito o que fazer para também ser beneficiada dentro da comunidade (...). Começamos a se organizar, fazer canteiro, era 35 mulheres trabalhando juntas. Apareceu um plano de emergência para trabalhar e nos juntas com a EMATER, fomos pedir vagas para as mulheres. Eles não aceitaram, fomos várias vezes, até que foi arranjada 15 vagas. Era dividido para 35 mulheres. Juntos dentro desse trabalho nos conversava o que nós podia arranjar um jeito de um trabalho que melhorasse mais no ponto de um trabalho mais maneiro e juntos descobrimos uma fábrica de confecção, juntos com o técnico da CCA (liderança comunitária apoiada pela Igreja).

Para algumas informantes "o trabalho" é compreendido como um *direito*, e uma conquista, fruto da organização:

Nós mulheres tinha também o mesmo valor, o mesmo direito;

Foi implantado [projeto da indústria de confecção] com esforço grande, através do nosso trabalho, da nossa organização;

Fomos beneficiada graças a Deus pela nossa união e organização.

Quadro 7: Os empreendimentos coletivos:

A Indústria de Confecções:

O projeto foi financiado com recursos do Projeto São José /PAPP do governo do Estado. Inicialmente foi programado para 13 participantes, mas atualmente só trabalham em média 4 mulheres, sob a coordenação da esposa do presidente da Associação.

A parte contábil e as compras para reposição de estoque ficam sob o comando dos homens: a contabilidade é feita pelo ex-presidente que implantou o projeto e as compras são efetuadas pelo atual presidente, no comércio de Fortaleza.

A Criação de Animais:

Foi adquirido com o projeto do FNE. Houve perda de parte do rebanho, por razões que se diferenciam na visão dos técnicos para a dos parceiros:

Segundo alguns parceiros, eles, não "sabiam lutar" com gado e não foram treinados para suprir as lacunas de falta de informações no trato com os animais; o projeto foi imposto por técnicos, que atrelaram a liberação de recursos, a aquisição de gado; o rebanho foi adquirido de "boiadeiro" sem o controle de qualidade (certificado de vacinas), alguns morreram de febre aftosa; o gado não se adaptou a região (semi-árida) porque era de Goiás.

Na visão dos técnicos, os parceiros deixaram o gado morrer por falta de manejo: "problema foi com o vaqueiro e falta de gerenciamento"

A criação de gado até o momento é um problema econômico para os parceiros. São os outros projetos desenvolvidos no assentamento que dão sustentabilidade econômica a criação de bovinos. No período da seca a problemática se agrava.

O Campo Comunitário:

O grupo é formado por 91 trabalhadores. A produção do campo é distribuída entre a associação e os participantes: (2/3) da produção de caju são destinados a Associação; o feijão, milho e roça são divididos entre os sócios.

As Colmeias:

Esta atividade está em ascensão graças a dedicação e o entusiasmo de um jovem que foi treinado para tratar do criatório. Os equipamentos não dispõem de alojamento próprio. Segundo o informante, a diretoria não demonstra interesse em investir na atividade porque já teve prejuízo no passado, ocasionando desperdício de implementos e redução na colheita. A qualidade do mel já está sendo reconhecida por parte dos moradores do assentamento e localidades vizinhas. Parte da produção é comercializada na feira de Itapipoca.

O momento da chegada dos recursos, torna as divergências entre os membros da associação mais transparentes, uma vez que a organização passa a girar em torno de propostas concretas, como: quais os critérios de utilização dos bens coletivos? Qual o valor da taxa de manutenção do motor? Os sócios terão prioridade na utilização da carroça?. Essas questões demandam mais discussões, acordos e negociações. É o momento em que os dirigentes colocam à prova, seu compromisso com o coletivo, com a organização. Um caso exemplar foi o da primeira diretoria da Associação que recebeu muitas pressões de seus associados, por desconfiarem de desvio de recursos, o que levou a renúncia do presidente. Nessas situações o técnico é solicitado à intervir, exercendo o papel de juiz :

Nesse dia conversando mais a (...), técnica da FUNSESCE, ela disse: - (...), como é que tá? - Tá ruim. Aí, eu peguei três bilhete e disse: - oihe elas tão dizendo que tô roubando (...). O que eu vou fazer? num tem mais condições, num agüento mais. Ela[técnica da FUNSESCE] disse- pois é (...) você diz que não quer mais ser presidente (ex-presidente da Associação).

A inversão de recursos no Assentamento cria também conflitos entre a base e dirigentes. O poder deixa de se restringir a uma representação formal, simbólica, relacionada ao cargo, por exemplo, de presidente, passa para a esfera econômica, ou seja, atinge também outros interesses, como o econômico. Essa situação provoca uma disputa, por parte dos sócios para a ocupação de cargos mais próximos do poder econômico (de presidente e tesoureiro):

Quando (...) começou a chegar projeto, aí, começou a ter na minha porta carro todo dia do pessoal do INCRA , da Secretaria de Agricultura, aí, o pessoal vendo eu pegar o dinheiro pra comprar alimentação, que eu recebia de três em três mês, as pessoas volta (...) pra me tirar da associação (...) (entrevista com ex-presidente).

Em determinadas etapas do processo de organização os recursos são essenciais para o fortalecimento da luta e da organização. No caso específico, a liberação de recursos através da Cáritas, veio num momento crucial, quando o ex-proprietário do imóvel retirou o motor da casa de farinha, o que poderia acarretar do ponto de vista *econômica*; uma queda na produção de farinha e do ponto de vista *político*, resultar em uma experiência negativa, podendo ser interpretado como um fracasso pelo grupo. Foi a partir dessa intervenção do técnico, que os moradores conseguiram fazer um "fundo" comunitário com a produção da farinha:

Quando a área foi desapropriada o pessoal (...) ficou bastante sem nada, ai eu tinha uma certa ligação com o pessoal da Cáritas por já ter trabalhado lá e consegui um motor pra eles. Foi o primeiro chute para a caminhada (relato de um ex-agente pastoral).

Os investimentos e os bens coletivos são sustentados graças aos mecanismos de mobilização e coesão, adotados pelas lideranças comunitárias, tais como: "a delegação de poder e de responsabilidade e o estabelecimento de regras" (SABOURIN,1999). A capacitação e a informação contribuem também para a

viabilidade desses bens e fortalecimento do processo de organização, uma vez que pessoas bem informadas podem se tornarem mais autônomas.

3.3.2.-A gestão dos bens coletivos

Os bens coletivos são gerenciados pela Associação. Segundo o presidente, cada bem coletivo tem um responsável por seu funcionamento. Essa forma de administrar foi fruto de um treinamento, onde "ele aprendeu", que deve-se "criar comissões para administrar o imóvel":

Ensinaram, que uma associação ou um imóvel não é de uma pessoa só, é de um grupo de gente, e pra administrar precisa criar comissão. Hoje a gente tentou criar (...) sei que todo presidente gosta muito de dinheiro e eu sou independente disso. Aqui no Macaco, ninguém diz, que eu vivo com os bolso cheio de dinheiro. A associação tem uma finançasinha dela, mas, é controlada pelo tesoureiro, porque quando a gente tem um tesoureiro é pra cuidar do dinheiro. Então, hoje, aqui, o carro vive na responsabilidade dum sujeito (...), ele é quem controla (...); a mini fábrica de confecção, eu é quem administro; o gado tem o (...) que é o vaqueiro; o (...) cuida das ovelhas; o (...) cuida de uma casa de farinha; o (...) cuida de outra; o (...) cuida de outra; e, o (...) cuida da apicultura. E a gente fica dando aquilo que depende da gente, andando, procurando resolver os problemas da Associação e dando a cobertura de tudo.

Em algumas circunstâncias os responsáveis pelo gerenciamento dos bens coletivos, nem sempre são escolhidos em reunião, as vezes, são indicados pela diretoria da associação, que "delega a responsabilidade" para os sócios, principalmente, quando a atividade requer mais trabalho e as pessoas não se dispõem a assumir. O caso exemplar, é a criação de caprinos que ficou sob a responsabilidade de um membro da comunidade, cuja determinação coube ao presidente.

Aqui, vale a argumentação de SABOURIN (1999:111), que concebe à delegação de poder e de responsabilidade, associada "ao reconhecimento de uma autoridade competente" para efetivá-la. No caso estudado, a autoridade é o presidente.

A delegação de responsabilidade entre os membros de um grupo, para funcionar de forma a trazer bons resultados, tem que vir aliada a alguns critérios técnicos e de aptidão pessoal, que norteiam a atividade do indicado. Foi o que falhou na escolha dos encarregados pela colmeia, os quais não eram treinados e

não tinham prática com o cultivo de apicultura. Por essa razão a produção não se desenvolveu de maneira satisfatória, provocando redução na colheita. Atualmente, a atividade é exercida por um jovem devidamente treinado, o qual repassa seus conhecimentos a outro membro da comunidade, que o auxilia nas tarefas diárias. Verifica-se um treinamento "em serviço".

Nem sempre as regras do jogo democrático são postas em prática. Em algumas situações, a implantação de projetos produtivos, têm sido, decorrente de imposição do técnico, desrespeitando as vezes, "os lastros culturais" do trabalhador rural:

O INCRA impõe algumas regras, que muitas vezes não está no dia-a-dia do povo, que seria coisas pra ir aos poucos. É por exemplo a questão da criação de gado. Muitas vezes o pessoal não tem prática com isso, não tem *tradição* (...) E, em vez do INCRA começar a fazer uma discussão (...) aí de repente, recebe a terra, é desapropriado, vem recurso, já tem que ter gado no outro dia. Então pra ter o gado tem que ter toda uma estrutura e o pessoal não tem. O pessoal as vezes recebe o gado e como não tem *costume* nem tem a estrutura, termina no início o gado morrendo. Em quase todos assentamentos aconteceu, morre uma parte do gado, porque o pessoal não tá adaptado a cuidar disso. Aí para quem tá olhando de fora acha que o pessoal as vezes é irresponsável ou preguiçoso (...), só que não é, a *questão cultural* do pessoal que é agredida (...), não é respeitada, as vezes nem é discutido (...) (relato de um ex-membro da CAPT).

Para DEMO (1996) a percepção de um lastro cultural é importante para a construção da "identidade comunitária":

Possuir lastro cultural que o identifique, é condição básica para um grupo social sentir-se comunidade. Este lastro cultural próprio cristaliza a história da comunidade, os valores e símbolos cultivados, os modos de ser e de fazer bem como os modos de produzir (DEMO, 1996:56/7).

Nessa perspectiva, o termo cultura aqui empregado é "cultura como processo de identificação comunitária". Quando os "símbolos culturais ou lastros", são rompidos, ou não são identificados, pelos membros de um grupo, há uma aparente apatia na comunidade e, conseqüentemente, a desmotivação e desmobilização. No caso, da criação do gado essa "apatia" foi traduzido por um extensionista rural, como falta de interesse dos trabalhadores em cuidar do gado ou de gerenciamento da associação.

Em outras ocasiões, as práticas autoritárias são reproduzidas por lideranças da comunidade. É o caso da indústria de confecções, onde evidencia-se que o poder decisório recai quase que exclusivamente na pessoa da coordenadora. Esta, além de controlar o "ponto", decide quem deve permanecer no grupo, como também outros procedimentos administrativos, tais como: o horário de funcionamento da indústria. Ao indagar-se o por quê da decisão em trabalhar pela manhã, foi argumentado que tratava-se de um período mais "fresco" (critério sempre colocado quando se trata de horário de trabalho, no campo). Posteriormente, descobriu-se que a coordenadora trabalha, como merendeira na escola da localidade, no período da tarde, ficando evidente que não houve opção do grupo escolher outro horário. Essa atitude autoritária expressa na inflexibilidade no horário, foi revelada por uma ex-participante do grupo, ao declarar que as outras participantes do grupo de confecções "não se acham dona da coisa, estamos botando a comadre (...) como patroa".

O cultivo do campo comunitário é outro caso exemplar de autoritarismo. Antes da entrada de recursos na comunidade, o campo era cultivado à base do voluntariado. Hoje, é mantido através de dias de trabalho, "apontados em caderneta" pelo tesoureiro da associação. As faltas dos participantes são descontadas dos recursos que os trabalhadores recebem sob forma de custeio. Segundo o encarregado do "ponto", a vinculação do custeio ao serviço comunitário "é necessária por ter muita gente malandra, gaiata que não quer trabalhar".

Dessa forma, observa-se que as "regras sociais", que norteiam os grupo, nem sempre são frutos de discussões, de negociações, de um consenso da maioria, as vezes, são impostas por seus líderes.

Aliados a esses mecanismos de organização de um grupo, no caso da participação das integrantes da indústria de confecções, a atividade de costureira constituía numa possibilidade de realizar tarefas com "melhores condições de trabalho " que as desenvolvidas para o beneficiamento da "raspa da mandioca". Além disso, o trabalho era considerado por algumas como um momento de se encontrar para conversar com as companheiras. Aqui, o trabalho deixa de ser uma tarefa árdua para se constituir em algo lúdico, mais sintonizado com o lazer:

"Tem melhores condições de trabalho";

"O trabalho é importante porque só sabia raspar mandioca";

"Acho bom vir porque é melhor que ficar em casa";

"Porque se diverte";

"Porque a gente conversa".

As situações reveladas são justificáveis, uma vez que na zona rural, os homens são mais "privilegiados" que as mulheres, em termos de oportunidades de lazer. No assentamento, tradicionalmente aos sábados, os homens participam de jogos de futebol e promovem torneios, entre os times da região. Esse traço cultural é marcante, sendo o campo de futebol o cartão de visita da comunidade, tanto por sua extensão como pelos cuidados com a manutenção da área.

O trabalho na indústria de confecção abria também a perspectiva das mulheres terem uma renda e um aprendizado fora da esfera doméstica e do mundo da "roça":

"Estava precisando de um ganho";

"Agora sei que vou ganhar alguma coisinha";

"Porque tinha vontade de trabalhar, fazer alguma coisa";

"Porque gosto de aprender alguma coisa";

"Aprendi a trabalhar na máquina".

Se a pouca mobilização dos produtores para impor novas regras no funcionamento da Associação é compreensível, a situação é mais problemática para o manejo dos bens coletivos. Nestes projetos produtivos de interesse geral, vitais para a vida das famílias e da comunidade, permanecem ingerências autoritárias das tutelas externas (serviços técnicos Estado, etc) e até, de novas tutelas internas (dirigentes autoritários e pouco democráticos, prerrogativas dos homens sobre as mulheres, dos velhos sobre os jovens). Aqui também a situação "injusta" provoca reações e conflitos. Apenas a situação de aprendizagem coletiva dos produtores da

comunidade não foi suficiente, ainda, para provocar uma nova mobilização, novas delegações de poder e a negociação de novas regras. O principal entrave a este processo continua sendo a inadequação das propostas dos agentes externos.

3.3.3. As inadequações e os entraves das intervenções externas e políticas públicas

A análise dos discursos dos entrevistados e de suas práticas aponta que os pontos de estrangulamento ao processo de desenvolvimento econômico do assentamento, são de natureza estrutural, política e técnico - administrativo. Essas divisões em áreas, não devem ser vistas de forma estanque, mas articuladas, interagindo sem perder a noção de totalidade dos fenômenos.

Pode-se observar, a seguir, que alguns desses pontos, tais como: a *comercialização deficiente, terra insuficiente para plantar, falta de assistência técnica*, se coadunam com o leque de problemas diagnosticados pelas lideranças municipais, conforme Capítulo II, desta dissertação.

3.3.3.1. O problema do acesso à terra e da política fundiária pública

Do ponto de vista político-estrutural, a carência de terra demonstra ser o fator de maior estrangulamento. A divisão de parcelas (já diminutas de 25ha por família) entre parentes, que se agregam, ou que já moravam no imóvel e não tem para onde ir, limita a qualidade de trabalho e de vida dos parceleiros.

A desapropriação da terra é o princípio de um processo de desenvolvimento econômico e de conquistas sociais, pois aumenta a credibilidade dos trabalhadores rurais no processo de mudança. No entanto, a consolidação do processo de organização só vai se efetivar com a chegada de recursos para apoiar a *produção* e ao *produtor* (custeio para plantar, comprar equipamentos produtivos, construir moradia, etc). Essas ações são essenciais também, para aumentar a motivação e a credibilidade dos outros moradores, que até então, eram alheios ao processo de participação.

A indefinição territorial e uma política fundiária deficitária constituem um outro entrave, já que implicam em deficiência de assistência ao assentamento, em todas os níveis de decisões: municipal, estadual e federal.

Por parte da Prefeitura a não incorporação da área de assentamento no Plano de Desenvolvimento da Prefeitura. Por parte do governo federal/INCRA, está em processo o plano de emancipação dos assentamentos, acarretando na retirada de recursos para os imóveis mais antigos. O depoimento de um entrevistado evidência essa problemática:

Depois da desapropriação nós tamo desvinculado do Sindicato, da Federação, da Prefeitura, eles não tá mais ligando pra nós (...). A prefeitura de Itapipoca não tem nada a ver com o assentamento. Parece que eles acham que os assentamentos já tá concentrado pelo INCRA, já tem ajuda do governo federal. Só que aqui, agora nem tá vindo INCRA, nem estadual, nem nada (...). Com o código [normas de emancipação dos assentamentos] que está sendo feito, o INCRA, pouco tá interessado nesses assentamentos mais velhos tá preocupado com o mais novo (presidente da Associação).

Em nível estadual, o governo do Estado desestruturou uma proposta de planejamento rural favorável à reforma agrária, que "se articulava tanto nos movimentos sociais como no âmbito do próprio Estado, a fim de "consolidar" sua "hegemonia no campo" (BESERRA, 1994:8). Essa "consolidação" se realizou através de dois processos:

a desestruturação do padrão tradicional de relacionamento político, o coronelismo; a contenção do poder da 'oposição sindical', representada por partidos de esquerda que desde os fins da década de 70 desenvolviam trabalhos de organização junto aos trabalhadores rurais, tanto através da Igreja (Comissão Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base), como através do próprio Estado, via instituições cujas ações se desenvolvem no campo ou têm referência nele (Empresa de Assistência Técnica Rural do Ceará-EMATERCE, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA, etc) e também das Organizações não governamentais - ONG's dentre as quais têm destaque a Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE; Centro de Pesquisa e Assessoria-ESPLAR e o Centro de Estudos do Trabalhador Rural-CETRA (BESERRA, 1994: 8).

a) instruir, em caráter preliminar, pedidos de aquisição e desapropriação de terras apresentados por pessoas físicas e jurídicas, órgãos ou entidades interessados na questão agrária, encaminhando-os ao INCRA com seu parecer; b) manifestar-se sobre a lista de candidatos selecionados para fins de assentamento; d) oferecer sugestões a superintendências regionais sobre a elaboração e execução dos Planos Regionais de Reforma Agrária; e) acompanhar a execução de programas de reforma agrária até a sua implantação (BESERRA, 1994: 20).

BESERRA (1994: 30), chama atenção que grande parte dos técnicos, das diversas instituições estatais envolvidas no processo de reforma agrária, já desenvolvia trabalho com os pequenos produtores rurais, com o Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais-PAPP (do qual o GAOPR, era integrante). Estes técnicos mantinham com as organizações dos trabalhadores rurais um compromisso político que se "estreitou", com a criação da "Comissão de Reforma Agrária". A Comissão, mesmo "respaldando sua ação no Estatuto da Terra, foi alvo de muitas críticas por parte dos proprietários de terra, principalmente, por seus critérios de desapropriação, como "o conceito de empresa rural e o de terra produtiva". Esse contexto, levou o Governo a impedir o avanço de uma "possibilidade concreta de reforma agrária, no Ceará, entre 1987-1989", mesmo com resultados irrisórios e aquém das metas "(BESERRA, 1994: 21). As razões do executivo estadual, para recuar no processo de reforma agrária, foram assim delineada por BESERRA (1994):

a junção do modelo coletivo de assentamento com a assistência técnica e creditícia do Governo do Estado que, numa alquimia bem fazeja à distribuição de riquezas, permitira que esses assentamentos obtenham êxitos mínimos que levam os grandes proprietários rurais à preocupação com os destinos que poderia Ter essa experiência de reforma agrária. Tudo faz crer, portanto que é a possibilidade concreta de uma reforma agrária que de fato possibilite uma certa distribuição de riquezas que justifique não apenas a reação do próprio 'Governo das Mudanças' (...). Os assentados (...) constituir-se-iam em mais um ator na disputa dos financiamentos públicos (BESERRA, 1994: 23).

O desmonte se verificou também através da "Reforma Administrativa" do Estado, que implementou extinções e fusões de órgãos. No bojo dessa reforma foi aprovada, em nível de Estado, a Lei n.º 11.809 de maio de 1991 que "modificou a estrutura administrativa" do Estado (GONDIM, 1998: 48). Essa Lei permitiu a extinção da CEPA, (pelo Decreto de N.º 21.728 de 03.01.1992), órgão coordenador dos projetos especiais (como POLONORDESTE e PAPP) e vinculado a Secretária de

Planejamento- SEPLAN. Posteriormente, houve a fusão da Fundação de Serviços Sociais do Ceará- FUNSESCE (instituição da qual, fazia parte a equipe do Projeto Nordeste/PAPP, que executava um trabalho de educação popular para as comunidades rurais) com a Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza-PROAFA, resultando na criação da Fundação de Ação Social -FAS.

A inexistência de uma política de comercialização eficaz voltada para as áreas reformadas é um obstáculo a autosustentação econômica da unidade de produção. Constatou-se uma grande dependência dos agentes externos, principalmente para a castanha de caju, que é comercializada através de "atravessadores", os quais transitam pelo imóvel, adquirindo o produto ao preço de R\$0,73 (setenta e três centavos) o litro, na época da safra. No caso da indústria de confecção, a falta de comprador e o valor do preço das peças são apontados como fatores de desmotivação das mulheres pelo trabalho.

A divisão do lucro tendo por base a produção coletiva, constitui um fator de insatisfação por parte de quem produz mais, em menor tempo. Na indústria de confecções, esse descontentamento foi constatado em um membro do grupo, ao afirmar que "gostaria que houvesse mudança no ganho, já que é pago por hora e não por produção".

3.3.3.2. A intervenção dos serviços técnicos

A intervenção institucional é outro ponto nodal para o desenvolvimento das comunidades locais. Os problemas detectados são referentes: a falta de acompanhamento técnico no campo, principalmente, nas áreas reformadas, a partir dos anos 90; o papel do técnico que assume algumas vezes uma postura autoritária e manipuladora, em vez de promotora e cooperadora das ações.

Ao contrário do que acontecia nos anos 80, onde as áreas rurais foram caracterizadas por conflitos entre agentes externos, provocados por divergências ideológicas e metodológicas, como também, pelas disputas por "espaços" institucionais, tanto em nível de órgãos governamentais (FUNSESCE, EMATERCE), como não governamentais (Igreja,/CPT, e cooperativa Central dos Assentados-CCA), nos anos 90, as comunidades rurais são marcadas pelos vazios institucionais.

A falta de assistência técnica às áreas reformadas se desenvolveu em dois níveis: federal e estadual. No plano federal, "foi iniciada com a extinção do INCRA, através do decreto n.º 2.363 de 1987. O "desmonte institucional" continua em ascensão, quando a partir de 1998, pelo Decreto 2.487, de fevereiro, o governo Federal decidiu "qualificar suas autarquias e fundações como 'Agências Executivas' ". De acordo com o Jornal Participação publicado pela Confederação Nacional das Associações de Servidores- CNASI do INCRA, 1998, set. p, 4) com a criação dessas Agências o governo:

não está inovando, mas sim limitando a atuação do Estado brasileiro (...) sob o manto da legalidade e da necessidade de se substituir o modelo burocrático vigente pelo gerencial, via contrato de gestão (...) dentro dessa engenhoca revolução administrativa acha-se presente, talvez como traço preponderante do 'Estado mínimo', que relega a um segundo plano as insuficiências numéricas e qualitativas dos serviços ora prestados à sociedade (...) Ao invés de ajustes no sentido de ampliar e aperfeiçoar os agentes públicos, diante do desequilíbrio entre serviços ofertados e demandas existentes, teremos demissões e disponibilizações de servidores julgados, injustiçadamente, como dispensáveis, no afã puro e simples de redução de despesas do Estado.

Continuando em tom de denúncia, o jornal adverte que: "A reforma agrária poderá estar irremediavelmente comprometida a partir de 1999". Quando "86% dos servidores" estarão "prestes a se aposentar e até agora nada foi feito para recompor a força de trabalho do órgão".

Em reunião no Assentamento (29.06.98), promovida pelo INCRA, parte das discussões giraram em torno de explicações e justificativas por parte dos técnicos do órgão, sobre a falta de profissionais suficientes para dar acompanhamento às áreas reformadas. De junho a outubro, período da pesquisa, o INCRA foi uma única vez ao Assentamento. Inclusive, os técnicos realizavam a reunião em substituição ao coordenador da área. O resultado, foi uma reunião pouco produtiva, à medida que os técnicos presentes não tinham domínio de todas as informações sobre o projeto de assentamento. Na oportunidade, os trabalhadores rurais, solicitaram ao INCRA, a liberação com urgência, de técnicos do Projeto LUMIAR⁸ para suprir a carência de acompanhamento técnico ao assentamento. Dada a concepção do LUMIAR que transfere para a Associação dos assentados o poder de demitir os técnicos do Projeto, significaria uma conquista dos movimentos sociais, porém os recursos que o governo Federal disponibiliza para a

operacionalização do Projeto não tem sido suficiente para suprir as demandas de todos os assentamentos do Estado. Só há sete equipes para todo o Estado.

Já, a EMATER passou por um processo de "enxugamento da máquina administrativa", resultando em escassez e atraso na liberação de recursos para custeio da Empresa, tendo parte de seu pessoal demitido e entrado com processo de "disponibilidade administrativa". Hoje, o escritório local de Itapipoca, reduziu o número de seu quadro funcional para três (um agrônomo, um técnico agrícola e uma extensionista social) para atender três municípios da região (Itapipoca, Amontada e Miraíma). A Empresa transformou-se em um Centro de Atendimento ao Cliente - CEAC, tendo como estratégia, trabalhar em grupo para empresariamento: comercialização em grupo; empresariamento agroindústria; associação como empresa; qualidade nos produtos obtidos; e elaboração de custos dos produtos. A assistência técnica prestada ao Assentamento é efetuada sob forma de contratação de serviços particulares de alguns extensionistas.

De acordo com o depoimento de um ex-extensionista, o "desmonte" em nível local, se materializou com o descompromisso, por parte do governo do Estado, em repassar recursos para o custeio da Empresa:

Exatamente o período que foi o governo Tasso Jereissati, já começou a desmontar a empresa. Então nós tinha um trabalho semanal nas comunidades, três dias por semana. Então com essa falta de prioridade no setor agrícola (...), nós ficamos indo uma vez por semana. As vezes passava de mês sem ir, dada as condições de veículos que não se tinha dinheiro nem para combustível, porque como Macaco fica a apenas 20 km da sede, a gente fazia o trabalho lá, mesmo sem diária.

O "desmonte" institucional teve reflexos, também, no acompanhamento técnico aos projetos produtivos associativos, que se efetivava em nível das comunidades rurais, inclusive nas áreas de assentamentos, através do Grupo de Apoio à Organização dos Produtores Rurais -GAOPR. A prioridade ao atendimento a esses projetos, destinados às comunidades rurais, era estabelecida mediante a observância de critérios, tais como: objetivo do projeto, diagnóstico das comunidades, viabilidade técnica e econômica, proposta de gestão do empreendimento, onde se discutia e percebia a experiência participativa e capacidade de organização dos grupos. Os grupos solicitavam as verbas através das associações devidamente regularizadas. Os recursos eram liberados com base

em projetos elaborados com assessoria técnica do GAOPR's e pareceres da coordenação do POLONORDESTE e PAPP, localizada na Comissão Estadual de Planejamento Agrícola/CEPA..

A estratégia do GAOPR tinha como pressuposto teórico: "apoiar os processos de organização dos trabalhadores rurais a partir e em torno de um elemento produtivo", definido por eles como prioritários, possibilitando-lhes o desenvolvimento e a consolidação de atividades produtivas e associativas que respondessem os interesses de classe (ARGUMEDO,M.,1987:53). Eram considerados "elementos produtivos", fatores estratégicos que contribuiriam para: "melhorar a força de trabalho nos aspectos de sua conservação e qualificação; aumentar o grau de controle dos trabalhadores sobre os meios de produção; mudar qualitativamente as relações que se estabelecem entre os meios de produção e a força de trabalho no processo de bens materiais" (MARTINS,Mônica.,1994:50). Como consequência da atuação desse grupo, e da avaliação determinada pelo Banco Mundial sobre o POLONORDESTE, após constatar a ineficácia de seus resultados na distribuição de renda e na erradicação da miséria, criou-se o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo- FADA. O FADA foi proveniente de verbas que existiam no POLONORDESTE, desde 1979, que nunca tinham sido utilizadas. Posteriormente o FADA foi incorporado ao componente "Apoio às Pequenas Comunidades Rurais -APCR"-PAPP.

Vale ressaltar, que o estabelecimento de critérios tinha o objetivo de evitar-se a interferência política ao atendimento das demandas, o que, na prática, nem sempre era possível.

Com relação ao papel do técnico, observa-se em alguns momentos uma postura autoritária por parte de alguns, conforme as declarações a seguir:

O FNE [Fundo Constitucional para a Região Nordeste], deu prejuízo porque foi mal elaborado. Nós pedia 20 vacas eles[os técnicos] trouxeram 50, se pedia 20 hectares de capim, eles botaram 50 (...) veio muito dinheiro, mas, num foi bem aplicado. O dinheiro foi executado todinho (...) mas, não adiantava tá trazendo uma coisa que num tava precisando daquilo. -Pra quê nós queria tanta coisa que num tava precisando daquilo, pra quê nós queria tanto gado sem ter condições? (ex-dirigente da Associação).

O técnico começou a botar as proposta do gado a gente não quis. Ai, o técnico volta o projeto - só entra se tiver gado. Ai, botou a gente no cabresto; Nosso projeto foi um processo, levou muito prejuízo por falta de experiência. A compra

foi mal comprada de gado e ovelha, o prejuízo veio daí; O gado é de descarte; gado doente (ex- presidente da Associação).

A *qualidade da participação* dos trabalhadores rurais, nesses projetos de iniciativa do estado, hoje, é questionada pela técnica da FUNSESCE, à medida que o Estado impõe limites à participação:

A participação da comunidade nesses projetos, não sei nem se foi participação, na medida que eles definem algumas prioridades, definem prioridades dentro de um arcabouço já constituído, porque (...) a participação deles é limitada (...) você tem os projetos já institucionalizados e dentro dos projetos ele [Estado] vai dar uma participação, na definição de prioridade, na construção de um projeto maior ou de uma ação maior, ou de um projeto maior já concebido anteriormente.

Em outros momentos constata-se a falta de compromisso de alguns técnicos da própria extensão rural com a reforma agrária. Para um ex-extensionista da EMATER tem uns extensionistas que não são comprometidos com a Reforma Agrária e, por vezes, não sabem conduzir o processo de organização e vêem o trabalhador rural como preguiçoso:

Fui com um outro técnico lá, (...) e lá a gente sentiu o pessoal meio desmotivado, até porque eu percebi que a comunidade num se afinava bem (...) como o técnico encaminhava as questões. Então depois conversando eu com o técnico, o técnico me dizia que a comunidade não tinha futuro, (...) o pessoal era preguiçoso.(...).Porque fica muito difícil você botar um técnico contra a reforma agrária numa área de reforma agrária (...). No Ceará, nós devemos ter 50% dos técnicos que hoje trabalham nas áreas de assentamento, que não são a favor de reforma agrária, então fica difícil.

Aliada a essas características da extensão rural, o que se verifica ao longo da implementação dos Programas Especiais, é que a prática da EMATER tem sido de aproveitar as organizações de produtores já existentes nas áreas, provenientes das CEB's para formar diversos grupos de interesse institucional (grupos de agricultores para receber crédito, de mães ou de jovens) (CEPA,1982: 220).

Há também uma tendência do órgão interventor, no caso o INCRA, transferir para a Associação a solução de problemas, que poderiam resultar em conflitos. O caso exemplar, é a verba de custeio destinado para 40 famílias, no entanto, tem que atender às cem famílias, cabendo à diretoria da Associação estabelecer critérios de seleção. Segundo BERTHOME e MERCOIRET,(*apud*

SPERRY, org.,1999:12) essa postura faz parte "da lógica" estabelecida pelos interventores, "explícita ou implícita" no 'desenvolvimento promovido pelo estado' em que:

os órgãos estatais (...) podem providenciar a organização dos agricultores para facilitar sua ação sobre a sociedade local. A organização instituída transforma-se, então em interlocutora dos interventores externos tornando-se ao mesmo tempo, o local de expressão dos agricultores que se associarem e o espaço definido para uso dos interventores, no âmbito do qual se relacionam com os agricultores. Nesse espaço duas lógicas são confrontadas: a da sociedade local e a dos interventores apresentando em geral, dois 'sistemas de sentido' (...). O interventor externo espera que a nova organização sirva de intermediária em relação à sociedade local, e que seus responsáveis regulem as interferências e os eventuais conflitos que possam surgir da intervenção e das formas por ela propostas. Do ponto de vista do interventor externo, a eficiência da organização está relacionada à sua capacidade de comunicar as mensagens transmitidas e de regular as tensões que possam ocorrer na sociedade local.

Em outra circunstância é estabelecido uma relação de "tutela", entre o técnico do Estado e os trabalhadores rurais, prejudicando a organização e a autonomia da comunidade. Isto, porque o técnico passa a ser visto como "alguém que vai resolver os problemas" da comunidade.

3.3.3.3. A questão do planejamento e da representação dos produtores

Algumas falhas no planejamento institucional, sobretudo do INCRA, provocam distorções como: a) o impedimento ao atendimento das demandas reais dos trabalhadores rurais. Segundo o presidente da Associação, a maior "dificuldade" com a Instituição é o atendimento restrito as 40 famílias, enquanto residem no Assentamento 104 famílias; b) a defasagem entre a data da obtenção da terra até a elaboração do projeto de assentamento, (conforme discriminação no quadro: "cronologia do assentamento") retardando a liberação de recursos pelo INCRA, o que leva os técnicos de acompanhamento ao imóvel, buscarem recursos financeiros de várias fontes, para apoiar o processo produtivo. De um lado, o apoio financeiro é positivo pois o processo participativo vai além de uma dimensão política, tem uma dimensão econômica, vinculada a auto-sustentação. Por outro lado, a inversão de recursos proveniente de diferentes órgãos demanda o engajamento de vários atores sociais, com encaminhamentos e objetivos nem sempre convergentes,

possibilitando o aparecimento de novos conflitos, tanto em nível da própria comunidade, como em nível dos próprios agentes externos.

A representação dos parceiros em nível municipal, através do CMDS, torna-se indefinida e ambígua. O Conselho, por ser uma representação municipal e algumas decisões das áreas reformadas, para serem efetivadas, dependem da esfera federal, os parceiros não se sentem motivados a participarem do fórum municipal do CMDS. Além disso, é o vice-prefeito que representa as áreas reformadas do município, no CMDS. Faz parte dessa estratégia, a adoção por parte do vice-prefeito, de uma sistemática de acompanhamento para o conjunto das áreas reformadas, independente das reuniões do CMDS. Isso provoca um isolamento dos parceiros com o Conselho e outros movimentos reivindicativos.

Em nível municipal, os parceiros são tratados como um grupo específico independente do conjunto dos trabalhadores rurais. E até certo ponto, os parceiros são vistos como privilegiados, por já possuírem terra e terem um órgão que se ocupa deles, no caso o INCRA.

3.4. Novos temas para pesquisa:

Consciente da abrangência da temática da participação e da organização, sugere-se como temas para novas pesquisas, alguns assuntos abordados superficialmente, neste estudo, que merecem ser aprofundados:

- *Um estudo de gênero.* Sabe-se que a participação feminina foi uma característica do processo de luta pela desapropriação do imóvel, mas, paradoxalmente, na Associação, os cargos de decisões (presidente, tesoureiro) são ocupados pelos homens. Fazer um paralelo entre o papel da participação das mulheres na luta pela terra e na Associação Comunitária.
- *A influência da escola, na participação das crianças e adolescentes no beneficiamento da mandioca (raspa da mandioca), no assentamento.* Com a introdução da escola as crianças têm a disponibilidade de fazer da 1^o até a 5^a série na própria comunidade e, algumas jovens, conciliam as atividades agrícolas e as de professores, com as de estudantes. Verificar se com o estudo as crianças e adolescentes criam novas expectativas de trabalho, quando se

sabe que os estudiosos em ciências humanas relacionam a socialização a "uma função reprodutiva, significando: reproduzir nas crianças hábitos, atitudes e expectativas de geração anterior" (...) DEMO (1996: 51). Verificar até que ponto esse paradigma vem sendo substituído, visto que, para as novas gerações se descortinam novas possibilidades de aprendizagem.

- *O poder local e global* - focar a problemática da participação e organização dos trabalhadores nas cooperativas de calçados de Itapipoca.

Considerações Finais

No intuito de compreender os processos participativos e organizacionais dos trabalhadores rurais e das camadas populares do município de Itapipoca, torna-se possível tecer algumas considerações finais, a partir das análises realizadas nos capítulos 2 e 3.

Como se tentou demonstrar ao longo deste trabalho, os fenômenos da participação e da organização são concebidos como construções sociais, subordinadas a condicionantes históricos, políticos, culturais e econômicos. Por isso pretende-se que as propostas aqui assinaladas não sejam vistas como definitivas, mas sujeitas às revisões de acordo com o momento histórico analisado.

➤ A participação na escala municipal:

Nos anos 90, com o avanço das liberdades democráticas, principalmente, a partir da Constituição de 1998, outras formas de lutas e outros atores sociais vão se configurando, como os Conselhos e os partidos políticos. O município de Itapipoca vem passando por um momento de "revitalização" política, expresso pelo número significativo de Conselhos e pela participação de setores comprometidos com as causas populares no poder, como: Prefeitura, Sindicato, Associações, Federações.

Nesse aspecto, o CMDS, embora "criado" por iniciativa do governo do Estado, concebido como um "modelo de política pública", deve ser visto como uma conquista da cidadania, e não, como um favor outorgado de cima. A criação do Conselho é fruto do processo de democratização da sociedade brasileira. O CMDS, passou a ser um espaço de vivência política onde os trabalhadores rurais e setores das camadas populares aprendem o exercício da cidadania. Não obstante, permanecem alguns resquícios da cultura clientelista e do papel paternalista que o Estado tem desempenhado ao longo dos anos. Os "novos atores sociais" conquistaram essas instâncias de participação sem se deixarem levar por "modelo" de intervenção autoritário de técnicos do Estado, nem pelas "artimanhas" de governantes que tentam subverter os Conselhos em espaços de práticas de "clientelismo moderno," caracterizado por "relação mercantilista" de "utilização de recursos do patrimônio público para fins privados" (GONDIM, 1998:27).

O CMDS constitui um laboratório para a delegação de responsabilidade e a aprendizagem coletiva dos representantes da sociedade civil. Esta aprendizagem determina a aceitação ou a contestação da tutela dos mediadores e eventualmente a construção de novas formas de coordenação.

Como o CMDS não tem ainda um poder de decisão, é abandonado pelas lideranças e políticos (vereadores) locais ou é desprezado pelos políticos estaduais. Isto, parece ser um erro estratégico. O sentido da mobilização popular e os ganhos crescentes em termos de educação e cidadania das classes populares apontam, ao contrário, pela outorgação progressiva de um caráter decisório a estas instâncias. Isso inscreve-se na lógica de formulação de novas regras de organização localizada.

➤ A organização de base no assentamento Macaco:

A participação e a organização dos trabalhadores rurais do Assentamento Macaco, são apreendidas como processos de construção da cidadania, que se fazem e se refazem nas relações entre a sociedade civil e o Estado, num dado momento histórico (décadas de 70 e 80). Esse período é caracterizado, principalmente, pela luta dos direitos sociais, dentre os quais, o direito à propriedade da terra, ou seja, a posse formal da propriedade da terra. O direito à propriedade se coloca como fundamental no plano de superação das desigualdade sociais no campo, uma vez que rompe com o coronelismo e o sistema de clientelismo estabelecido na relação de subordinação entre patrão e morador.

Nesse período, os agentes pastorais tiveram um papel de mediadores das lutas sociais, uma vez que a sociedade vivia sob o jugo das oligarquias rurais e de um Estado repressivo. A metodologia da Teologia da Libertação combinando oração com ação numa perspectiva de formação de consciência (visão de mundo), constituiu numa estratégia de mobilização para as camadas populares, à medida que levou a esperança de construir o "Reino de Deus" na terra. Nessa perspectiva, à fé se transformou "num fermento gerador de uma caminhada (palavra chave no vocabulário das CEB's), onde há luta, enfrentamento com as forças do anti-Reino, mártires, mas também sementes do novo céu e da nova terra" (BOFF, 1986: 87). Nessa "caminhada" para a conquista da terra, a mediação política se tornou essencial para a solução das questões provenientes do cotidiano. A caminhada da luta pela terra consiste, antes de tudo, num espaço de "aprendizagem" participativa,

de construção do ser cidadão, já que "o caminho da participação é o que leva a transformação das pessoas em cidadãos" (D'Incão, 1995).

Dessa forma, as áreas de conflitos agrários constituíram-se em "espaços de socialização política", conforme Cândido GRZYBOWSKI (1987:58), que permitiram aos trabalhadores rurais uma "aprendizagem da prática de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar", quer dizer uma aprendizagem coletiva.

Com a desapropriação da terra, os trabalhadores rurais além de serem libertos das formas de subordinação e domínio do patrão, obtêm outras conquistas políticas e sociais:

- a) ampliação de espaços políticos, através do desenvolvimento e fortalecimento associativo;
- b) melhora no nível de renda, uma vez que não há mais a apropriação da "renda da terra", pelo ex-proprietário, decorrente do sistema de parceria e arrendamento da terra e pela utilização da casa de farinha;
- c) maior autonomia financeira da associação, que mesmo tendo tomado empréstimo do PROCERA/BNB, e com dois anos de seca (1997/98), conseguiu quitar as dívidas;
- d) maior poder de reivindicação junto aos órgãos governamentais e não governamentais, possibilitando uma maior dotação de infra-estrutura produtiva (crédito de apoio a produção, aquisição de equipamentos, etc.) e social (construção e ampliação escola).

➤ Limitações e dificuldades dos processos participativos:

No entanto, salvo essas experiências participativas, verifica-se, que ao longo da história, a participação conduzida pelas duas instituições sociais - Estado e Igreja, têm apresentado limitações. Via esfera estatal, a participação tem tido uma tendência a ser orientada para apoiar apenas o processo produtivo, sem levar em conta os outros setores, limitando a representação e cidadania dos trabalhadores rurais, mediante associações de produtores. Via tutela da Igreja, a participação pode direcionar a organização em torno de questões abstratas, puramente transcendentais, como ganhar o "Reino de Deus" no céu, como forma de sublimar as condições de "vida e subsistência" das camadas populares a fim de manter o status quo. A intermediação da Igreja pode ainda, seguir uma tendência de fechar

em si mesmo (em grupos de orações, de catequese) distanciando-se de formas de mobilizações transformadoras.

A análise do caso do Assentamento Macaco mostra claramente que as dificuldades de organização e as limitações nos processos de participação dos produtores não vêm de suas limitações em termos de educação, instrução ou capacidade de inovação e de mobilização.

Basicamente, as principais dificuldades e entraves aos processos de organização e cidadania dos trabalhadores provêm da ingerência dos mediadores (Igreja, serviços do Estado) que tornam-se verdadeiras tutelas. Estas podem até transferir seus problemas e conflitos, provocando divisões e rachas no seio das organizações de produtores.

Vale ressaltar, que embora a conquista da terra seja um fator essencial ao desenvolvimento econômico, além da questão da propriedade da terra, outros fatores são responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais como: a ausência de uma política agrícola voltada para as áreas de assentamento a fim de aumentar os índices de produção e produtividade, a comercialização da produção, uma assistência técnica e gerencial qualificada. Para superar essas deficiências, os trabalhadores precisam de um acompanhamento técnico mais adaptado e de treinamento, com o objetivo de dominar conhecimentos para gerir os recursos financeiros disponíveis e desenvolver com sucesso seus empreendimentos. Nesse sentido, as redes de informações, a capacitação e os sistemas de conhecimento local são recursos importantes, visto que contribuem para os trabalhadores rurais negociarem as exigências de um mercado cada dia mais competitivo.

Finalmente, as principais limitações e entraves para o desenvolvimento social e econômico do Assentamento Macaco que foram identificadas, provêm das inadequações das políticas públicas e dos atores institucionais (INCRA, EMATER, Prefeitura, etc) por excesso de autoritarismo, tecnocracia ou por falta de consideração da realidade e das estratégias dos produtores.

NOTAS

¹ Projeto São José - PSJ, ou o Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará foi concebido como um dos instrumentos para a implantação de ações de desenvolvimento sustentável do Estado com participação ativa das comunidades, com vistas a aumentar o acesso das populações rurais mais pobres às atividades de geração de emprego e renda, assim como à provisão de serviços sociais básicos e de infra-estrutura, como meios para a redução da pobreza rural .O PSJ foi criado a partir da experiência considerada exitosa do PAPP, que proporcionou o envolvimento direto das pequenas comunidades rurais na identificação, elaboração, implementação e operacionalização de subprojetos – denominados projetos comunitários – de investimentos produtivos, de infra-estrutura e sociais;

² A Área de Desenvolvimento Regional- ADR do Litoral, formada pelos municípios de Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tururu, Umirim, Pentecoste, Apuíarés, Tejuçuoca, Itapajé, Uruburetama, Miraíma e Amontada;

³ O índice de GINI “é o indicador que revela as desigualdades de uma determinada distribuição de renda, sendo também utilizado para medir a concentração de terra. O índice varia entre 0 e 1. Ex.: Quando se aproxima do zero, a distribuição de renda se aproxima da igualdade absoluta; quando se aproxima de um, da desigualdade absoluta” (IPLANCE- Glossário, 1995);

⁴ Ranking “ é a classificação dos municípios, de acordo com seu comportamento em relação a algumas variáveis e indicadores selecionados pelo IPLANCE” (IPLANCE, 1997:10);

⁵ “Globalização das relações econômicas (...) pode ser entendida como uma fase de aprofundamento da internacionalização da economia (articulação, em nível mundial, do próprio processo produtivo, que, assim se faz capaz de uma ação mais global, tornando o Estado nacional desnecessário para o capital) e que significa “em

primeiro lugar, uma enorme interconexão dos mercados cambiais, financeiros, de títulos e valores que se tornou possível por sua desregulamentação e provocou fluxos maciços e continuados de capitais entre os principais centros financeiros do mundo" (OLIVEIRA. e al. orgs,1996:196);

⁶ **Municípios de Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraípaba, Pentecoste, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama;**

⁷ O CETRA é uma ONG que na década de oitenta, tinha uma equipe de advogados que dava assessoria jurídica aos STR's da região. Inclusive através desse trabalho elegeu dois advogados como deputados estaduais, pelo Partido dos Trabalhadores- P T. Hoje, as principais linhas de trabalho são: *mulher e cidadania e produção* (assessoria na área agrícola). A *capacitação* que na década de 80, era educação *política*, atualmente, é promovida pelos próprios sindicatos. Segundo um informante, o CETRA afastou-se dessa área por compreender que "já tinha cumprido" com esse "papel";

⁸ O projeto LUMIAR visa implantar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias dos agricultores assentados nos Programas de Reforma Agrária, com iniciativa do Governo Federal, através do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, coordenado de maneira compartilhada pelo INCRA com outras instituições. In: INCRA/1997, p. 2,3 ; "A contratação das equipes locais será feita pela própria Associação dos assentados e os pagamentos serão liberados mediante atestado do presidente da Associação ouvida a comissão estadual por meio da Equipe de Supervisão (...)" (SILVA. P. PALHANO, 1998:?);

⁹ O Projeto Emancipar visa emancipar assentamentos, ou seja, o governo federal deixa de ser o tutor do assentamento. Trata-se da saída do governo federal, da gerência dos recursos públicos, assistências técnicas, dentre outros, de áreas que foram desapropriadas" (SILVA. P.P. , 1998: ?).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, R. 1996. Cronologia dos municípios cearenses. IPLANCE, Fortaleza, Ceará.
- ARAÚJO, N. et al. 1997. 'Gestão municipal e políticas públicas. Estudo de caso no Ceará. Relatório de Pesquisa. UFC.
- ARGUMEDO, M. A. 1987. Apoio à organização dos trabalhadores rurais: uma proposta metodológica. Fortaleza. IICA / CEPA.
- BESERRA, B. R. 1994. Clientelismo e modernidade: o caso do programa de reforma agrária no governo Tasso Jereissati. Cadernos de Ciências Sociais. Fortaleza, NEPS/UFC.
- BOFF, L. 1986. E a Igreja se fez povo. Ecclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis, R.J. Vozes.
- BORDENAVE, J.E.D. 1983. O que é participação. 6ª. São Paulo, Brasiliense.
- CEARÁ, Secretaria de Planejamento. 1996. Programa de Combate a Pobreza Rural – Projeto São José. Manual de Operações – Síntese. Fortaleza.
- CEPA, CE. 1982. Documento de Pesquisa sobre Associativismo Rural no Estado do Ceará. Fortaleza, Ceará.
- CNBB. 1998. A Igreja e a seca no Ceará, Comissão episcopal de pastoral da seca.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. 1985. Conquistar a terra, reconstruir a vida. CPT – dez anos de caminhada. Petrópolis, Vozes.
- CORREIA, Heloíse. 1999. O imaginário do feminino religioso nos cultos Marianos. Projeto de Pesquisa. FUNCAP/UECE. Fortaleza.
- COSTA, Liduína. F. A. 1993. Experiências camponesas e “construção de coletivos”. Cadernos de Ciências Sociais. Fortaleza, UFC/ NEPS.
- COVRE, M. L. M. 1997. O que é cidadania. 1ª reimpressão. São Paulo, Brasiliense.
- DALLARI, D. de A. 1981. O que são direitos da pessoa. São Paulo, Brasiliense.
- DEMO, Pedro. 1996. Participação é conquista. 3. Ed. São Paulo, Cortez.
- DIAS, J. S. C. 1999. Fátima, Aurora do Terceiro Milênio. 10ª ed. Nov. S. Paulo. Takano Editora Gráfica Ltda.
- DIOCESE DE ITAPIPOCA. 1997. Plano diocesano de pastoral. 1997-1999. Itapipoca. Ceará.

- 1996. A caminhada da diocese de Itapipoca, 25 anos.1971-1996.Itapipoca, julho. Itapipoca. Ceará.
- D'INCÃO, M. C. et al.1995. Nós, Cidadãos: autonomia e participação popular. Aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ECO, Umberto. 1999.Como se faz uma tese. S. Paulo, Editora perspectiva.
- GAZETA Mercantil Balanço Anual. 1997.Ceará. Ano III. No.3.**
- GONDIM, Linda M. P.1999.Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza, Ceará. UFC.
-1998. Clientelismo e Modernidade nas políticas públicas. Os 'governos das mudanças' no Ceará (1987-1994). Editora UMJUI.
- GRAMSCI, A .1978. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GRZYBOWSKI, Cândido.1987. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis, Vozes.
- IBGE.1998.Censo-Agropecuário 1995 -1996.Número 9, Ceará. Rio de Janeiro – R.J.
- INCRA. 1997. Projeto Lumiar. Assistência Técnica nos Assentamentos. Diretrizes. Brasília, abril.
- INCRA. 1998.Superintendência Regional do Ceará-SR (02).Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária-SIPRA. Relatório, 09 de outubro.
- IPLANCE. 1998.Perfil básico municipal. Itapipoca. SEPLAN . Fortaleza. Governo do Estado do Ceará.
- IPLANCE. 1997. Informações básicas municipais. SEDURB. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza.
-1995.Plano de desenvolvimento do município de Itapipoca. Fortaleza. SEPLAN .Governo do Estado do Ceará.
-1994 .Alguns aspectos constitutivos da realidade cearense. Fortaleza. SEPLAN .Governo do Estado do Ceará.
- JARA,Carlos.1996.Planejamento do desenvolvimento municipal com participação dos diferentes atores sociais. In: ação local e desenvolvimento sustentável Debates. Centro de estudos Konrad Adeunauer Stiffing.
- JORNAL,1999.O diário do nordeste.12 de março.
- JORNAL, 1998. O diário do nordeste.11 de novembro.
- JORNAL,1998. O diário do nordeste.02 de outubro.

- JORNAL, 1998. O diário do nordeste.04 de setembro .
- JORNAL,1998. O diário do nordeste. 06 de junho.
- JORNAL, 1998. O povo. 06 de Junho.
- JORNAL, 1998. Participação. Jornal da Confederação Nacional das Associação de Servidores do INCRA-CNASI. Ano I - N. 03, setembro.
- LEITE, Míriam M. 1993.Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.
- MACHADO, Eduardo. P. (org.) 19887.Poder e participação política no campo. Salvador, CERIFA, CAR/CEDAP-CENTRU.
- MARTINS, José. de S. 1996.(org.) E o retorno à dialética. S.P. HUCITEC.
..... 1994.O poder do atraso. São Paulo. HUCITEC.
- MARTINS, Mônica. D. 1994. Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária no Ceará . Banco do Nordeste do Brasil. S. A.
- MARTINS, Paulo. 1997.O regional e o nacional no imaginário desenvolvimentista brasileiro: da nostalgia oligárquica ao fim do Nordeste.(texto)
- MINC, C. 1985. A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio e Janeiro, Jorge Zahar.
- MISKI, J.1998. Economia. Jornal o povo .06 de maio. Fortaleza.
- MOURA, L.D. e al (orgs.) 1996.Construindo a cidadania. Rio de Janeiro. PUC. MAKRON.
- NETO, J. 1998.In: A lógica contraditória da globalização do espaço industrial .Jornal O Povo. 21.04. Fortaleza, Ceará.
- OLIVA, A . M. 1991.In: A economia do século XXI set./out . Revista Tempo e Presença. N.º 259.
- OLIVEIRA, Francisco. 1978.Elegia para uma Re(li)gião – SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- OLSON, M. 1978. Logique de l'action collective, PUF, Paris.
- OSTROM, V. ;OSTROM, E.1978. Public goods and public choices. In: Alternatives for delivering public service: toward improved performance, E. S. Savas (Ed.), Westview press boulder Colorado.
- QUEIROZ. M. I. PEREIRA de, 1983. Variações sobre técnicas de gravador no registro da informação viva. Textos. S.Paulo

ANEXOS:

ANEXO I

CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MACACO, ITAPIPOCA - CE

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | |
|---------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| REGIÃO | DISTRITO SEDE |
| MUNICÍPIO | ITAPIPOCA |
| DISTÂNCIA DA CAPITAL (KM) | 156 |
| " " SEDE (KM) | 20 |
| ACESSO A TERRA | |
| DATA DE OBTENÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO | 21.04.87 |
| IMISSÃO DE POSSE | 17.09.87 |
| ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL | |
| ÁREA TOTAL (HA) | 1107 |
| POPULAÇÃO | |
| APOSENTADOS | 27 |
| NÚMERO DE FAMÍLIAS | 104 |
| PESSOAS POR FAMÍLIAS | Em média cinco pessoas |
| SISTEMA DE PRODUÇÃO | |
| ATIVIDADES PRINCIPAIS | CAJU E AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA(milho, feijão, e mandioca) |
| RELAÇÕES DE TRABALHO (antes da desapropriação) | PARCERIA(50% da renda +aluguel da casa de farinha) |
| EQUIPAMENTOS SOCIAIS | |
| IGREJA | 1 |
| ESCOLA (No.) | 1 |
| Série | Até a 5ª série |
| No. de salas | 1 |
| No. de professoras | 7 |
| SALÃO COMUNITÁRIO | 2 |
| ATIVIDADES COLETIVAS | |
| APICULTURA (No. colmeias) | 10 |
| CAPRINOCULTURA(No. cabeças) | 40 |
| BOVINOCULTURA (Nº total de cabeças) | 23 |
| Matriz | 4 |
| Novilhas | 16 |
| Garrotes | 2 |
| Reprodutor | 1 |
| PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO (No. de pessoas envolvidas) | 4 |
| PRODUÇÃO DE FARINHA | (+ ou -) 12(POR FARINHADA) |
| No. de pessoas envolvidas | junho-dezembro |
| Período de maior produção | |
| CAMPO COMUNITÁRIO N ° | 2(um de caju e outro de cultura de subsistência) |
| N ° de ha | 40(20 de caju e 20 de cultura de |

| N ° de pessoas envolvidas | subsistência) 90 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| TIPOS DE EQUIPAMENTOS COLETIVOS | |
| MOTOR(irrigação) | 1 |
| MÁQUINA FORRAGEIRA | 2 |
| ARMAZEM | 1 |
| DEBULHADEIRA | 1 |
| BALANÇA | 2 |
| GELADEIRA | 1 |
| ARADO | 10 |
| ESTÁBULO | 2 |
| EQUIPAMENTO DE IRRIGAÇÃO | 1 |
| INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES | 1 |
| CAMPO DE RASPA | 1 |
| CASA DE F. COMUNITÁRIA (No) | 3 |
| VENTILADOR | 1 |
| MESA | 1 |
| <i>TIPOS DE RECURSOS APLICADOS POR FONTE</i> | |
| Crédito Alimento e Fomento -CAF | |
| Crédito Habitação | |
| <p>Programa de Apoio ao Produtor Rural- PAPP- o PAPP é parte do Projeto Nordeste. Foi aprovado pelo governo Federal em 01.04.85. Foi coordenado pela CEPA até 1992, época em que o órgão foi extinto. A estratégia do Programa era apoiar o processo de organização dos produtores rurais. Através do componente do Programa de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais-APCR se repassava recursos destinados às comunidades para atender suas demandas na área de infra estrutura produtiva e social, como centros comunitários. No Ceará foi oriundo da experiência do o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo-FADA. Hoje tem a continuidade no P.S.J.</p> | |
| <p>Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE - instituído pela Constituição de 1988. Possui a alocação de 1,8% do total arrecadado do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados do país. Visa apoiar a modernização e a geração de renda e emprego, além de oferecer tratamento diferenciado aos pequenos produtores rurais e urbanos e ao desenvolvimento da região semi-árida (SILVA . Paulo PALHANO,1998).</p> | |
| <p>PROCERA - O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária- criado pelo Conselho Monetário, em 04.09.87, pelo convênio INCRA/MIRAD/EMBRAPA/BNDES, devido à pressão do M.S.T. e CONTAG. (Martins, M. 1994:75)</p> | |

ANEXO II

ROTEIROS DE ENTREVISTAS:

ROTEIRO COM MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO

1. Na sua opinião, o que é uma associação?
2. Para que serve uma Associação?
3. Quais os principais problemas que os trabalhadores rurais enfrentam?
4. A quem ou a que o Sr. atribui esses problemas?
5. Esses problemas são discutidos nas reuniões?
6. Os trabalhadores participam das discussões, levam algum assunto para a reunião?
7. A Associação tem ajudado a resolver os problemas do trabalhador rural?
8. O Sr. Acha que houve melhoria de vida dos trabalhadores rurais após a criação da Associação?

ROTEIRO COM DIRIGENTES / LIDERANÇAS

1 Caracterização do informante: cargo que ocupa.

- a) Qual a atividade que exercia antes?
- b) Exerce outra atividade além dessa atividade atual, em outra instituição?(justificar)
- c) Quando iniciou a atividade atual ? Por quê?
- d) Como foi a indicação para o cargo?
- e) Já exerceu outra função na Associação?(no conselho fiscal, secretaria, etc.)

ROTEIRO COM MEMBROS DO CMDS

1. Há quanto tempo o Sr. é membro?

2. Porque o Sr. participa do Conselho?
3. Encaminhou alguma reivindicação?
4. Foi aprovada?
5. Qual a prioridade de atendimento dos pleitos?
6. Em quanto tempo os pleitos são atendidos? (mês, ano?)
7. Está satisfeito com o Conselho?
8. Como é feita a convocação para a reunião?
9. Como são indicados os conselheiros?
10. Qual a duração do mandato?
11. Como o Sr. defini a participação dos trabalhadores rurais no Conselho? Eles são representados?(passiva, ativa, encaminha reivindicação)
12. O Sr. acha que o CMDS tem influenciado na organização dos trabalhadores rurais? (tem contribuído para o exercício da cidadania?)

ROTEIRO COM TÉCNICO

1. Quando foi iniciado o trabalho em Itapipoca?
2. E em Macaco?
3. Qual o objetivo da Instituição?
4. Em que consistia o trabalho?
5. Tinha articulação com outras Instituições?
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas?
7. Houve mudança na comunidade a partir do trabalho da Instituição? Quais?
8. Como o Sr. Define a participação dos trabalhadores rurais-t.r.'s., nos projetos associativos?
9. O Sr. acha que o trabalho da Instituição contribuiu para a organização dos t.r.'s? De que forma?

ROTEIRO COM PARTICIPANTE DO GRUPO DE CONFECÇÃO

1. Identificação do informante
2. Tem outra ocupação?
3. Há quanto tempo trabalha na indústria?

4. Por que foi trabalhar na indústria?
5. Foi treinada?
6. Como são divididas as atividades?
7. Quem decide qual tecido deve ser comprar?
8. Como é controlada a produção?
9. Como é controlada a presença?
10. Como é dividir o ganho?
11. Você está satisfeita com a indústria?
12. Você acha que deveria mudar alguma coisa?
13. A indústria mudou alguma coisa na sua vida?
14. Se sim, o quê? Se não, por quê não?